



Diário da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO TOCANTINS

SEÇÃO I

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CRIADO PELO ATO 02/89, DE 17/01/1989 ANO XVII - Nº 1404 - PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2005 CIRCULAÇÃO: 10/10/05 - 12h00

Comissão de Informática dos Tribunais realiza 1ª reunião

A primeira reunião de trabalho da Comissão de Informática dos Tribunais Estaduais de Justiça (CITEJ) aconteceu na última quarta-feira, dia 5, em Brasília, no Plenário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Participaram do encontro cerca de 60 integrantes do Poder Judiciário Estadual de todo o País, entre técnicos e magistrados. O TJ-TO foi representado pelo juiz auxiliar da Presidência Luís Otávio de Queiroz Fraz, o diretor de Informática Marcus Oliveira e o servidor Marcelo Leal.

Durante a reunião foram estabelecidos sete tópicos que vão nortear os trabalhos: diagnóstico geral; padronização para futura integração de dados; interoperabilidade entre os sistemas; processo judicial eletrônico e seus aspectos legais; aquisições e licitações com vistas à elaboração de um catálogo nacional; tecnologia da informação e telecomunicações; gestão da tecnologia da informação e telecomunicações.

O presidente da CITEJ, desembargador José Eugênio Tedesco (TJ-RS), ressaltou a importância da iniciativa, que dá o passo inicial para racionalizar os serviços e facilitar a vida do cidadão. “Em pleno período da comunicação virtual, não podemos viver com a idéia de que cada Tribunal funcione isoladamente”, afirmou. “É necessário que se comuniquem por meio das ferramentas do futuro”.

A comissão é formada por um magistrado e dois servidores de cada Tribunal de Justiça Estadual.

Neste primeiro encontro foi criado o Comitê Gerencial composto por cinco tribunais que irão representar cada região: TJ-SC (região sul), TJ-AM (região norte), TJ-DF (região Centro-Oeste); TJ-MG (região sudeste); TJ-SE (região nordeste).

O primeiro passo dos Grupos será o levantamento de dados, para a elaboração do diagnóstico de cada Tribunal, a ser concluído em 30 dias e apresentado na próxima reunião do Colégio de Presidentes, ainda este

ano.

Objetivo da CITEJ

A criação da Comissão de Informática dos Tribunais Estaduais de Justiça (CITEJ) foi decidida em setembro deste ano, durante o Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado em Florianópolis (SC). A intenção é examinar os caminhos para uma futura integração das ferramentas tecnológicas existentes hoje nesses tribunais, o que, acredita-se, irá acarretar uma melhoria dos serviços prestados à população, além de propiciar uma economia para todos.

Desembargador lança livros em Gurupi

O escritor e desembargador Liberato Póvoa esteve, na semana passada, em Gurupi, onde participou do painel a “Independência do Judiciário”, realizado no auditório da Universidade de Gurupi (Unirg), sob a coordenação da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Tocantins. No evento, ele lançou três livros jurídicos – “O Procedimento no Juízo Cível” (9ª edição), “O Procedimento no Juízo Criminal” (3ª edição) e “Busca e Apreensão” (4ª edição).

Aproveitando sua estada na cidade, o desembargador lançou sua mais nova obra literária: o livro “De gente, de bichos, mezinhas e abusões”, no Centro Cultural Mauro Cunha, na última quinta-feira, dia 6. A obra, que encerra uma trilogia iniciada com “Conversa de

compadres” e “Um caso puxa outro”, foi adotada no vestibular da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e traz 57 crônicas escritas ao longo de anos e publicadas nos jornais tocantinenses.

“A procura tem sido grande, venho recebendo vários e-mails sobre o livro”, explicou o autor. O prefácio do novo livro é assinado pela escritora Ana Braga, que evidencia o gosto do autor pelo regionalismo e sua capacidade narrativa. “O escritor Liberato Póvoa sabe aliar ao seu inconfundível estilo literário o atilamento do jornalista, a profundidade do humanista, a penetração do crítico, com a serenidade do professor, a segurança do magistrado e a argúcia do advogado. Tudo isto se soma à fulgurância de sua imaginária de fino artista das letras!”

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO TOCANTINS

PRESIDENTE
Desa. DALVA DELFINO MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA
Desa. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
DIRETOR-GERAL
Dr. CELSO ARANDI SOUZA ROCHA
TRIBUNAL PLENO
Desa. DALVA DELFINO MAGALHÃES (Presidente)
Des. CARLOS LUIZ DE SOUZA
Des. JOSÉ LIBERATO COSTA PÓVOA
Des. JOSÉ MARIA DAS NEVES
Des. ANTÔNIO FÉLIX GONÇALVES
Des. AMADO CILTON ROSA
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO
Des. DANIEL DE OLIVEIRA NEGRY
Desa. WILLAMARA LEILA DE ALMEIDA
Des. LUIZ APARECIDO GADOTTI
Des. MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS
Desa. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA
Secretária: Drª ORFILA LEITE FERNANDES
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês (14h00)

1ª CÂMARA CÍVEL
Des. LIBERATO PÓVOA (Presidente)
Dr. ADALBERTO AVELINO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras (14h00)

1ª TURMA JULGADORA
Des. CARLOS SOUZA (Relator)
Des. LIBERATO PÓVOA (Revisor)
Des. JOSÉ NEVES (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. LIBERATO PÓVOA (Relator)
Des. JOSÉ NEVES (Revisor)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. JOSÉ NEVES (Relator)
Des. AMADO CILTON (Revisor)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relator)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Revisora)
Des. CARLOS SOUZA (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Desa. JACQUELINE ADORNO (Relatora)
Des. CARLOS SOUZA (Revisor)
Des. LIBERATO PÓVOA (Vogal)

2ª CÂMARA CÍVEL
Des. DANIEL NEGRY (Presidente)
Dr. ADEMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: quartas-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Relator)
Des. MOURA FILHO (Revisor)
Des. DANIEL NEGRY (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des.DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)

Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)
4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI (Relator)
Des. MARCOS VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

1ª CÂMARA CRIMINAL
Des. LUIZ GADOTTI (Presidente)
Dr. WANDELBERTE RODRIGUES OLIVEIRA (Secretário)
Sessões: Terças-feiras (14h00)

2ª TURMA JULGADORA
Des. MOURA FILHO (Relator)
Des. DANIEL NEGRY (Revisor)
Des. LUIZ GADOTTI (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. DANIEL NEGRY (Relator)
Des. LUIZ GADOTTI (Revisor)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. LUIZ GADOTTI(Relator)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Revisor)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Des. MARCO VILLAS BOAS (Relator)
Des. ANTÔNIO FÉLIX (Revisor)
Des. MOURA FILHO (Vogal)

2ª CÂMARA CRIMINAL
Desa. JACQUELINE ADORNO (Presidente)
Dr. FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO(Secretário)
Sessões: Terças-feiras, às 14h00.

1ª TURMA JULGADORA
Des. CARLOS SOUZA (Relator)
Des. LIBERATO PÓVOA (Revisor)
Des. JOSÉ NEVES (Vogal)

2ª TURMA JULGADORA
Des. LIBERATO PÓVOA (Relator)
Des. JOSÉ NEVES (Revisor)
Des. AMADO CILTON (Vogal)

3ª TURMA JULGADORA
Des. JOSÉ NEVES (Relator)
Des AMADO CILTON (Revisor)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Vogal)

4ª TURMA JULGADORA
Des. AMADO CILTON (Relator)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Revisora)
Des. CARLOS SOUZA (Vogal)

5ª TURMA JULGADORA
Desa. JACQUELINE ADORNO (Relatora)
Des. CARLOS SOUZA (Revisor)
Des. LIBERATO PÓVOA (Vogal)

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Desa. DALVA MAGALHÃES
Des. MOURA FILHO
Desa. WILLAMARA LEILA
Des. MARCO VILLAS BOAS
Des. JOSÉ NEVES

Secretária: KARINA BOTELHO M. PARENTE
Sessões: 1ª e 3ª quintas-feiras do mês, 09h00.

COMISSÃO DE DISTRIBUIÇÃO E COORDENAÇÃO
Desa. DALVA MAGALHÃES (Presidente)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO (Membro)
Des. WILLAMARA LEILA (Membro)
Sessão de distribuição:
Diariamente às 16h00 em sessões públicas.

COMISSÃO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO
Des. JOSÉ NEVES (Presidente)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO
Des. DANIEL NEGRY (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Membro)

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO
Des. JOSÉ NEVES (Presidente)
Des. JOSÉ DE MOURA FILHO (Membro)
Des. MARCO VILLAS BOAS (Membro)

COMISSÃO DE REGIMENTO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
Des. CARLOS SOUZA (Presidente)
Des. LUIZ GADOTTI (Membro)
Desa. JACQUELINE ADORNO (Membro)

DIRETORIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JOSÉ ATILIO BEBER
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RONILSON PEREIRA DA SILVA
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

SIDNEY ARAÚJO DE SOUZA
DIRETOR FINANCEIRO

ELIZABETH ANTUNES RITTER
DIRETORIA DE CERIMONIAL E PUBLICAÇÕES

MARCUS OLIVEIRA PEREIRA
DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Drª. MIRYAM CHRISTIANE MELO DEL FIACO
DIRETORIA JUDICIÁRIA

MARIA AUGUSTA BOLENTINI CAMELO
DIRETORIA DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS

Expediente: De segunda à sexta-feira, das 12h00 às 18h00.

Diário da Justiça

Praça dos Girassóis s/nº.
Fone (63)3218.4443 - Fax (63)218.4305
CEP 77.015-007 - Palmas, Tocantins
www.tj.to.gov.br e-mail: dj@tj.to.gov.br

Publicação: Tribunal de Justiça do Tocantins
Edição: Diretoria de Cerimonial e Publicações

Assessora de Comunicação:
Mara Roberta de Souza – DRT 797-RN



PRESIDÊNCIA
Decretos Judiciários

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 367/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 12, §1º, inciso VI, do Regimento Interno desta egrégia Corte, resolve exonerar a pedido, **MARIA GARDEN P. OLIVEIRA XAVIER**, do cargo, em comissão, de Chefe de Seção, a partir desta data.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 368/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 1º, da Lei nº 1.574/2005, c/c o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta egrégia Corte, resolve nomear, **LARA FERNANDES LEÃO AYRES**, portadora do RG nº 478.721 - SSP/TO e do CPF nº 014.307.531-45, para o cargo, em comissão, de Chefe de Seção, a partir desta data.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 369/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta egrégia Corte, resolve exonerar a pedido da Desembargadora WILLAMARA LEILA, Corregedora-Geral da Justiça a servidora, **LAYSA BERNARDES PÓVOA**, do cargo, em comissão, de Secretário TJ, lotada na Corregedoria-Geral da Justiça, retroativamente a 03 de outubro do fluente ano.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 370/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 1º, da Lei nº 1.574/2005, c/c o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta egrégia Corte, resolve nomear a pedido da Desembargadora WILLAMARA LEILA, Corregedora-Geral da Justiça, **DANIELLA LUZIM BORGES**, portadora do RG nº 716.149 SSP/TO e do CPF nº 005.128.061-28; para o cargo, em comissão, de Secretário TJ, símbolo CAD-09, para ter exercício na Corregedoria-Geral da Justiça, retroativamente a 03 de outubro do fluente ano.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 371/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta egrégia Corte, resolve exonerar a pedido, ODÉLIO JOAQUIM DA COSTA, do cargo, em comissão, de Motorista de Desembargador, com exercício no Gabinete da Desembargadora WILLAMARA LEILA, retroativamente a 04 de outubro do corrente ano.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 372/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS,com espeque no artigo 1º da Lei nº 1.574/2005, c/c o artigo 12, § 1º, inciso VI, do Regimento Interno desta egrégia Corte, resolve nomear **NILTON BERNARDO BORGES**, portador do RG nº 300.488 - SSP/TO e do CPF nº 457.174.601-63; para o cargo, em comissão, de motorista de Desembargador, a pedido da Desembargadora WILLAMARA LEILA, para ter exercício no Gabinete desta, retroativamente a 04 de outubro do fluente ano.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 373/2004

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 12, § 1º, inciso VI do Regimento Interno desta egrégia Corte e considerando requerimento, resolve colocar a servidora **SHIRLEY MORAIS MOTA**, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, à disposição do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins, pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos da Lei nº 6.999/82, a partir desta data.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 06 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

Portarias

PORTARIA Nº 377 / 2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no Regimento Interno deste Sodalício, e no uso de suas atribuições, e

Considerando a necessidade de encaminhamento da Proposta Orçamentária do Poder Judiciário, nos termos do art. 12, inciso IX, do Regimento Interno desta Corte de Justiça (Autos n.º 35029/05-ADM);

Considerando o teor do Ofício Circular n.º 149/GDG, de 14.06.05, do Supremo Tribunal Federal, Ofício Circular n.º 016/GP, de 18.08.05, do Conselho Nacional de Justiça e Resolução n.º 04, de 16.08.05, do Conselho Nacional de Justiça, os quais versam acerca da obrigatoriedade do encaminhamento por todos os órgãos judiciários do país dos seus dados estatísticos (Autos n.º 35041/05-ADM),

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **KARINA BOTELHO MARQUES PARENTE**, Secretária do Conselho da Magistratura, para, com prejuízos de suas funções normais, atuar junto à Diretoria Geral deste Areópago, na elaboração e consolidação do Orçamento para o exercício financeiro de 2006, bem como na coleta e encaminhamento dos dados estatísticos referentes ao ano de 2004, retroativamente a 16 de setembro do ano em curso.

Art. 2º. Responde pelo referido Conselho, retroativamente a 16 de setembro do ano em curso, a substituta automática designada pela Portaria Nº 309/2005-GP, publicada no DJ Nº 1383, de 15/08/2005.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 03 dias do mês de outubro de 2005.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

PORTARIA Nº 382/2005

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DESEMBARGADORA DALVA MAGALHÃES, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com espeque no artigo 12, § 1º, inciso XXV do Regimento Interno deste Sodalício, resolve designar a servidora RITA DE CÁSSIA A. DE AGUIAR, Analista Judiciário, integrante do quadro de pessoal efetivo do Poder Judiciário, para, sem prejuízo de suas funções normais, substituir a Secretária do Tribunal Pleno em suas faltas e impedimentos temporários.

Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em Palmas, aos 07 dias do mês de outubro do ano de 2.005, 117º da República e 17º do Estado.

*Desembargadora DALVA MAGALHÃES
Presidente*

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DIRETORA: Drª. Miryam Christiane Melo Del Fiacco

Intimação às Partes
Decisões/Despachos

EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE ACÓRDÃO Nº 1524/04

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

REFERENTE: Mandado de Segurança nº 2720/03

EXEQUENTE(S): PEDRO GOMES CARVALHO CANTO

ADVOGADO(S): Fabrício Fernandes de Oliveira e Outro

EXECUTADO(S): ESTADO DO TOCANTINS

RELATORA: Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epígrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Acolho o parecer da PGJ/TO, lançado às fls. 49/54 e determino a intimação da autoridade Executada, na pessoa do seu representante judicial (Procurador-

Geral do Estado), bem como a intimação pessoal do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Tocantins, para que seja promovido o imediato cumprimento da ordem mandamental cristalizada no acórdão de fls. 07 (publicado no DJ nº 1.264, circulado em 05/08/2004), passado nos autos do MS 2720/03, sob pena de responsabilização. Junto com as intimações deverão seguir cópias do v. acórdão (fls. 07), do ofício de fls. 35, da certidão fls. 35-vº, da petição fls. 42/44 e do parecer da PGJ/TO (fls. 49/54). Fixo o prazo de 15 (quinze) dias para que se comprove nos autos o cumprimento da ordem. Por fim, defiro os benefícios da justiça gratuita ao Exequente. Cumpra-se. Palmas, 04 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

SUSPENSÃO DE LIMINAR Nº 1784/05

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: Ação de cobrança com pedido de antecipação de tutela nº 641/05 –Vara de Família, Infância e Juventude e 2º Cível da Comarca de Cristalândia-TO
REQUERENTE(S): MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA-TO
ADVOGADO: Zeno Vidal Santin
REQUERIDO(S: CÂMARA MUNICIPAL DE CRISTALÂNDIA-TO
ADVOGADO(S): Wilson Moreira Neto
RELATORA: Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do” seguinte DESPACHO: “Após uma análise superficial dos autos, percebo que não se aplica ao caso a Suspensão de Liminar. Com efeito, a decisão recorrida determinou a antecipação da tutela pretendida pela recorrida em ação de cobrança. Assim, em que pesem as argumentações da requerente, entendo que o recurso cabível à espécie é o Agravo de Instrumento e não a Suspensão de Liminar. Desta forma, determino a baixa dos autos à Divisão de Protocolo e Distribuição para que proceda a re-autuação do feito como Agravo de Instrumento, distribuindo-se regularmente para um relator. Cumpra-se. Palmas, 06 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

TRIBUNAL PLENO

SECRETÁRIA: Drª. Orfila Leite Fernandes
Intimação às Partes
Decisões/Despachos

AÇÃO PENAL Nº 1635/03 (04/0037937-6)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Referente: (Inquérito Policial nº 1562, do TJ/TO)
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR : JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
RÉUS: SUAIR MARIANO DE MELO, JAIR PEREIRA DA SILVA, EUDÁRIO ALVES ARAÚJO E EDVALDO ALVES BATISTA
RELATOR: Desembargador AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados, INTIMADAS do DESPACHO de fls.14, a seguir transcrito: “Tendo em vista que no dia 15 de setembro de 2005 o Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos (7x3), declarou a inconstitucionalidade do foro especial para ex-ocupantes de cargos públicos e/ou mandatos eletivos (parágrafos 1º e 2º do artigo 84 do Código de Processo Penal), determino a remessa dos presentes autos à Comarca de origem para que siga seu trâmite legal. Cumpra-se. Palmas, 29 de setembro de 2005. Desembargador AMADO CILTON- Relator.

REPRESENTAÇÃO Nº 1538 (04/0038408-6)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Referente: (Inquérito Policial nº 2003.01.00.031078-5/DF)
REPRESENTANTE :BELCHIOR GASPAR QUEIROZ FILHO
Advogado: Nathanael Lima Lacerda
RELATOR: Desembargador MOURA FILHO

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador MOURA FILHO – Relator ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do dispositivo final da DECISÃO de fls.370/371, a seguir transcrita: “ Isso posto, NOTIFIQUEM-SE os magistrados representados para, no prazo de quinze (15) dias, apresentarem resposta à presente Representação. Tendo em vista que dentre os representados figura uma funcionária pública e dois advogados, os quais não gozam de foro especial para ser processado e julgado, deixo de notifica-los, pois quanto a eles o processo deverá desenvolver-se de acordo com o procedimento comum. P.R.I.C. Palmas, TO, 29 de setembro de 2005. (a) Desembargador MOURA FILHO-Relator”.

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 1630 (05/0044199-5)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
Referente: (Ação de Incidente de Exceção de Suspeição nº 083/05 – Vara Cível)
EXCIPIENTE: M.J.S.V. REPRESENTADO POR MANAQUES SOUSA WANDERLEY
Advogado: Jeocarlos Santos Guimarães
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador CARLOS SOUZA-Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do dispositivo constante na DECISÃO de fls. 27/30, a seguir transcrita: “ Diante do exposto, tendo sido oposto o presente Incidente de Exceção de Suspeição, fora do prazo legal, indefiro-lhe liminarmente, e, conseqüentemente, nego-lhe segimento em face de sua tempestividade. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Palmas-TO, 19 de agosto de 2005. (a) Desembargador CARLOS SOUZA-Relator”.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3318 (05/0045162-1)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: LIA ALMEIDA
Advogados : Remilson Aires Cavalcante e outro
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS
LITISC. NEC.: GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR : Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls.80/82, a seguir

transcrita: “ 1. ESPÉCIE: Mandado de Segurança.. 2. ORIGEM: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. 3. PRÓPRIO: Sim.. 4. TEMPESTIVIDADE: Despacho em Recurso Administrativo de 04/08/2005 e Mandado de Segurança protocolado em 27/09/2005 – 54 dias. 5. IMPETRANTE: Lia Almeida. 6. IMPETRADO: Secretário da Administração do Estado do Tocantins. 7. LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO: Governo do Estado do Tocantins. 8. ALEGAÇÃO: 1- foi aprovada no Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro-Geral de Servidores do Poder Executivo, regido pelo Edital nº 001/2004 – SECAD, ficando em 28º colocação no cargo de enfermeira; 2- após a convocação para a posse foi publicada, no Diário Oficial nº 1904 – p. 21, a Portaria nº 455, de 13/04/2005, prorrogando o prazo das posses para até 14/05/2005; 3- em 13/05/2005, a impetrante requereu a prorrogação do prazo de sua posse, para acompanhar seu pai em tratamento médico; 4- em 07/07/2005, tomou conhecimento do indeferimento do seu pedido sob a argumentação de que a mesma não era funcionária pública efetiva ou estabilizada (art. 14, § 2º, da Lei Estadual nº 1050/99), quando o pedido fora feito nos limites do § 1º do art. 14 da Lei nº 1050/99; 5- em 15/07/2005, recorreu da decisão administrativamente, sendo, também indeferido, ferindo seu direito líquido e certo. 9.PEDIDO: Requer, assim, seja concedida a liminar para determinar que a autoridade impetrada dê imediata posse à Impetrante na vaga conquistada; a notificação da autoridade impetrada para que preste as informações que julgar necessárias; a citação do Governo do Estado do Tocantins, na condição de litisconsorte passivo necessário para integrar a lide, caso queira. Após, ouvida a Procuradoria Geral da Justiça, que a segurança seja concedida de forma definitiva e, ainda, a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita. 10. DOCUMENTAÇÃO: Fls. 11/77. 11. ENCERRAMENTO: Em síntese, é o relatório. Decido. À vista da declaração de fls. 13, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1060/50. A impetração é própria e preenche os requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dela conheço. O artigo 7º, inciso II, da Lei nº 1533/51, autoriza a concessão de medida liminar, com provimento acautelador de possível direito do impetrante, quando emergir de plano e concorrentemente, o relevante fundamento da impetração (fumus boni iuris), bem como se, do cumprimento do ato impugnado, puder resultar ineficácia da ordem judicial na hipótese de ser deferida por ocasião do julgamento final do writ (periculum in mora). Analisando os autos, vê-se que não logrou sorte a impetrante em demonstrar, como exige a Lei do Mandado de Segurança, nenhum dos requisitos exigidos para a concessão da liminar. A título de exemplo, caso venha a ser concedida a medida quando do julgamento do mérito, à impetrante caberão todos os benefícios inerentes, desde a data em que teve seu direito ferido. De igual modo, o direito líquido e certo da impetrante também não se apresenta de plano, de forma clara, necessitando de análise mais aprofundada, o que não é cabível nesta fase processual. Ante o exposto, não vislumbrados os requisitos exigidos à concessão de cautelar, denego a liminar pleiteada. Denego também o pedido de citação do Governo do Estado do Tocantins para figurar no pólo passivo deste feito, vez que para tanto é necessário que seja pessoa natural, conforme se extrai da redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 1533/51, que não é o caso. Notifique-se a autoridade impetrada para, querendo, apresentar as informações que entender necessárias, no prazo de dez (10) dias. Após, dê-se vista à Procuradoria Geral de Justiça. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas, 03 de outubro de 2005. (a) Desembargador DANIEL NEGRY-Relator”.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3317 (05/0045141-9)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: FLÁVIA CORDEIRO MARTINS
Advogados : Marcos Ferreira Davi e outros
IMPETRADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DE PALMAS-TO
RELATORA: Juíza ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

Por ordem da Excelentíssima Senhora Juíza ANA PAULA BRANDÃO BRASIL– Relatora, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls.59/61, a seguir transcrita: “ FLÁVIA CORDEIRO MARTINS impetra o presente mandado de segurança com pedido de liminar contra ato do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DE PALMAS - TO. Declara que foi candidata no concurso público para provimento dos cargos que compõem o Quadro Geral de Serviços Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Palmas (edital nº 01/2005, de 06/05/2005), concorrendo para o cargo de nutricionista, sendo que foi aprovada e classificada em 7º lugar. Aduz que, foi nomeada através do ato nº 1189- NM, de 27 de julho de 2005, do prefeito de Palmas, e que por isso, munida de toda documentação exigida, foi tomar posse no dia 08 de agosto de 2005 na Secretaria Municipal de Gestão e Recursos Humanos.Mas para a sua surpresa, foi impedida de tomar posse, devido a uma proibição fixada pelo Sr. Secretário da respectiva secretaria, sob a alegação de acumulação ilegal de cargos, já que a impetrante é detentora de outro cargo público de nutricionista no Estado do Tocantins com a carga horária de 40 horas semanais.Alega ainda que, é plenamente possível a acumulação de cargos na carga horária de 20 horas semanais um e 40 horas semanais outro.Por fim, pede que seja concedida a tutela em caráter liminar, para assegurar seu direito líquido e certo.Junta os documentos de fls. 15/56.Em síntese, é o relatório.Decido.A medida liminar tem que se revestir de dois pressupostos, o fumus boni iuris e o periculum in mora, no caso in tella não pode ser verificada a fumaça do bom direito, obstando a pretensão em caráter liminar da impetrante, adiante explico o porque. Em prima análise, verifica-se que o cargo para qual a impetrante foi aprovada e classificada, tem uma carga horária de 40 horas semanais (fls. 29), conflitando com o alegado a inicial de que a carga horária para o novo cargo seria de 20 horas semanais. A simples homologação do pedido de redução da carga horária (fls. 17), não possibilita o entendimento de que haja o fumus boni iuris, pois não se pode confundir expectativa de direito com fumaça do bom direito, mormente porque não há nos autos documento que indique o deferimento ou não do requerimento. Isto posto, pelo que venho de expender, nego a liminar pleiteada e ordeno a notificação da autoridade apontada coatora a fim de que, no decêndio, preste as informações que achar necessárias. Após, e imediatamente, ao Órgão de cúpula do Ministério Público para parecer. Palmas, 28 de setembro de 2005. (a) Juíza Ana Paula Brandão Brasil- Relatora.

Intimação à Impetrante

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2845 (02/0029215-3)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: ARABELA SOUSA ALMEIDA
Advogado: Dalvalaídes da Silva Leite
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

LIT. PAS. NEC. : PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS- IPETINS
RELATOR: Desembargador LUIZ GADOTTI

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LUIZ GADOTTI – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS da DECISÃO de fls.56/58, a seguir transcrito: “ ARABELA SOUSA ALMEIDA, por intermédio da Advogada constituída, em epigrafe, inconformada com o desconto previdenciário, na proporção de 11% (onze por cento) em seus vencimentos, impetrou a presente Ação Mandamental, com pedido de liminar, no intuito de ver extirpado o citado desconto, alegando nítida violação do seu direito líquido e certo. À prefacial, juntaram-se os documentos de fls. 09/11.Às fls. 14/17, apreciei liminarmente o feito, oportunidade em que determinei a cessação do desconto previdenciário nos vencimentos da Impetrante, tendo sido tal decisão devidamente referendada pelo Tribunal Pleno. As informações do então presidente do IPETINS foram prestadas às fls. 24/34, e o Parecer ministerial às fls. 37/38. Às fls. 40, exarei despacho, revogando o de fls. 39/vº, determinando fosse oficiado à autoridade acoimada coatora, o presidente do IGEPREV, para manifestar-se acerca da adoção, por parte da Secretaria de Estado da Saúde, da supressão do questionado desconto previdenciário. Atendendo a determinação, a Procuradoria do Estado, através de seu Procurador, apresentou as informações de fls. 42/43. Enviados os autos ao Ministério Público, este apresentou seu Parecer às fls. 49/52, pugnando pela extinção do feito, sem julgamento de mérito. A seguir, veio-me concluso o presente feito. Eis o sucinto relatório. DECIDO.Quando apresentou suas informações, o IGEPREV – Instituto de Gestão Previdenciária do Tocantins, nova denominação dada ao IPETINS, através da Procuradoria Estadual, apresentou suas informações trazendo a seguinte assertiva, litteris: “[...] Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2003, alterou-se a base previdenciária dos servidores públicos aposentados, bem como dos pensionistas, e ainda, daqueles que aposentarem ou gerarem pensão com base na legislação vigente até 31 de dezembro de 2003, uma vez que o texto constitucional (art. 4º, § único) prevê que esses beneficiários somente contribuirão para a previdência social sobre a parcela que exceder a cinquenta por cento do teto de benefícios do regime geral, estabelecido pela Emenda supracitada.No entanto, conforme recente decisão do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, proferida na sessão plenária do dia 18/08/2004, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs. 3105 e 3128, ficou decidido que o teto para isenção da contribuição será de R\$2.508,00 (dois mil, quinhentos e oito reais), devendo ser cobrado o que exceder a esse valor [...]”. Assim, adequando-se à nova ordem estabelecida, o IGEPREV tomou as providências necessárias para fazer valer a base previdenciária junto à folha de pagamento de inativos, excluindo as contribuições dos inativos e pensionistas civis e militares do Poder Executivo, com percepção de proventos ou benefícios em valores iguais ou superiores a R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), a partir de 1º de janeiro de 2004. Às fls. 44/46, foram acostadas as Fichas Financeiras da Impetrante, referentes aos anos de 2003 a 2005, em que se comprova não estar sendo feito os tais descontos previdenciários. Portanto, acordando com o parecer Ministerial de Cúpula de fls. 49/52, de fato verifica-se a perda do objeto da presente Ação Mandamental, uma vez que não está sendo mais realizado os descontos previdenciários nos vencimentos da Impetrante, razão por que determino a extinção do feito, sem julgamento de mérito.Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas-TO, 16 de setembro de 2005. Desembargador LUIZ GADOTTI- Relator

Intimação ao Impetrante

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3312 (05/0045005-6)
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
Referente: (Mandado de Segurança nº 12426-7/05 da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda e Registros Públicos da Comarca de Palmas-To)
IMPETRANTE: SILVINO GAMA DE SOUSA
Defen. Público: José Abadia de Carvalho
IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador CARLOS SOUZA – Relator, ficam as partes nos autos acima epigrafados INTIMADAS do DESPACHO de fls.55 verso, a seguir transcrito: “ Vistos. Face a declaração de incompetência do MM. Juiz, manifeste-se o impetrante, em 10 dias. Intime-se. Palmas, 26 de setembro de 2005. (a) Desembargador CARLOS SOUZA-Relator”.

1ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: Dr. Adalberto Avelino de Oliveira

Intimação às Partes
Decisões/Despachos

APELAÇÃO CÍVEL Nº 3678/03
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 511/99)
APELANTE: COMPANHIA DE SEGUROS VERA CRUZ SEGURADORA S/A
ADVOGADO : Júlio Alencastro Veiga Filho e Outro
APELADO: ALDENOR COELHO NORONHA e OUTROS
ADVOGADO : Henrique Pereira dos Santos
RELATOR: Desembargador AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador AMADO CILTON – Relator do acórdão, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Tendo em vista a certidão de fls. 192, volvam os autos à Secretaria, eis que os embargos declaratórios já foram objeto de julgamento. Acaso interposto recurso especial ou extraordinário encaminhem-se à Presidência para Juízo de admissibilidade. Na hipótese contrária, retornem ao Juízo de origem para os fins de Direito. Cumpra-se. Palmas, 28 de setembro de 2005.”. (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 3680/03
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE : (EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 512/99)

APELANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS: Jény Marcy Amaral Freitas e Outros
APELADO: ALDENOR COELHO NORONHA E OUTROS
ADVOGADO: Henrique Pereira dos Santos
RELATOR: Desembargador AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Desembargador AMADO CILTON – Relator do acórdão, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Tendo em vista a certidão de fls. 196, volvam os autos à Secretaria, eis que os embargos declaratórios já foram objeto de julgamento. Acaso interposto recurso especial ou extraordinário encaminhem-se à Presidência para Juízo de admissibilidade. Na hipótese contrária, retornem ao Juízo de origem para os fins de Direito. Cumpra-se. Palmas, 28 de setembro de 2005.”. (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 3687/03
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE : (EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 509/99)
APELANTE: COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS
ADVOGADOS: Jény Marcy Amaral Freitas e Outros
APELADO: ALDENOR COELHO NORONHA E OUTROS
ADVOGADO: Henrique Pereira dos Santos
RELATOR: Desembargador AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Desembargador AMADO CILTON – Relator do acórdão, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Tendo em vista a certidão de fls. 193, volvam os autos à Secretaria, eis que os embargos declaratórios já foram objeto de julgamento. Acaso interposto recurso especial ou extraordinário encaminhem-se à Presidência para Juízo de admissibilidade. Na hipótese contrária, retornem ao Juízo de origem para os fins de Direito. Cumpra-se. Palmas, 28 de setembro de 2005.”. (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 3697/03
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE: (EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 510/99)
APELANTE: COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL
ADVOGADOS: Jény Marcy Amaral Freitas e Outros
APELADO: ALDENOR COELHO NORONHA E OUTROS
ADVOGADO: Henrique Pereira dos Santos
RELATOR: Desembargador AMADO CILTON

Por ordem do Excelentíssimo Desembargador AMADO CILTON – Relator do acórdão, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Tendo em vista a certidão de fls. 205, volvam os autos à Secretaria, eis que os embargos declaratórios já foram objeto de julgamento. Acaso interposto recurso especial ou extraordinário encaminhem-se à Presidência para Juízo de admissibilidade. Na hipótese contrária, retornem ao Juízo de origem para os fins de Direito. Cumpra-se. Palmas, 28 de setembro de 2005.”. (A) Desembargador AMADO CILTON – Relator.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 6107/05
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO Nº 6394-2/05)
AGRAVANTE: BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A
ADVOGADOS: Rodrigo Coelho e Outros
AGRAVADOS: DARCI SFALCIN E OUTRA
ADVOGADOS: Sebastião Luis Vieira Machado e Outro
RELATOR: Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “Cuida a espécie de Agravo de Instrumento, manejado pelo BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S/A, via de seu advogado, contra decisão proferida pela MM. Juíza monocrática da 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas – TO, nos autos da Ação de Embargos de Terceiro nº 6394-2/05, proposta por DARCI SFALCIN E OUTRA, requerendo, em sede de liminar, a atribuição de efeito suspensivo para determinar a continuidade da construção do imóvel urbano identificado como Lote 15, situado na Quadra ACSU-SE 60, Conjunto 02, com área de 6.0000 m². Diz o Agravante, que aforou perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, Ação de Execução Forçada em desfavor de THOM CONSTRUTORA LTDA e seus avalistas, tendo conseguido penhorar, dentre outros, o imóvel acima mencionado. Entretanto, o Agravado opôs Embargos de Terceiro, pedindo a antecipação dos efeitos da tutela, o que lhe foi concedido, determinando a desconstituição da penhora existente sobre o imóvel descrito acima. Transcreve em seguida a decisão atacada, a qual merece ser reparada, pois, mal fundamentada e lavrada de forma diferente do pedido, em razão de flagrantes ilegalidades e irregularidades que lhe acarretam prejuízos irreparáveis. Ademais, a documentação acostada é por demais frágil para alicerçar o decism ora guerreado. Alega que o despacho; além de nulo, também merece ser reformado, vez que na verdade os pressupostos para a concessão da liminar com base no artigo 461 e parágrafos do Código de Processo Civil não se fazem presentes, razão pela qual não poderia ter seu pleito deferido. Aduz estarem presentes os requisitos necessários à concessão do efeito suspensivo almejado, os quais se consubstanciam no documental acostado aos autos e no direito invocado. Ao final, requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso manejado e, no mérito, a reforma da decisão atacada. Ilustra sua tese com inúmeros julgados de Tribunais pátrios. REALATADOS, DECIDO. A atribuição de efeito suspensivo ativo a Agravo de Instrumento, que a orientação jurispruden-cial pátria tem entendido admissível, por força de in-terpretação que empresta ao artigo 558 do Código de Processo Civil, pressupõe a presença concomitante de dois requisitos: a relevância do funda-mento, consubs-tanciada na plausibilidade do direito deduzido, e a possibilidade de ocorrência de lesão grave e de difi-cil reparação. Diz o mencionado dispositivo, in verbis: “Art. 558: O relator poderá, a requerimento do agravante, nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens, levantamento de dinheiro sem caução idônea e em outros casos dos quais possa resultar le-são grave e de difícil reparação, sendo relevante a fundamentação, suspender o cumprimento da decisão até o pronunciamento definitivo da turma ou câmara.” Nesta esteira, somente se justifica a atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instru-mento quando cabalmente demonstrada a presença do fu-mus boni iuris e do periculum in mora, como pressupos-tos necessários à concessão da medida. Assim tem sido o entendimento dos Tribunais pá-trios. Veja-se: “PROCESSUAL CIVIL. EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA

EXCEPCIO-NAL. REQUISITOS. 1. Emprestar-se efeito suspen-sivo a agravo de instrumento é medida ex-cepcional, que exige a presença de dois re-quisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. Não existindo um deles, indefere-se o pedido. 2. Agravo regimental desprovido. Decisão. Por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental." (TRF 1ª R. - AGA 01000482861 – PA - Rel. JUIZ EUSTAQUIO SILVEIRA - DJ de: 17.11.1999 PAGINA: Pg. 109)". No mesmo sentido: "PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRU-MENTO. ART. 527, INC. 2, DO CPC. 73. AUSÊN-CIA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. INDEFERI-MENTO. Indefere-se pedido de atribuição de efeito suspensivo a Agravo de Instrumento, na hipótese de restarem não demonstradas a existência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação e a desarrazoabilidade do entendimento adotado da decisão agravada. Decisão. UNÁ-NIME (TRF 4ª R. - AGA - Proc. 96.04.07706-6 - PR - TERCEIRA TURMA - Rel. JUIZ MANOEL MUNHOZ - DJ DATA: 31.07.1996 PÁGINA: 53147)*. No caso dos autos, não logrou o Agravante demonstrar a existência dos requisitos mencionados, sendo insuficiente o fundamento apresentado para alicerçar o provimento postulado; atentando-se, simplesmente, a destacar as possíveis ilegalidades e irregularidades contidas na decisão atacada, o que não coaduna com a verdade, pois, a referida decisão encontra-se bem fundamentada, tendo inclusive o Magistrado singular apontado com clareza os elementos formadores de sua convicção. Desta forma, diante da ausência dos requisitos para a concessão do efeito suspensivo postulado, possível é a aplicação da disposição contida no artigo 527 do CPC, com a redação dada pela Lei nº 10.352, que pos-sibi-litou ao Relator converter o Agravo de Instrumento em Agravo Retido, quando não se tratar de provisão ju-risdicional de urgência ou não houver perigo de lesão grave de difícil ou incerta re-paração. Diz o mencionado dispositivo. Verbis: "Art. 527 – Recebido o agravo de instrumento no tri-bu-nal, e distribuído incontinenti, o Relator: I – omissis; II – poderá converter o agravo de instrumento em agravo re-tido, salvo quando se tratar de provisão ju-risdicional de urgên-cia ou houver perigo de le-são grave e de difícil ou incerta repa-ração, re-metendo os respectivos autos ao juízo da causa, onde serão apen-sados, cabendo agravo dessa deci-são ao órgão colegi-ado competente". No caso dos autos, conforme dito em linhas volvidas, a pretensão do Agravante não apre-senta os re-quisitos necessários à concessão da me-dida suspen-siva postu-lada e tampouco acarretará prejui-zos ao mesmo, caso o presente Agravo de Instrumento seja convertido em Agravo Retido, prorro-gando sua apreciação para ocasião de eventual apelo a ser mane-jado, quando do julgamento do mérito da de-manda originária. Ex positis, recebo o presente recurso na modali-dade de Agravo Re-tido, determinando a remessa do mesmo à 3ª Vara Cível da Comarca de Palmas, onde tramita a ação princi-pal, devendo estes au-tos serem apen-sados à mesma, nos termos do dispositivo mencionado em linhas pretéritas. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 04 de outubro de 2005.". (A) Desembargador LIBERATO PÓVOA – Relator.

Acórdãos

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 2088/01
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
REFERENTE: (AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA Nº661/99)
REMETENTE: JUIZA DE DIREITO DA 2ª VARÁ DOS FEITOS DAS FAZENDAS E REGISTRO PÚBLICOS
IMPETRANTE: AMERICEL S/A
ADVOGADO: Francisco José Sousa Borges
IMPETRADO:DIRETOR DA RECEITA ESTADUAL DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: Procurador Geral do Estado do Tocantins
PROCURADOR. DA JUSTIÇA:RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR : Desembargador CARLOS SOUZA

E M E N T A : DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA.TEMPESTIVIDADE.RECURSO DE OFICIO. FUNDAMENTAÇÃO BASTANTE. Protocolizada a apelação quando esgotado o prazo legal, deve ser declarada a intempestividade do recurso voluntário interposto pelo Apelante. Deve ser mantida a sentença cuja fundamentação é suficiente para o convencimento do julgador. Recurso improvido
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Duplo Grau de Jurisdição nº 2088/01 em que é Impetrante Americel S/A e Impetrado Diretor da Receita Estadual do Estado do Tocantins.Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa, a 1ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade votos, conheceu e negou provimento ao impulso obrigatório. Votaram com o relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa e a Excelentíssima Senhora Juíza Ana Paula Brandão Brasil. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça a Excelentíssima Senhora Dr.ª Angélica Barbosa da Silva. Palmas - TO, 21 de setembro de 2005.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5732/05
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA Nº137/99)
AGRAVANTE: SANTOS E BARCO LTDA.
ADVOGADO: Júlio Solimar Rosa Cavalcanti E Outro
AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: Anselmo Francisco da Silva e Outros
RELATORA: JUIZA ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

E M E N T A: PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE EXECUÇÃO – PENHORA – PESSOA JURÍDICA – INTIMAÇÃO DOS SÓCIOS – VALIDADE DO ATO – INTERLOCUTÓRIA CONFIRMADA – RECURSO CONHECIDO – PROVIMENTO NEGADO.O art. 12, VI, do CPC estabelece que as pessoas jurídicas serão representadas em juízo, ativa e passivamente, por quem seus estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores. Assim, o sócio que exerce a gerência da pessoa jurídica sendo devidamente cientificado da penhora, tem-se o ato como concretizado e válido.PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DO DEVEDOR – PRAZO PARA OPOSIÇÃO – PRECLUSÃO. Oportunidade da parte para manifestação sobre os cálculos apresentados pelo exequente se dá com a oposição dos Embargos do Devedor. Transcorrido o prazo respectivo, sem a oposição devida opera-se a preclusão em virtude da inércia da parte.
A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 5732, onde figura como agravante a empresa Santos & Barco Ltda. e como agravado Banco do Brasil S/A. Acordam os componentes da 3ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência do Sr. Desembargador Liberato Póvoa, por unanimidade de votos em negar provimento ao presente agravo de

instrumento, mantendo intacta a decisão monocrática, tudo conforme relatório e voto da Relatora, que passam a integrar este julgado. Acompanhou o voto vencedor da Senhora Relatora a Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno e o Sr. Desembargador Carlos Souza. O Sr. Desembargador Amado Cilton absteve-se de votar alegando motivo de foro íntimo. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça a Dra. Angélica Barbosa da Silva. Palmas, 21 de setembro de 2005.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4443/03
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO Nº78/03)
AGRAVANTES: SPA ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO: Valdemar de Brito e Outros
AGRAVADO: MUNICÍPIO DE AGUIARNÓPOLIS – TO
ADVOGADO: Sebastião Alves Mendonça Filho
RELATOR : Desembargador CARLOS SOUZA

E M E N T A : AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA CAUTELAR DE ARRESTO. DECISÃO CONCESSIVA. MANTIDA A DECISÃO AGRAVADA. Atendidos os requisitos gerais das medidas cautelares e, ainda, os requisitos da medida, há que se conceder o arresto para garantia de futura execução. Desprovemento.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de instrumento nº 5443/03 em que são Agravantes Spa Engenharia Indústria e Comércio S/A e Agravado Município de Aguiarnópolis – TO. Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa, a 1ª Turma Julgadora da Câmara Cível do Egrégio Tribuna de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade votos, conheceu do recurso, por ser próprio e tempestivo, mas negou-lhe provimento, para manter, na íntegra, a decisão agravada. Votaram com o relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa e a Excelentíssima Senhora Juíza Ana Paula Brandão Brasil. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça a Excelentíssima Senhora Dr.ª Vera Nilva Álvares Rocha. Palmas - TO, 24 de agosto de 2005.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 4765/05
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS – TO
REFERENTE:(AÇÃO DE ALIMENTOS Nº400/02)
APELANTE: C. E. D. DOS S.
ADVOGADO: Jorge Cladistone Pozzobom
APELADO: M. N. DOS S. REPRESENTADA POR SUA GENITORA A.C. D. N.
ADVOGADOS: Rosa Maria Da Silva Leite E Outro
PROCURADOR(A). JUSTIÇA.:Vera Nilva Alvares Rocha
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO

E M E N T A : APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. ACORDO ENTRE OS GENITORES. ATRASO DE QUATRO MESES NO PAGAMENTO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. PENSÃO FIXADA EM DUZENTOS E QUARENTA REAIS MENSAIS. APELO VISANDO A REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO NO JUÍZO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE FINANCEIRA DO GENITOR EM ARCAR COM O VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. RECURSO IMPROVIDO.1 – Embora considere excessivo o valor arbitrado, o alimentante não evidenciou de forma patente, sua impossibilidade financeira de arcar com referido montante.2 – Versa o § 1º, do artigo 1.694 do Código Civil em vigor que, “os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada”, ou seja, deve-se analisar a possibilidade daquele que fornece e a necessidade de quem recebe. O artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil, afirma que, “incumbe o ônus da prova ao réu, quando se referir a fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”. Portanto, competia ao recorrente provar sua dificuldade financeira, de forma incontesti, para que fosse demonstrada em juízo a impossibilidade do pagamento da pensão alimentar no patamar fixado.3 – O apelante não logrou êxito em demonstrar a impossibilidade de pagamento dos encargos alimentícios, apenas alegou perceber mensalmente a quantia atual de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), sem, contudo, trazer aos autos elementos convincentes a corroborar seu arrazoado.4 – A sentença vergastada foi proferida em total consonância com os preceitos legais, pois fora baseada nas informações contidas nos autos, suficientes a formar o juízo de convencimento e concluir que a fixação dos alimentos no quantum observado é perfeitamente razoável, não havendo motivo relevante que recomende sua redução. Os elementos externos de boa situação financeira mostram-se em desfavor do recorrente, pois apesar da alegada condição de empregado, conforme verificado nos autos, ao se cadastrar como cliente do BANRISUL, o mesmo declarou-se autônomo, fato este que ratifica o entendimento do Magistrado a quo, que classificou o apelante como empresário.5 – A vicissitude observada no feito demonstra que a pensão alimentícia fixada atende aos requisitos do artigo 1.694 do Código Civil, não se mostrando excessivo ao alimentante, dado o seu padrão de vida, nem módico para o alimentando, posto que condizente com as necessidades básicas de uma criança.6 – Não há nos autos, elementos probatórios a evidenciar que a recorrida não necessita dos benefícios da assistência judiciária, por outro lado, não deve ser deferido o pedido do recorrente em relação ao beneplácito da justiça gratuita, pois restou evidenciado que o mesmo não encontra-se em situação financeira precária.7 – Não houve sucumbência recíproca, a autora apenas não obteve a integralidade da importância pleiteada em relação aos alimentos e, em se tratando de ação de alimentos, o valor requerido na exordial figura, tão somente, como parâmetro inicial para que o juiz possa fixar o valor conveniente e adequado aos fatos expostos. A fixação da verba alimentícia em valor inferior ao postulado não configura sucumbência recíproca, devendo o apelante arcar sozinho com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios. 8 – O Magistrado a quo sentenciante fixou o valor da pensão alimentícia em R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), devidos a cada dia primeiro e desde a citação, reajustáveis na mesma época e índice em que for reajustado o salário mínimo e, como é cediço, desde 01.05.05 o salário mínimo vigente é de R\$ 300,00 (trezentos reais), reajuste este que, conforme determina a sentença, majora o valor arbitrado a título de alimentos.

A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 4765/05 em que C. E. D. dos S. é apelante e M. N. dos S. representada por sua genitora A. C. D. N. figura como apelada. Sob a presidência do Exmº. Srº. Desº. Liberato Póvoa, a 5ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, conheceu do presente recurso, por próprio e tempestivo, mas NEGOU-LHE PROVIMENTO, para manter incólume a sentença monocrática recorrida. Votaram: Exmº. Srº. Desº. JACQUELINE ADORNO Exmº. Srº. Desº. CARLOS SOUZA Exmº. Srº. Desº. LIBERATO PÓVOA Compareceu representando a Douta Procuradoria Geral de

Justiça a Exm^ª. Sr^ª. Dr^ª. Angélica Barbosa da Silva – Procuradora de Justiça. Palmas, 21 de setembro de 2005.

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 5797/05

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA Nº1965/05)
AGRAVANTE: ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR DO ESTADO: Henrique José Auerswald Júnior
AGRAVADO : APARECIDO LUCIANETTI
ADVOGADO: Nilson Antônio A. Dos Santos
RELATOR: O SR. DES. AMADO CILTON

E M E N T A : AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO – EXECUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE. Não há que se falar em execução de sentença que põe termo à demanda sem julgamento de mérito, ante a absoluta falta de título executivo. Recurso conhecido e ação executiva extinta nos termos do artigo 267, IV, do CPC.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os autos de Agravo de Instrumento nº 5797, em que figuram como agravante o Estado do Tocantins e agravado o Sr. Aparecido Lucianetti. Sob a Presidência do Sr. Desembargador Liberato Póvoa, a 4ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, votou pela extinção da execução interposta, face à ausência de título executivo judicial que autorize a propositura dessa demanda (artigo 267, IV, do CPC), conforme consta do relatório e voto do relator, que ficam fazendo parte integrante deste. Votaram com o relator os Srs. Desembargadores Carlos Souza e Jacqueline Adorno. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Dra Angélica Barbosa da Silva. Palmas, 28 de setembro de 2005.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5462/04

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: DECISÃO DE FLS. 172/175
AGRAVANTE: N. M. B. SHOPPING CENTER LTDA
ADVOGADO: Ataul Corrêa Guimarães
AGRAVADO: ABRANGE – INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA
ADVOGADO: Antônio Paim Broglio
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO
RELATOR P/ O ACÓRDÃO: Desembargador CARLOS SOUZA

E M E N T A : AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ALEGADA NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. O efeito suspensivo do Agravo de Instrumento é medida que se impõe, uma vez que estando em discussão a incompetência do Juiz e, posteriormente, reconhecida, os atos serão nulos nos termos do artigo 113, parágrafo 2º do Código de Processo Civil. Agravo Regimental provido para dar efeito suspensivo à decisão agravada.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 5462/04 em que é agravante N. M. B. Shopping Center Ltda e agravada Abrange – Incorporadora e Administradora de Imóveis. Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa, a 5ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por maioria, votou no sentido de manter o voto divergente de fls. 558/562, dando provimento ao Agravo Regimental e concedendo o efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento até sua decisão de mérito, não importando a decisão de mérito proferida pelo MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, juntada aos autos, pois, caso reconhecida a sua incompetência os atos serão nulos nos termos do artigo 113, § 2º do Código de Processo Civil. Voto vencedor dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Liberato Póvoa e Carlos Souza. Voto vencido da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, que declarou prejudicado o agravo de instrumento (voto oral). Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, o Excelentíssimo Senhor Doutor Alcir Raineri Filho, Procurador de Justiça. Palmas - TO, 31 de agosto de 2005.

DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO Nº 2381/05

ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA Nº2647/01)
REMETENTE: JUIZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRANORTE – TO
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MIRANORTE - TO
ADVOGADO(A): Luiz Eduardo Brandão e Outro
REQUERIDA: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS – CELTINS
ADVOGADO(A): Sérgio Fontana e Outros
PROCURADOR(A). DE JUSTIÇA: VERA NILVA ÁLVARES ROCHA
RELATOR:Desembargador CARLOS SOUZA

E M E N T A : DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA. FALTA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE 1ª INSTÂNCIA. PROVIMENTO PARCIAL.Exsurgindo evidente o interesse público na solução da demanda, necessária é a intervenção do Ministério Público, em todas as fases do processo, sob pena de nulidade do mesmo. Recurso ex-offício conhecido e parcialmente provido.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes Autos de Duplo Grau de Jurisdição nº 2381/05, em que é Requerente Município de Miranorte – TO e Requerida Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – Celtins.Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA, a 1ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade de votos, conheceu do recurso, por ser próprio e tempestivo, para dar provimento parcial ao recurso ex-offício para declarar a nulidade de todos os atos processuais subsequentes ao despacho de fls. 91, retornando os autos à Comarca de Origem, com abertura de vista ao representante do Ministério Público de primeiro grau, para sua regular intervenção, prosseguindo o feito em seus normais trâmites, inclusive com prolação de nova sentença. Acompanharam o voto do Relator os Excelentíssimos Senhores Desembargador Liberato Póvoa e a Juiza de Direito Ana Paula Brandão Brasil.Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Doutora Angélica Barbosa da Silva. Palmas - TO, 14 de setembro de 2005.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 4466/2004

ORIGEM: COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO Nº 4293/03, DA 1ª VARA CÍVEL)

APELANTE: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TOCANTINENSE LTDA – COOPERNORTE
ADVOGADO: Luiz Carlos Lacerda Cabral
APELADA: JOVELINY MARTINS BARBOSA
ADVOGADOS: José Pedro Da Silva E Outro
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

E M E N T A : APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. INADMISSIBILIDADE NO RITO SUMÁRIO. VEÍCULO PARADO NO LEITO DA PISTA DE ROLAMENTO DA RODOVIA SEM A DEVIDA SINALIZAÇÃO. COLISÃO. DANOS MATERIAL E MORAL.
I – É inadmissível a denúncia da lide no rito sumário nos termos da Lei 9245/95, alterada pela Lei 10.444/02. II – Comprovados os danos material e moral praticados pelo preposto da empresa ré, bem como a culpabilidade e o nexo causal, fica a empresa requerida obrigada a repará-los nos termos das normas legais vigentes. Sentença apelada confirmada em todos os seus termos.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 4466/04 em que é Apelante Cooperativa Agropecuária Tocantinense Ltda – Coopernorte e Apelado Joveliny Martins Barbosa. Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa, a 1ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade, não havendo nenhum reparo a ser feito na sentença apelada, votou no sentido de confirmá-la integralmente, em todos os seus termos. Votaram com o Relator Desembargador Carlos Souza, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa e a Excelentíssima Senhora Doutora Juíza de Direito Ana Paula Brandão Brasil. Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça, a Excelentíssima Senhora Doutora Angélica Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça. Palmas - TO, 14 de setembro de 2005.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5773/05

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO CAUTELAR INOMINADA Nº 3662-7/05)
AGRAVANTES: MARCONCELOS MINERAÇÃO LTDA E OUTRO
ADVOGADO: Argérbon Fernandes de Medeiros
AGRAVADO: CARLOS BATISTA DE ALMEIDA
ADVOGADO: Mauro José Ribas e Outro
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

E M E N T A : AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. LEVANTAMENTO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS BLOQUEADOS. CAUÇÃO. FALTA DE TÍTULO JUDICIAL.I – Estando em discussão judicial pelos meios ordinários em primeira instância, na qual pretende o agravado fazer parte da empresa jurídica legalmente constituída como sócio de fato, não é justo manter bloqueado dinheiro da agravante oriundo de indenização paga pela Investco S/A, cujo numerário é patrimônio da agravante, inclusive a parcela bloqueada possui destinação específica para melhoramento da empresa. Portanto, nos termos do § 2º do art. 588 do CPC, não se faz necessária a exigibilidade de caução para a agravante movimentar seu próprio dinheiro. II – Prejudicado os Agravos Regimentais face o julgamento de mérito do Agravo de Instrumento. Agravo de instrumento provido.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de instrumento nº 5773/05 em que são Agravantes Marconcelos Mineração Ltda e outro e Agravado Carlos Batista de Almeida. Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa, a 1ª Turma Julgadora da Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por unanimidade votos, manteve a decisão preliminar de fls. 151/156, destes autos, em todos os seus termos, para dar como de fato deu provimento ao presente Agravo de Instrumento desbloqueando o numerário, determinado pela decisão agravada de fls. 88/89 de 22 de março de 2005. Votaram com o relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador Liberato Póvoa e a Excelentíssima Senhora Juíza Ana Paula Brandão Brasil.Compareceu representando a Procuradoria Geral de Justiça a Excelentíssima Senhora Dr.ª Angélica Barbosa da Silva. Palmas - TO, 21 de setembro de 2005.

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5405/04

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: (AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº4309/3)
AGRAVANTE: ROSÂNGELA BRAGA BARROS
ADVOGADO (S): João Inácio da Silva Neiva
AGRAVADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: Vera Lúcia Pontes
RELATORA: JUÍZA ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

E M E N T A : PROCESSUAL CIVIL – RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – DECISÃO QUE DECLARA DESERTO RECURSO DE APELAÇÃO PROTOCOLADA NO ÚLTIMO DIA DO PRAZO – ENCERRAMENTO DO EXPEDIENTE BANCÁRIO - PREPARO EFETUADO NO 1º DIA ÚTIL POSTERIOR – OCORRÊNCIA DE JUSTA IMPEDITIVA – DESERÇÃO AFASTADA – AGI CONHECIDO E PROVIDO. Quando o recurso é protocolado no último dia do seu prazo, porém, após o encerramento do horário bancário, e, sendo o preparo recolhido no primeiro dia útil posterior ao protocolo recursal, afasta-se a deserção, pois, resta configurada a justa causa impeditiva ao não cumprimento do dispositivo do art. 511 do CPC. É que a parte recorrente não pode ser prejudicada se no momento em que chega ao fórum para protocolar o recurso o expediente bancário já se encerrou. Decisão monocrática cassada. AGI conhecido e provido.
A C Ó R D Ã O : Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 5405, onde figura como agravante Rosangela Braga Barros e como agravado Banco do Bradesco S/A. Acordam os componentes da 3ª Turma Julgadora da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência do Sr. Desembargador Liberato Póvoa, por unanimidade de votos em conhecer e dar provimento ao presente agravo de instrumento, cassando a decisão monocrática objurgada para que seja recebido o recurso apelatório interposto pela agravante, tudo conforme relatório e voto da Relatora, que passam a integrar este julgado.Acompanhou o voto vencedor da Senhora Relatora o Sr. Desembargador Amado Cilton e a Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça a Dra. Angélica Barbosa da Silva. Palmas, 21 de setembro de 2005.

2ª CÂMARA CÍVEL

SECRETÁRIO: Dr. Ademir Antônio de Oliveira

Intimação às Partes Decisões/Despachos

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 6124/05

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE: Ação Anulatória de Ato Jurídico nº 4951/04, da 3ª Vara Cível da Comarca de Araguaína - TO
AGRAVANTE: SUELEM BRINGEL SILVA
ADVOGADO: Marques Elex Silva Carvalho
AGRAVADA: MARIA APARECIDA MARTINS COSTA
ADVOGADA: Cristiane Delfino Rodrigues Lins
RELATOR: Desembargador DANIEL NEGRY

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador DANIEL NEGRY– Relator, ficam as partes interessadas nos autos epígrafados INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “Suelem Bringel Silva, interpõe Agravo de Instrumento contra decisão proferida nos autos da Ação Anulatória de Ato Jurídico em tramitação na 3ª Vara Cível da Comarca de Araguaína, indicando como agravada Maria Aparecida Martins Costa. Alega que ingressou com ação de nulidade de ato jurídico a fim de desconstituir contrato verbal de compra e venda de um imóvel de sua propriedade, firmado com a agravada, no valor de 150.00,00 (cento e cinquenta mil reais), haja vista que esta, sem efetuar o devido pagamento da quantia pactuada, usando de má-fé e de um instrumento de mandado que lhe havia sido outorgado, transferiu para si o referido imóvel, constando na escritura afirmações inverídicas. Assevera que após a audiência de conciliação, dada por infrutífera, o insigne magistrado, nos termos do art. 113 do CPC, declarou-se incompetente para processar e julgar a presente ação, por entender que, tratando-se de anulação de escritura pública e de seus respectivos registros, a competência caberia à Vara de Registros Públicos. No entanto, aduz a agravante, não se trata o pedido de anulação da escritura pública e sim de anulação do próprio ato negocial, o que determina a competência para uma vara cível. Requer, ao final, que o agravo seja conhecido e recebido em seu efeito suspensivo a fim de que o processo prossiga com trâmite na vara cível, por entender que do contrário sofrerá dano de incerta e difícil reparação. Requereu, ainda, os benefícios da assistência judiciária gratuita. Vieram com a inicial, os documentos de fls. 009/110. É o essencial para o relatório. Passo a decisão. O agravo é de ser recebido, pois preenche os requisitos de admissibilidade recursal exigidos pelo artigo 525, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de assistência judiciária, nos termos da Lei 1.060/50. No que tange ao pedido de suspensão dos efeitos da decisão hostilizada, de fato o julgador poderá atribuir efeito suspensivo ao agravo quando o cumprimento do decisum ensejar lesão grave e de difícil reparação, sendo relevante o fundamento do direito invocado (art. 527, III, c/c o art. 558, ambos do CPC). Tais requisitos consubstanciam-se no fumus boni iuris e periculum in mora, os quais hão de emergir simultaneamente, sob pena de indeferimento. Quanto a eles, analisadas as alegações e os documentos que instruíram o agravo, nota-se que a agravante não demonstra qual seria o perigo real e imediato que a não concessão da medida requerida lhe causaria, ou seja, qual o prejuízo que sofreria por ter a ação ajuizada o trâmite na Vara de Registro Público. Para a concessão “in limine” do pedido deve transparecer o risco de irreversibilidade na execução da decisão ou, no mínimo, o grave prejuízo que sofreria se mantida até julgamento final, fatos que não restaram evidenciados, decorrendo disso a ausência do periculum in mora. Diante disso, recebo o presente agravo de instrumento apenas no efeito devolutivo, negando, destarte, a liminar perseguida. Notifique o magistrado ‘a quo’ para prestar as informações que julgar necessárias, inclusive acerca do cumprimento pela agravante do disposto no artigo 526 do CPC. Intime-se a agravada para, querendo, oferecer resposta, observado o prazo de 10(dez) dias, consoante os termos do inciso V, do artigo 527 do CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 03 de outubro de 2005. (a) Desembargador DANIEL NEGRY - Relator”.

2ª CÂMARA CRIMINAL

SECRETÁRIO: Dr.Francisco de Assis Sobrinho

Pauta

PAUTA Nº 32/2005

Será julgado pela 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins na 32ª sessão ordinária, aos 18 (dezoito) dias do mês de outubro (10) de 2005, terça-feira ou nas sessões posteriores, a partir das 14h, o seguinte processo:

1)–RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - RSE-1912/05 (05/0041699-0).

ORIGEM: COMARCA DE GURUPI.
REFERENTE: (RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 967/04, 1ª VARA CRIMINAL).
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS.
RECORRIDO: MÁRCIO NAJAR FERNANDES.
ADVOGADO: WALACE PIMENTEL.
PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dra. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADORA JACQUELINE ADORNO.
Desembargadora Jacqueline Adorno
Desembargador Carlos Souza
Desembargador Liberato Póvoa

RELATOR
VOGAL
VOGAL

Intimação às Partes Decisões/Despachos

HABEAS CORPUS Nº : 4063/05 (05/0045149-4)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE NATIVIDADE-TO.
PACIENTE: JOSÉ LUIZ RODRIGUES DE ANDRADE
ADVOGADO: HERALDO RODRIGUES DE CERQUEIRA
RELATOR: DESEMBARGADOR- AMADO CILTON - RELATOR

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Amado Cilton - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epígrafados, do Despacho a seguir transcrito: “ D E C I S Ã O - O advogado Heraldo Rodrigues de Cerqueira, nos autos qualificado, impetra neste Sodalício ordem de habeas corpus, com pedido de medida liminar, em benefício de José Luiz Rodrigues de Andrade, também qualificado, aduzindo que o impetrante “foi denunciado como incurso nas penas do art. 12, da Lei 6.368/76 e está respondendo processo nos termos da Lei 10.409/02, que prevê que a instrução processual esteja terminada dentro do prazo máximo de 162 (cento e sessenta e dois) dias a contar da data de prisão do acusado”. Aduz que até a data de hoje (21.09.2005) já se passaram mais de 171 (cento e setenta e um) dias da prisão do paciente e a instrução criminal se encontra pela metade, sendo certo que o acusado em nada contribuiu para tanto, “visto que este se deu por inteira responsabilidade e morosidade da máquina do Poder Judiciário”. Afirma que o excesso de prazo verificado “escapa à razoabilidade, não sendo faculdade do juiz de primeira instância manter o processo em seu poder indefinidamente e sem justificativa plausível, deixar de promover o seu desenvolvimento válido e regular”. Consigna ainda em sua peça inaugural que “... não se pode permitir que a efetiva prestação jurisdicional seja postergada, sine die, em detrimento do sagrado direito de liberdade daquele que não colaborou para essa demora e nem tão pouco transferir para o preso, o sabor do castigo antecipado de uma prisão ilegal, violando o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal, porque é certo que a manutenção do preso por mais tempo do que a lei legalmente permite, viola o seu direito de liberdade”. Ressalta que o paciente, não obstante registrar antecedente criminal, possui residência fixa e tem o direito de responder ao processo em liberdade até o julgamento final, conforme dispõe o artigo 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal e artigo 647 c/c o artigo 648, II, do Código de Processo Penal. Transcreve vários julgados que entende agasalhar sua tese e acosta aos autos documentos de fls. 10/26. É o relatório. Decido. Não obstante o alegado pelo impetrante em sua longa peça inicial, pois em certo momento afirma que já se passaram mais de 171 (cento e setenta e um) dias da prisão do paciente e a instrução criminal se encontra pela metade, e que o mesmo não deu causa à tanto, além de que o excesso de prazo escapa à razoabilidade, não podendo o juiz reter o processo em seu poder indefinidamente, ressei dos documentos acostados que a instrução criminal já se encerrou, haja vista as alegações finais apresentadas pela defesa, fls. 23/26. Por outro lado, não cuidou o impetrante de acostar ao seu pedido qualquer documento da escrivania criminal que certificasse o que foi por ele afirmado, estando o feito, a meu sentir, insuficientemente instruído. Desse modo, denego a medida liminar requerida e determino a notificação da autoridade impetrada para que preste os informes que o caso requer. Juntando-os, colha-se o parecer do órgão de Cúpula Ministerial. Intime-se. Cumpra-se. Palmas, 29 de setembro de 2005. Desembargador AMADO CILTON – Relator”.

HABEAS CORPUS Nº : 4069/05 (05/0045231-8)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: MARCOS AIRES RODRIGUES
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL COMARCA DE PALMAS-TO.
PACIENTE : CARLOS RIBEIRO DO CARMO
ADVOGADO: MARCOS AIRES RODRIGUES
RELATOR: Desembargador CARLOS SOUZA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador CARLOS SOUZA - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epígrafados, do despacho a seguir transcrito:” DESPACHO: Carlos Ribeiro do Carmo, por advogado constituído postula ordem de habeas corpus, em razão de ter sido preso em flagrante, tendo como motivo porte ilegal de arma (art. 14 da Lei 10.826/0). Consta que o paciente efetuou dois disparos em direção ao carro de um pretenso namorado de sua filha de 16 anos. A certidão de fls. 14 mostra que o paciente está sendo processado por infringir o art. 121, c/c 14, II do Código Penal, tendo como vítima Hélio Ribeiro dos Santos. O pedido de liminar fica prejudicado por insuficiência de provas e pelos motivos acima expostos, razão pelo qual indefiro o pedido. Colha-se as informações da autoridade acoimada de coatora, no prazo de 48:00 horas. Após, com ou sem às informações dê-se vista a Procuradoria Geral de Justiça. Fica o Sr. Secretário da Câmara, autorizado a assinar as devidas notificações. Cumpra-se. Palmas-TO, 04 de outubro de 2005 Desembargador CARLOS SOUZA – Relator”.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº : 2911/05 (05/0044221-5)

ORIGEM: COMARCA DE ARAGUATINS– TO
REFERENTE: (AÇÃO PENAL Nº 624/04- VARA CRIMUNAL)
TIPO PENAL: ART. 213, C/C ART.224, A, ART. 226, II C/C ART. 71, TODOS DO CP.
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
APELADO: LUIS MENDES DA SILVA
ADVOGADA: ROSÂNGELA RODRIGUES TÔRRES
RELATOR: Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epígrafados, do despacho a seguir transcrito: “ DESPACHO (Apelação Criminal n.º 2911) Em atendimento à cota ministerial de fls. 102, determino o retorno dos autos à Comarca de origem para que se proceda a intimação pessoal do réu, em seguida abra-se vista à Procuradoria Geral de Justiça para que exare seu parecer, e, após, volvam-me conclusos. Cumpra-se. Palmas, 30 de setembro de 2005. DES. LIBERATO PÓVOA – Relator”.

HABEAS CORPUS Nº : 4057/05 (05/0045024-2)

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRANTE: SÉRGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS
IMPETRADO: JUIZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE COLINAS-TO
PACIENTE : ROSIMAR GOMES DA SILVA
ADVOGADO: SÉRGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS
RELATOR: Desembargador LIBERATO PÓVOA

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador LIBERATO PÓVOA - Relator, ficam intimadas as partes interessadas nos autos acima epígrafados, do despacho a seguir transcrito:” DESPACHO – Postergo a apreciação do pedido liminar requestado para após as informações da autoridade impetrada. Cumpra o determinado, volvam-me conclusos. Cumpra-se. Pasma, 26 de setembro de 2005. Des. Liberato Póvoa- Relator”.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº : 1982/05 (05/0045073-0)

ORIGEM: COMARCA DE PORTO NACIONAL – TO.
REFERENTE: AÇÃO PENAL Nº 2263/04- 1ª VARA CRIMINAL
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

RECORRIDO: ROGÉRIO GOMES DE MIRANDA
DEFEN.PÚBLICO: MARCELLO TOMAZ DE SOUZA
ADVOGADO: QUÊNIO RESENDE PEREIRA DA SILVA

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno - Relatora, ficam intimadas às partes interessadas nos autos acima epigrafados, da decisão a seguir transcrita: " DESPACHO - Trata-se de RECURSO EM SENTIDO ESTRITO interposto pelo representante do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, com assento na Comarca de Porto Nacional- TO, em face da decisão de fls. 107/113, dos autos n.º 2263/2004, da Ação Penal movida naquele juízo, pelo ora recorrente, em desfavor de CARLOS ALBERTO G. DE ARAÚJO, ROGÉRIO GOMES MIRANDA e JAIR AIRES MANDUCA JÚNIOR, sendo os dois últimos, ora recorridos. Examinando os presentes autos, especialmente o despacho de fls. 158, observa-se que o douto Magistrado a quo não exerceu o juízo de retratação do recurso em sentido estrito, nos termos do art. 589 do CPP. Segundo entendimento pacífico da jurisprudência, “sendo o recurso em sentido estrito um recurso de retratação, a provisão judicial de primeira instância só se esgota com pronunciamento expresso do magistrado sobre se mantém ou não a decisão recorrida, de modo que o julgamento do recurso por parte do tribunal ad quem, sem a observância do disposto no art. 589 do CPP, implicaria a supressão de um grau de jurisdição” . Desta forma, sob pena de nulidade, DETERMINO a baixa dos autos à inferior instância, para o Magistrado singular cumprir a indigitada determinação legal. Após, dê-se vistas à Procuradoria Geral de Justiça para os fins de mister. Cumpra-se. P.R.I. Palmas, 04 de outubro de 2005. Desembargadora JACQUELINE ADORNO - Relatora".

Acórdãos

HABEAS CORPUS Nº 3997

IMPETRANTES : CLÁUDIO ALBUQUERQUE E LUIZ MARTINS NETO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE FILADÉLFIA
PACIENTE: WILHAS ARAÚJO CARVALHO E REMI ALVES DE CARVALHO
ADVOGADOS: CLÁUDIO ALBUQUERQUE E LUIZA MARTINS NETO
RELATORA: JUIZA ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

EMENTA: PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – ROUBO QUALIFICADO – PRISÃO PREVENTIVA – PRESENÇA DOS REQUISITOS – ORDEM DENEGADA. A prisão preventiva é sustentada por dois pressupostos combinado com pelo menos uma das quatro condições, ambos, pressupostos e condições, estão descritos claramente no artigo 312 do Código de Processo Penal. No caso in tella, existe a prova da existência do crime, bem como os indícios da autoria e co-autoria – ou no mínimo participação – que estão combinados com três das condições, são elas, a garantia da ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal.
EMENTA: PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – ROUBO QUALIFICADO – EXCLUSÃO DE UM DOS ACUSADOS DO POLO PASSIVO – CARÊNCIA DE PROVAS NEGANDO ENVOLVIMENTO – ORDEM DENEGADA. A retirada do nome do acusado encontra-se insólita, vez que não há provas condizentes nos autos negando-lhe envolvimento. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 3997, onde figuram como Advogados Cláudio Albuquerque e Luiz Martins Neto e pacientes Wilhas Araújo Carvalho e Remi Alves de Carvalho, sendo indicado como autoridade impetrada o MM. Juiz da Vara Criminal da Comarca de Filadélfia. Acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência da Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO, à unanimidade de votos, em conhecer da impetração mas denegá-la em face da existência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, e pela falta de provas contundentes para permitir a exclusão de um dos réus do pólo passivo do processo, tudo conforme relatório e voto do Senhor Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado. Acompanharam a Senhora Relatora os Senhores Desembargadores Amado Cilton, Jacqueline Adorno, Carlos Souza e Liberato Póvoa. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça a Dra. Angélica Barbosa da Silva, Procuradora de Justiça. Acórdão de 27 de setembro de 2005.

HABEAS CORPUS Nº 4012/05

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS-TO
IMPETRANTE: CÉSAR FLORIANO DE CAMARGO
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS – TO.
PACIENTE: RAIMUNDO NONATO UCHOA FILHO
ADVOGADO: CÉSAR FLORIANO DE CAMARGO
PROCURADORA
DE JUSTIÇA: Dra. VERA NILVA ÁLVARES ROCHA
RELATORA: Desembargadora JACQUELINE ADORNO

EMENTA: HABEAS CORPUS PREVENTIVO CÍVEL – ATO INFRACIONAL – MENOR À EPOCA DA OCORRÊNCIA DO FATO – COMPETÊNCIA DO JUIZO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – IMPETRAÇÃO CONCOMITAMENTE COM HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO CRIMINAL – WRIT NÃO CONHECIDO POR TRATAR-SE DE MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA CÍVEL (ART. 10, IV, DO RITJ/TO). HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO CRIMINAL – DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA – ACUSADO MENOR À EPOCA DO FATO DELITUOSO – PROVA DA MENORIDADE – CERTIDÃO DE NASCIMENTO – MANUTENÇÃO DO PACIENTE NA CASA DE PRISÃO PROVISÓRIA PELO JUIZ CRIMINAL – CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO – ORDEM CONCEDIDA – DECISÃO UNÂNIME. I – a remessa dos autos ao Juízo da Infância e da Juventude, se de um lado deu ensejo ao encerramento do processo criminal, de outro, não fez cessar o constrangimento ilegal do paciente, que, não obstante, sendo menor à época do fato, continuou sob custódia por ordem do Juiz Criminal que, pela gravidade do delito, resolveu mantê-lo preso, apesar de reconhecer a sua imputabilidade penal e a competência do Juízo Cível da Infância e Juventude para processar e julgar o mesmo por ato infracional. II - constrangimento ilegal cessado com a concessão da liminar liberatória. Ordem concedida em definitivo para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.
A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 4012/05, oriundos da Comarca de Palmas – TO, em que figura como Impetrante o Advogado, Dr. CÉSAR FLORIANO DE CAMARGO, Paciente RAIMUNDO NONATO UCHOA FILHO e como Impetrado o MM JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS – TO. Acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, de conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, que, deixou de acolher o parecer do Ministério Público e conheceu do presente habeas corpus para conceder a ordem em definitivo, e revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente. Presidiu o julgamento a

Excelentíssima Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO — Relatora e Presidente da Colenda 2ª Câmara Criminal desta Egrégia Corte. Votaram com a Relatora os Excelentíssimos Senhores Desembargadores CARLOS SOUZA, LIBERATO PÓVOA, AMADO CILTON e a Excelentíssima Senhora Juíza ANA PAULA BRANDÃO BRASIL. Compareceu, representando a douta Procuradoria Geral de Justiça, a Exmª. Srª. Drª. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA, Procuradora de Justiça. Acórdão de 20 de setembro de 2005.

HABEAS CORPUS Nº 4003

ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS/TO
IMPETRANTE: RUBENS DÁRIO LIMA CÂMARA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO PLANTONISTA DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS.
PACIENTE: VALMIR ALMEIDA MORENO
ADVOGADO: RUBENS DÁRIO LIMA CÂMARA
RELATORA: JUIZA ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

EMENTA: PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS OBJETIVOS DO ART. 312 DO CPP – CUSTÓDIA CAUTELAR NÃO JUSTIFICADA – REVOGAÇÃO - ORDEM CONCEDIDA. 1 - A prisão preventiva é sustentada por dois pressupostos combinados com pelo menos uma das quatro condições, ambos – pressupostos e condições – descritos no art. 312 do CPP. 2 - A inexistência de tais requisitos e condições torna a custódia preventiva injustificada e, por este motivo, deve ser revogada através da concessão da ordem do writ of habeas corpus.
EMENTA: PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – INQUÉRITO POLICIAL – TRANCAMENTO ATRAVÉS DO WRIT – JUSTA CAUSA – NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS – INADMISSIBILIDADE PELA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS – ORDEM DENEGADA. 1 - O trancamento do Inquérito Policial através do Habeas Corpus pressupõe a ausência total de qualquer indício concreto da prática delitiva ou ainda, que esteja extinta a punibilidade. Portanto, não comporta o exame aprofundado de provas para configuração de possível falta de justa causa para prosseguimento do inquérito.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 4003, onde figura como paciente Valmir Almeida Moreno, e como autoridade impetrada o Juízo de Direito Plantonista da Vara Criminal da Comarca de Palmas. Acordam os componentes da 1ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência da Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, por unanimidade dos votos, em confirmar a liminar no sentido de manter a liberdade do paciente, bem como denegar o pedido de trancamento do inquérito policial, tudo conforme relatório e voto da Sra. Relatora que passam a integrar o presente julgado. Acompanharam o voto do Sra. Relatora os Senhores Desembargadores, Amado Cilton, Carlos Souza e Jacqueline Adorno. Ausência justificada do Sr. Desembargador Liberato Póvoa. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça a Dra. Angélica Barbosa da Silva. Palmas, 13 de setembro de 2005

HABEAS CORPUS Nº 3996

IMPETRANTE : ROBERTO GOMES DA SILVA
IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 3a VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PALMAS
PACIENTE: ROBERTO GOMES DA SILVA
ADVOGADO: POTRONÍLIA RIBEIRO ARAÚJO
RELATOR: JUIZA ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

EMENTA: PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – ROUBO QUALIFICADO – PRISÃO EM FLAGRANTE – RELAXAMENTO DA PRISÃO – LIBERDADE PROVISÓRIA – PRISÃO PREVENTIVA – PRESENÇA DOS REQUISITOS – ORDEM DENEGADA. O crime de roubo, onde há emprego de violência ou grave ameaça deve ser tratado com rigor, caso contrário irá gerar um sentimento de impunidade por parte da sociedade. Assim, como forma de garantir a ordem pública é que obstaculiza o relaxamento da prisão, ou a revogação da prisão preventiva. Habeas Corpus conhecido, ordem denegada. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 3996, onde figuram como Advogada Petronília Ribeiro Araújo e paciente Roberto Gomes da Silva, sendo indicado como autoridade impetrada o MM. Juiz da 3a Vara Criminal da Comarca de Palmas. Acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência da Senhora Desembargadora JACQUELINE ADORNO, à unanimidade de votos, em conhecer da impetração mas denegá-la em face da existência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, tudo conforme relatório e voto do Senhor Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado. Acompanharam a Senhora Relatora os Senhores Desembargadores Amado Cilton, Jacqueline Adorno, Carlos Souza e Liberato Póvoa. Representou a Procuradoria-Geral de Justiça a Dra. Angélica Costa da Silva - Procuradora de Justiça. Acórdão de 20 de setembro de 2005.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 2614

COMARCA : PALMAS
APELANTE : ANTÔNIO FELICIANO DA SILVA
ADVOGADOS : FRANCISCO JOSÉ SOUSA E OUTRO
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADOR
DE JUSTIÇA : RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATORA: JUIZA ANA PAULA BRANDÃO BRASIL

EMENTA — PROCESSUAL PENAL — APELAÇÃO CRIMINAL — TRIBUNAL DO JÚRI — DOSIMETRIA DA PENA — INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 59 DO CÓDIGO PENAL — CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS — APLICAÇÃO CORRETA — APELO IMPROVIDO. O prolator da sentença não tem obrigatoriedade de se referir, de forma explícita, a cada um dos itens do artigo 59 do Código Penal, desde que faça alusão as principais circunstâncias que influenciaram na individuação da pena. PENAL — ARMA DE FOGO — PORTE ILEGAL ANTERIOR AO CRIME DE HOMICÍDIO — CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DO ARTIGO 1º DA LEI Nº 9437/97 — RECURSO A QUE NÃO SE DÁ PROVIMENTO. Não há se falar em consunção entre o homicídio e o crime de porte de arma, quando este é anterior à prática do artigo 121 do Código Penal, devendo-se manter o concurso material de crimes.
A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº 2614, oriunda da Comarca de Palmas, onde figuram como apelante Antônio Feliciano da Silva e como apelado o Ministério Público. Acordam os componentes da 3ª Turma da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em sessão presidida pela senhora Desembargadora Jacqueline Adorno, por maioria, nos termos do acórdão da senhora relatora, em negar provimento ao recurso interposto, mantendo incólume a sentença exarada pelo Juiz Presidente do Conselho de Sentença. Convergiram com a Senhora Relatora, no que

se refere à manutenção da condenação pela prática do crime de homicídio privilegiado-qualificado, o Senhor Desembargador Amado Cilton (Revisor) e a Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno. A Senhora Relatora foi vencida, no particular, no que a toca a aplicação do princípio da consunção ao porte de arma de fogo na prática do crime de homicídio, pelo voto divergente do Senhor Desembargador Amado Cilton, que foi acompanhado pela Senhora Desembargadora Jacqueline Adorno. Representou o Órgão de Cúpula Ministerial a Senhora Procuradora de Justiça Angélica Barbosa da Silva. Acórdão de 20 de setembro de 2005.

EMBARGOS INFRINGENTES Nº 1568

EMBARGANTE : JOSÉ GERALDO VEIGA BITTENCOURT
ADVOGADOS : OCÉLIO NOBRE DA SILVA E OUTRA
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR : ALCIR RAINERI FILHO
RELATOR : DES. LIBERATO PÓVOA

PROCESSUAL PENAL — CRIME HEDIONDO — TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES — PROGRESSÃO DE REGIME — IMPOSSIBILIDADE — INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 2º DA LEI Nº 8.072/90, BEM COMO DA SÚMULA Nº 698, DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Nos crimes hediondos ou a eles equiparados, com exceção do delito de tortura, a pena deverá ser cumprida em regime integralmente fechado, vedada, portanto, a sua progressão, nos termos da Lei 8.072/90.
ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos Infringentes nº 1568, opostos por José Geraldo Veiga Bittencourt, tendo como Embargado o Ministério Público do Estado do Tocantins. Acordam os componentes da 2ª Câmara Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência da Desembargadora Jacqueline Adorno, por maioria de votos, para rejeitar os presentes Embargos, tudo nos termos do relatório e voto do senhor Relator, Desembargador Liberato Póvoa, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento, convergindo com o Senhor Relator, os Senhores Desembargadores Carlos Souza, Jacqueline Adorno, e a Juíza de Direito Ana Paula Brandão Brasil. O Senhor Desembargador Amado Cilton votou divergentemente, para prover os presente Embargos Infringentes, sendo vencido. A Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pela Dr.ª Angélica Barbosa da Silva. Acórdão de 20 de setembro de 2005.

HABEAS CORPUS Nº 4013

ORIGEM : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
IMPETRANTE : RUBENS DE ALMEIDA BARROS JÚNIOR
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARAI
PACIENTE : ADEBAL DAVID DE ANDRADE
ADVOGADO : RUBENS DE ALMEIDA BARROS JÚNIOR
PROCURADOR
DE JUSTIÇA : RICARDO VICENTE DA SILVA
RELATOR : O SR. DES. AMADO CILTON

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – DECRETO CAUTELAR DESPROVIDO DE FUNDAMENTAÇÃO – HIPÓTESES SOBRE O CLAMOR PÚBLICO – INADMISSIBILIDADE – APLICAÇÃO DO ARTIGO 315 DO CPP – WRIT CONCEDIDO. A fundamentação é requisito legal do decreto cautelar (art. 315 do CPP). Conceder-se há habeas corpus sempre que aquele não se encontrar suficientemente fundamentado. As hipóteses sobre o clamor público não se prestam a legitimar a privação cautelar da liberdade.
A C Ó R D Ã O: Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus nº 4013, onde figura como impetrante Rubens de Almeida Barros Júnior e paciente Aderbal David de Andrade. Sob a presidência da Desembargadora Jacqueline Adorno, acordam os integrantes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, à unanimidade de votos, em desacolher o parecer ministerial e conceder em definitivo a ordem impetrada, ressaltando, entretanto, a possibilidade de que possa ser expedido novo decreto cautelar nos moldes do artigo 312 do Código de Processo Penal, tudo nos termos do relatório e voto do relator, que ficam fazendo parte integrante deste. Votaram com o relator os Desembargadores Liberato Póvoa, Carlos Souza, Jacqueline Adorno e a Juíza Ana Paula Brandão Brasil. Representou a Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Angélica Barbosa da Silva. Acórdão de 27 de setembro de 2005.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 1891

ORIGEM : COMARCA DE ARAGUAÍNA
REFERÊNCIA : AÇÃO PENAL Nº 100/89, DA 1ª VARA CRIMINAL DE ARAGUAÍNA
TIPO PENAL : ART. 121, § 2º, IV c/c art. 14, II TODOS DO CÓDIGO PENAL BRASI-LEIRO
RECORRENTE : LUZIMAR BENTO DA COSTA (Adv.: Dearley Kuhn)
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR : DES. LIBERATO PÓVOA

“RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA – LEGÍTIMA DEFESA – IMPROCEDÊNCIA - A absolvição sumá-ria só será possível em sede de pronún- cia quando o Magistrado se convencer tenha o réu agido acobertado pela ex-cludente de ilicitude da legítima defesa. Havendo dúvida, o melhor caminho é a pro-núncia do réu, pois nessa fase processual vigora o princípio do ‘in dubio pro societate’ e não do ‘in dubio pro reo’. Para que não subtraia o acusado de seu juízo natural: o Tribunal do Júri”.
ACÓRDÃO: Vistos e discutidos os presentes autos de RE-CURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 1891/05, em que figuram como Recorrente, LUZIMAR BENTO DA COSTA, Recorrido, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS. Acordam os componentes da Segunda Turma da 2ª Câmara Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora JACQUELINE ADORNO, por unanimidade de votos, conhecer do recurso, e, no mérito, negar-lhe provimento para manter in totum a decisão monocrática, tudo nos termos do relatório e voto do Senhor Relator, Des. Liberato Póvoa, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Votaram acompanhando o Relator o Exmº Desembargador AMADO CILTON e a Excelentíssima Juíza ANA PAULA BRANDÃO BRASIL. A douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve re-presentada pela Exmª. Drª. ANGÉLICA BARBOSA DA SILVA. Acórdão de 20 de setembro de 2005.

DIVISÃO DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS

Intimação às Partes
Decisões/Despacho

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 4257/04

ORIGEM:COMARCA DE PALMAS-TO
REFERENTE:AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 1661/02
RECORRENTE:BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADA:Cristina Cunha Melo Rodrigues
RECORRIDA:VALQUIRES MARIA MACIEL PARENTE COSTA
DEF. PÚBLICO:Edvan de Carvalho Miranda
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “Trata-se de RECURSO ESPECIAL interposto pelo BANCO BRADESCO S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal, e subsidiariamente ao artigo 541 e seguintes, do Código de Processo Civil, uma vez inconformado com o v. acórdão de fls. 113/114, prolatado nos autos da Apelação Cível nº 4257/04, na qual demanda com VALQUIRES MARIA MACIEL PARENTE COSTA. Em suas razões recursais, o recorrente aduziu, em síntese, que o juiz singular julgou improcedente a ação de busca e apreensão e procedente a ação revisional em apenso, declarando indevida a cobrança de juros acima de 12% ao ano; que, proposta a apelação contra referida sentença, foi negado provimento à mesma sob o mesmo fundamento; que, no caso em tela encontram-se presentes, além dos requisitos genéricos de todos os recursos, aquele identificado como sendo o do prequestionamento da matéria jurídica da qual se cogita, sob a forma implícita; e que, encontrando-se o recurso especial conforme a norma própria da espécie, deve o mesmo ser acolhido. Juntou o comprovante do preparo às fls. 151. Em contra-razões, a recorrida argumentou que o recurso em tela não merece provimento, por encontrar-se carente de requisito essencial à sua formação, no caso, o prequestionamento, e, ainda, não versar a peça recursal sobre matéria debatida nos autos, divergindo totalmente da realidade fática e não preenchendo as determinações estampadas no artigo 541, do pergaminho processual civil. É o relatório. Passo à análise dos pressupostos de admissibilidade recursal e à decisão. Relativamente aos quesitos genéricos, verifica-se que o recurso foi protocolado em data de 15/04/2005, tendo a intimação do acórdão sido publicada no DJ 1341, em data de 31/03/2005, restando observado o prazo estabelecido em lei específica, o que nos leva a considerá-lo como tempestivo. O preparo encontra-se comprovado através do recibo de fls. 151, inexistindo qualquer vício de representação ou irregularidade processual formal, além de estar em satisfeitas as condições de procedibilidade, consubstanciadas na evidente sucumbência do recorrente, na singularidade da insurgência e no esgotamento dos recursos nesta instância. Quanto aos dispositivos teoricamente afrontados pelo v. acórdão, observa-se uma divergência temática entre a peça recursal e os fundamentos contidos no acórdão combatido. Relativamente ao prequestionamento da matéria vista como negativa de vigência a lei federal, o qual consiste na exigência de que o tribunal a quo tenha apreciado e solucionado a questão colocada em pauta, resta averiguar quanto à sua existência. Inicialmente, tem-se que é prescindível, para que esteja satisfeito esse requisito de admissibilidade, que o tribunal inferior faça menção aos dispositivos legais apontados como violados, bastando que decida sobre as matérias jurídicas nele inseridas. Por outro lado, a simples interposição de embargos de declaração também não é suficiente para que tal requisito seja cumprido. Necessária se faz a emissão de juízo, pelo tribunal inferior, acerca da questão federal suscitada no recurso excepcional. E se, apesar de provocado via embargos de declaração, o tribunal a quo se nega a emitir pronunciamento acerca dos pontos tidos como omissos, contraditórios ou obscuros, deve o recorrente especial alegar contrariedade ao artigo 535, do CPC, pleiteando a anulação do acórdão proferido quando do julgamento dos embargos, ao invés de insistir na tese de violação aos dispositivos legais, cujas matérias não foram apreciadas e solucionadas. Sob pena de não conhecimento do recurso especial, as questões federais, inclusive os erros in procedendo, surgidas no julgamento da apelação devem ser prequestionadas. Da mesma forma, caso tenha a parte agitado determinada matéria em embargos de declaração, visando sem sucesso a manifestação do colegiado de origem, ainda assim estará ausente o prequestionamento para que se abra ensejo à instância especial. Dos autos, extrai-se que o recorrente não usou da prerrogativa dos embargos de declaração. Extrai-se, também, que o recorrente não atendeu às situações fáticas supra referidas no tocante ao prequestionamento, pois a sua irrisignação firmou-se em apontar possíveis divergências entre o acórdão recorrido e a legislação federal, porém apresentando matéria que não foi apreciada pelo julgador. Apenas aventou a possibilidade de um prequestionamento implícito. Uma possível violação do artigo 535, do Código de Processo Civil, pela não análise dos pontos levantados na peça recursal, também não foi arguida em sede especial. Tratando-se o Recurso Especial daqueles pertinentes à classe dos excepcionais, no qual o espectro de sua cognição não é amplo, ilimitado, como nos recursos comuns, mas sim restrito à matéria jurídica, e, como tal, não se presta para o reexame da matéria de fato, já que quanto a esta, presume-se que tenha sido dirimida na instância ordinária, admiti-lo nos moldes conforme proposto seria desconsiderar os propósitos legais para os quais foi estabelecido. De modo que, ausente o requisito do prequestionamento, impossível se torna analisar a matéria em sede especial. ISTO POSTO, com suporte nas disposições contidas na Súmula 123-STJ, DEIXO DE ADMITIR o presente recurso especial. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos à Divisão de Distribuição para que, após as anotações e cautelas de praxe, sejam os mesmos devolvidos à Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 06 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 4148/04

ORIGEM:COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE:AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO Nº 1948/02
RECORRENTE:TELEGOIÁS CELULAR S/A
ADVOGADOS:Anderson Bezerra e Outra
RECORRIDOS:ERION DE PAIVA MAIA E OUTRA

ADVOGADOS:Paulo Saint Martin de Oliveira e Outros
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “Trata-se de RECURSO ESPECIAL interposto por TELEGOIÁS CELULAR S/A, com fulcro nos artigos 105, III, “a” , da Constituição Federal, 508, 541 e seguintes, do Código de Processo Civil, e, 255 e seguintes do RISTJ, objetivando a reforma do acórdão de fls. 249/250, proferido nos autos da Apelação Cível nº 4148/04, na qual a recorrente demanda com ERION DE PAIVA MAIA e sua mulher SÔNIA GOMES SCHLENGER MAIA, aqui denominados recorridos. Em suas razões recursais expostas às fls. 252/265, a recorrente aduz que o acórdão em questão negou vigência a dispositivos de Leis Federais, identificados como sendo os artigos 186 e 927, do CC/2002, e, 3º, do CPC, motivo pelo qual deve ser reformado. Em consequência desse entendimento, requer seja admitido, conhecido e provido o presente recurso. Juntou comprovante de preparo às fls. 266 e os documentos de fls. 267/271. Devidamente intimados, os recorridos apresentaram suas contra-razões às fls. 276/280, através das quais pugnam pela negativa de seguimento ao Recurso Especial, ante a ausência das condições básicas de admissibilidade do mesmo, firmadas no RISTJ e na legislação específica ao caso concreto, inclusive pelo fato de que a fundamentação do recurso não guardar qualquer relação com os temas jurídicos enfocados no acórdão fustigado, e nem sequer foram ventilados nas razões da apelação. Relatados, passo à decisão. Objetivando exaurir o juízo de admissibilidade recursal, fato necessário à aferição dos pressupostos extrínsecos (tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) e intrínsecos (hipóteses de cabimento, legitimidade e interesse de recorrer), próprios da espécie, entendo inicialmente que o recurso interposto é tempestivo, eis que a parte recorrente manifestou-se no prazo legal de quinze (15) dias, pois a intimação do acórdão circulou em data de 12.05.2005 e a peça recursal foi protocolada em data de 27.05.2005. Quanto ao preparo, verifica-se às fls. 266 o comprovante respectivo. Considerando-se que petição de fls. 252/265 encontra-se acompanhada da fundamentação quanto ao inconformismo por parte da recorrente, existindo pedido de nova decisão, não vislumbro qualquer vício de representação ou irregularidade processual formal na mesma. A recorrente possui a legitimidade configurada no artigo 499, do CPC: trata-se de recurso cabível no caso concreto e, o interesse de recorrer restou demonstrado, inexistindo fato impeditivo para tal. Relativamente ao prequestionamento da matéria discutida nesta irresignação, que resulta de atividade anterior provocada pelas partes perante a instância ordinária, objetivando a manifestação do órgão julgador a respeito da questão federal ou constitucional que entendeu contrariada, cabe analisar quanto à sua existência. Referido pressuposto encontra-se em consonância com os preceitos constitucionais que erigem os recursos especial e extraordinário, e tem por finalidade abrir caminho à admissibilidade do recurso a partir da manifestação do órgão jurisdicional quanto à questão aventada pela parte recorrente, conforme muito bem preleciona José Miguel Garcia Medina em sua obra “O Prequestionamento nos Recursos Extraordinário e Especial”: “A postulação da parte, em sede ordinária, contudo, será obrigatória para que a questão constitucional ou federal possa ser objeto de julgamento. Não havendo tal postulação, não poderá o juiz a quo ou o tribunal manifestar-se acerca da questão constitucional ou federal, a não ser que se trate de matéria conhecida ex officio ou que, em virtude de lei, fique devolvida ao tribunal ou ao juiz apesar de não haver manifestação expressa do recorrente a respeito”. Na mesma linha de raciocínio, o insigne Ministro Eduardo Ribeiro, do STJ, assim se expressou: “Tendo o prequestionamento a apontada razão de ser fundada no direito positivo constitucional, forçoso concluir que sua exigência é indeclinável. Há de sempre estar presente para que possam ter trânsito o extraordinário ou o especial”. Das razões apresentadas pela recorrente em sua peça recursal, aflora dos autos que a matéria apontada como negativa de vigência a dispositivos de Leis Federais (arts. 186 e 927, CC/2002, e 3º, CPC – fls. 255) não foi explanada tanto no voto do relator quanto no acórdão guerreado, restando omissas na decisão recorrida. Isto porque a mesma não foi apontada por ocasião do apelo e nem foi objeto de embargos declaratórios quando da decisão objurgada. Inexistindo qualquer manifestação anterior por parte da recorrente ou mesmo deste Tribunal quanto ao tema recursal, entendo que o quesito representado pelo prequestionamento não restou configurado. Cabe, então, acatar a orientação emanada do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, como segue: “Descabe conhecer-se de recurso especial pela alínea “a”, se a questão federal não foi suscitada na apelação nem discutida no acórdão”. (STJ – 5ª. Turma – Resp 178876-SP – Rel. Min. Gilson Dipp – DJU 12.04.1999). Assim, ausente o prequestionamento, o recurso perde suas condições de recebimento, pois tal quesito trata-se de conditio sine qua non para a sua admissibilidade. ISTO POSTO, observado o disposto na Súmula 123, STJ, DEIXO DE ADMITIR o presente recurso especial. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos dos nossos registros, remetendo-os à Comarca de origem. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 06 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 3092/01
ORIGEM:COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO
REFERENTE:EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 586/99
RECORRENTE:BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS:Carlos César de Sousa e Outro
RECORRIDO:MARTINS & DURAN LTDA E OUTROS
ADVOGADO:Henrique Pereira dos Santos
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “Trata-se de RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A objetivando a reforma do v. acórdão de fls. 200/205 proferido nos autos da Apelação Cível sob nº 3092/01, proposta contra MARTINS & DURAN LTDA , WAGNER CAETANO DURAN e MARIA LÚCIA MARTINS DURAN, aqui denominados recorridos. Assim recorreu ao entendimento de que o acórdão violou preceito constitucional capitaneado no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, apoiando o seu pedido no teor do artigo 102, III, “a”, da Carta Magna. Em suas razões, o recorrente argumentou que o caso concreto objeto do presente recurso é sucedâneo da ação de embargos à execução nº 596/99, ajuizada pelos recorridos, e que teve por matéria a discussão envolvendo alteração do conteúdo de cláusulas contratuais de operação realizada no âmbito do crédito comercial, configurada pela Cédula de Crédito Comercial nº 95/00035-6, firmada em 16.05.1995. Argumentou, ainda, que o acórdão recorrido constitui

decisão de mérito em última instância por tribunal estadual, o que torna cabível o presente, tendo sido configurada a lesividade quanto aos interesses do recorrente. Isto porque, o v. acórdão violou o preceito constitucional representado pelo artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, sob o fundamento de que a redução do porcentual de 10% pactuado na CCC, nos termos do artigo 58, do Dec. 413/69, para 2% a teor da Lei 9.298/96, que deu nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 52, da Lei 8.078/90, contraria a intangibilidade do ato jurídico perfeito. Transcreveu citações jurisprudenciais e outras que entendeu inerentes ao alegado, juntando os documentos de fs. 250/252 assim como o comprovante de preparo (fls. 273). Intimados, os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 301/306, argumentando, em síntese, que o presente recurso não merece seguimento, ante a ausência de condições de admissibilidade, por entenderem que o recorrente não fundamentou devidamente as suas razões e nem prequestionou as matérias aventadas na sua irresignação. No mérito, requereram o improvemento do recurso pela ausência de embasamento legal aplicável ao caso concreto. É o relatório. Passo à decisão. Objetivando exaurir o juízo de admissibilidade, cabe analisar, inicialmente, os pressupostos inerentes ao recurso apresentado, definidos pelos artigos 541 e seguintes, do Código de Processo Civil. Tais pressupostos identificam-se como extrínsecos (tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) e intrínsecos (hipóteses de cabimento, legitimidade e interesse de recorrer). No tocante à tempestividade, constata-se que a peça recursal foi protocolada em 11.03.2005 e que a intimação do acórdão vergastado ocorreu em 24.02.2005, por publicação no DJ 1330, motivo pelo qual entendo que a mesma restou devidamente caracterizada, a teor do artigo 508, do Código de Processo Civil. O recorrente é parte legítima e sua sucumbência frente ao acórdão encontra-se devidamente caracterizada, encontrando-se o recurso devidamente preparado (comprovante às fls. 273). As peças recursais encontram-se acompanhadas da necessária fundamentação quanto ao inconformismo por parte do recorrente, tendo sido identificados os dispositivos legais aos quais o recorrente entendeu que existe negativa de vigência. Relativamente ao prequestionamento, que consiste na exigência de que o tribunal a quo tenha apreciado e solucionado a questão federal suscitada nos recursos endereçados aos tribunais superiores, extrai-se dos autos que o recorrente demonstrou sua preocupação diante do assunto desde a sua petição de fls. 41/84, quando da impugnação aos embargos à execução, oportunidade em que prequestionou as matérias constitucionais e infraconstitucionais abordadas na ação, as quais foram enfrentadas pelo juiz singular em sua sentença de fls. 92/107. Repetiu-se o fato na petição de fls. 114/147, quando do recurso de apelação, cujas matérias restaram mencionadas no relatório de fls. 194/196 e enfrentadas, superficialmente, por ocasião do voto de fls. 200/202, através do qual restou improvido o apelo. Em embargos de declaração (fls. 209/211), o recorrente reiterou o prequestionamento daquelas matérias, pedindo fosse sanada a omissão apontada, com a manifestação explícita por parte do julgador quanto aos dispositivos legais apontados. Levando-se em conta que, na verdade, o prequestionamento resulta, a rigor, da atividade anterior das partes perante a instância ordinária, apta a provocar a manifestação do órgão julgador acerca da questão federal ou constitucional, não se fazendo necessário que nas razões recursais apresentadas haja qualquer item dedicado especialmente ao fato em si ou que se utilize o recorrente de alguma frase no sentido de que se está indicando determinado dispositivo legal para efeito daquele pressuposto, e que, no caso concreto, toda a celeuma processual girou em torno da matéria enfocada pelo recorrente nos seus expedientes já referidos, qual seja, ofensa direta à Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso XXXVI, entendo que restou configurado o requisito em destaque. Como não cabe a esta Presidência adiantar um juízo de mérito do recurso, cuja competência é privativa do STF, e nem negar seguimento ao recurso sob o fundamento de que não teria efetivamente ocorrido a alegada contrariedade à Constituição, impende reconhecer que restou cumprida a finalidade do prequestionamento. ISTO POSTO, considerando que os requisitos essenciais à admissibilidade do recurso extraordinário ao Excelso Supremo Tribunal Federal encontram-se preenchidos, ADMITO-O no seu inteiro teor, para que cumpra os fins a que se destina. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 04 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 3092/01
ORIGEM:COMARCA DE FORMOSO DO ARAGUAIA-TO
REFERENTE:EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 586/99
RECORRENTE:BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADOS:Carlos César de Sousa e Outro
RECORRIDO:MARTINS & DURAN LTDA E OUTROS
ADVOGADO:Henrique Pereira dos Santos
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “BANCO DO BRASIL S/A, devidamente representado, interpôs RECURSO ESPECIAL contra o v. acórdão de fls. 200/205, proferido nos autos da Apelação Cível sob nº 3092/01, proposta contra MARTINS & DURAN LTDA, VAGNER CAETANO DURAN e MARIA LÚCIA MARTINS DURAN, aqui denominados recorridos. Assim recorreu com suporte no artigo 105, III, “a” e “c”, da Carta Magna, por entender que o acórdão objurgado contrariou e negou vigência aos artigos 2º, 128, 458, 459, 460, 535, I, e 536, todos do CPC; artigo 6º do Decreto-Lei 4.657/42 (LICC); Lei 4.595/64, artigo 9º; artigos 5º e 58, do Decreto-Lei 413/69. Em suas razões recursais, o recorrente alegou, em suma, que o recurso especial é sucedâneo da Ação de Embargos à Execução nº 596/99, ajuizada pelos recorridos , que teve por objeto a discussão envolvendo alteração do conteúdo de cláusulas contratuais de operação realizada no âmbito do crédito comercial, configurada pela Cédula de Crédito Comercial nº 95/00035-6, firmada em 16.05.1995. Que, o r. acórdão recorrido, exarado às fls. 200/205, constitui decisão de mérito em última instância por tribunal estadual, o que torna cabível o recurso especial, tendo sido configurada a lesividade quanto aos interesses do recorrente. Aduziu mais que, dentro do que interessa ao reexame das questões em sede do especial, identifica aquela correspondente à inacumulabilidade da comissão de permanência e da correção monetária com fundamento na vedação da súmula 30, STJ; o anatocismo – juros do mútuo – indevida capitalização de juros vedada pelo art. 4º do Dec. 22.626/33 e súmula 121, STF; juros remuneratórios – limitação em 12% ao ano; juros moratórios de 1% ao ano, e, multa contratual – redução do porcentual de 10% pactuado entre as partes. Transcreveu citações jurisprudenciais e outras que entendeu inerentes ao caso concreto, juntando os documentos de fls.250/252 assim como os comprovantes de preparo (fls. 253 e 273). Devidamente intimados, os recorridos apresentaram suas contra-razões , argumentando,

em síntese, que o presente recurso não merece seguimento, ante a ausência de condições de admissibilidade, por entenderem que o recorrente não fundamentou devidamente as suas razões recursais e nem prequestionou as matérias aventadas na sua irresignação. No mérito, requereram o improvimento do recurso, diante da ausência de embasamento legal aplicável ao caso concreto. É o sintético relatório. Decido. Inicialmente, necessário se faz exaurir o juízo de admissibilidade recursal, com a análise dos pressupostos inerentes ao recurso apresentado, definidos pelos artigos 541 e seguintes, do Código de Processo Civil. No tocante aos critérios considerados extrínsecos (tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) e bem assim aos intrínsecos (hipóteses de cabimento, legitimidade e interesse de recorrer), constata-se que a petição foi protocolada em data de 11/03/2005 e que a intimação do acórdão foi publicada no DJ 1330, em 24.02.2005, de modo a restar caracterizada a tempestividade recursal, a teor do artigo 508, do CPC. O recurso especial restou devidamente preparado (comprovante de fls. 253), a recorrente é parte legítima e sua sucumbência frente ao acórdão vergastado encontra-se devidamente caracterizada. A peça recursal encontra-se acompanhada da necessária fundamentação quanto ao inconformismo por parte do recorrente, tendo sido identificados os dispositivos legais aos quais o recorrente entendeu que existe negativa de vigência. Relativamente ao prequestionamento, que consiste na exigência de que o tribunal a quo tenha apreciado e solucionado a questão federal suscitada nos recursos endereçados aos tribunais superiores, extrai-se dos autos que o recorrente demonstrou sua preocupação diante do assunto desde a sua petição de fls. 41/84, quando da impugnação aos embargos à execução, oportunidade em que prequestionou as matérias constitucionais e infraconstitucionais abordadas na ação, as quais foram enfrentadas pelo juiz singular em sua sentença de fls. 92/107. Repetiu-se o fato na petição de fls. 114/147, quando do recurso de apelação, cujas matérias restaram mencionadas no relatório de fls. 194/196 e enfrentadas, superficialmente, por ocasião do voto de fls. 200/202, através do qual restou improvido o apelo. Em embargos de declaração (fls. 209/211) a recorrente reiterou o prequestionamento daquelas matérias, pedindo fosse sanada a omissão apontada, com a manifestação explícita por parte do julgador quanto aos dispositivos legais apontados. Apesar de novamente referidas no relatório de fls. 217, as matérias não foram enfrentadas explicitamente no voto. Levando-se em conta que, na verdade, o prequestionamento resulta, a rigor, da atividade anterior das partes perante a instância ordinária, apta a provocar a manifestação do órgão julgador acerca da questão federal ou constitucional, não se fazendo necessário que nas razões recursais apresentadas haja qualquer item dedicado especialmente ao fato em si ou que se utilize o recorrente de alguma frase no sentido de que se está indicando determinado dispositivo legal para efeito daquele pressuposto, e que, no caso concreto, toda a celeuma processual girou em torno da matéria enfocada pelo recorrente nos seus expedientes já referidos, qual seja, capitalização mensal de juros, multa contratual, aplicação da TR como referencial de correção e inversão do ônus da sucumbência, entendo que restou configurado um prequestionamento sob a forma implícita. Assim, impende reconhecer que restou cumprida a finalidade do prequestionamento. Como não cabe a esta Presidência adiantar um juízo de mérito do recurso, cuja competência é privativa dos tribunais superiores, resta dar seguimento ao mesmo, nos moldes conforme explicitados. ISTO POSTO, considerando que o recurso preenche os requisitos essenciais à sua admissibilidade, ADMITO-O no seu inteiro teor e, de consequência, determino a remessa dos autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 06 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente".

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 4067/04

ORIGEM:COMARCA DE GURUPI – TO
REFERENTE:EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 4193/98
RECORRENTE:JULIO CÉSAR BAPTISTA DE FREITAS
ADVOGADO:Júlio César Baptista de Freitas
RECORRIDO:BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO:Carlos César de Sousa
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “JULIO CÉSAR BAPTISTA DE FREITAS, em causa própria, interpôs RECURSO ESPECIAL objetivando a reforma da decisão da 1a. Turma Julgadora da 2a. Câmara Cível deste Egrégio Tribunal, através da qual restou negado provimento aos Embargos de Declaração interpostos em face do acórdão proferido na Apelação Cível sob nº 4067, em que demanda com o BANCO DO BRASIL S/A, aqui denominado recorrido. Assim recorreu com fundamento no artigo 105, inciso III, letra “a”, da Constituição Federal, e no artigo 541, do Código de Processo Civil, por entender que houve violação ao artigo 535, incisos I e II, do mesmo diploma legal. Preparo às fls. 172. Intimado, o recorrido apresentou suas contra-razões através do expediente de fls. 177/196, onde requereu a improcedência do recurso, por ausência de prequestionamento da matéria federal versada no artigo 2º, parágrafo único, da lei 1.060/50. É o sintético relatório. Decido. De imediato, necessária se faz a análise dos pressupostos legais inerentes ao recurso, objetivando exaurir o juízo de admissibilidade do mesmo. Referidos pressupostos dizem respeito aos requisitos extrínsecos e intrínsecos pertinentes ao exercício do direito de recorrer, no caso, a tempestividade, o preparo, a regularidade formal, a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, as hipóteses de cabimento, legitimidade e interesse de recorrer. Assim, relativamente à tempestividade, tenho que restou observado tal requisito, pois o acórdão recorrido foi publicado no Diário da Justiça nº 1355, em data de 16.05.2005, e o recurso protocolado em data de 31.05.2005. Quanto aos demais itens, verifica-se que o recorrente é parte prejudicada face ao acórdão combatido, restando incontestes a sua legitimidade no presente caso, e, as razões do inconformismo encontram-se devidamente consignadas, verificando-se a ausência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer. Inexiste qualquer vício de representação ou irregularidade processual formal, além de estarem satisfeitas as condições de procedibilidade, consubstanciadas na evidente sucumbência do recorrente, na singularidade da insurgência e no esgotamento dos recursos nesta instância. O comprovante do preparo encontra-se acostado às fls. 172. A matéria objeto do recurso firma-se na suposta negativa de vigência ao artigo 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, constatando-se a adequação entre o pleito recursal e o permissivo legal próprio da espécie. Quanto ao prequestionamento, que consiste na exigência de que o tribunal a quo tenha apreciado e solucionado a questão federal suscitada no recurso endereçado ao tribunal superior, resta averiguar se o fato ocorreu. De imediato, tem-se que é precindível, para que referido requisito de admissibilidade esteja satisfeito, que o tribunal inferior faça menção aos dispositivos legais apontados como

violados. Basta que decida sobre as matérias jurídicas nele inseridas. Porém, não basta a simples interposição de embargos de declaração para que o cabal cumprimento de tal requisito. Necessário se faz a emissão de juízo, por parte do tribunal inferior, quanto à questão federal suscitada no recurso excepcional. Caso provocado, via embargos de declaração, o tribunal a quo se negar a emitir pronunciamento a respeito dos pontos tidos como omissos, contraditórios ou obscuros, deve o recorrente especial alegar contrariedade ao artigo 535, do CPC, pleiteando a anulação do acórdão proferido quando do julgamento dos embargos, ao invés de insistir na tese da violação aos dispositivos legais, cujas matérias não foram apreciadas e solucionadas. Além do mais, as questões federais, inclusive os erros in procedendo, surgidas no julgamento da apelação, devem ser prequestionadas, sob pena de não conhecimento do recurso especial. E, embora tenha a parte agitado determinada matéria em embargos de declaração, visando sem sucesso à manifestação do colegiado de origem, ainda assim estará ausente o prequestionamento para que se abra ensejo à instância especial. Analisando a peça recursal e todo o processado, tenho que o recorrente atendeu às situações fáticas supra referidas no tocante ao prequestionamento, pois fez constar sua irresignação quanto à possível violação de dispositivo federal por ocasião do recurso de apelação e também por ocasião dos embargos de declaração. Apesar de não ter alcançado o objetivo, que era a emissão de pronunciamento acerca dos pontos tidos como omissos, contraditórios ou obscuros, invocou, também, a tese de contrariedade ao teor do artigo 535, do Código de Processo Civil. Sob tal ótica, entendo que restou caracterizado o pressuposto correspondente ao prequestionamento, o que torna possível a análise da matéria em sede recursal. ISTO POSTO, considerando que o recurso preenche os requisitos essenciais à sua admissibilidade, ADMITO-O no seu inteiro teor e, de consequência, determino a remessa dos autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo. Publique-se. Intimem-se. Palmas – TO, 06 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente".

AÇÃO CAUTELAR INCIDENTAL Nº 1518/05

ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 4590/03
REQUERENTE:LUNABEL-INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOSAntônio Carlos Rocha Pires de Oliveira e Outros
REQUERIDOS:ÉBER ROSA PEU E OUTRA
ADVOGADOS:José Da Cunha Nogueira e Outros
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Embora se tenha juntado cópia de praticamente todo o processo que tramita em primeira instância, não observo nos autos cópia do acórdão recorrido e, tão pouco, da inicial do recurso especial que se noticia. Assim, determino que o autor emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Palmas – TO, 04 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente".

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL No 4208/04

ORIGEM:COMARCA DE PORTO NACIONAL –TO
REFERENTE:AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO No 6178/01
RECORRENTE:WALDINEY GOMES DE MORAIS
ADVOGADO:Iran Nunes Lemes
RECORRIDO :BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO:Luiz Antônio Monteiro Maia
RELATORA:Desembargadora DALVA DELFINO MAGALHÃES - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA DELFINO MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Tendo em vista a certidão de fls. 200 v., dando conta de que não foi conhecido o Agravo de Instrumento impetrado contra a decisão de fls. 193 a 196, que negou seguimento ao Recuso Especial ajuizado, mantendo, conseqüentemente, o acórdão de fls. 172/173, determino a imediata remessa dos autos à 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Nacional, para o cumprimento da r. decisão. Certifique-se, nestes autos, o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Excelentíssimo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro no AGI nº 5624/05. Publique-se. Cumpra-se. Palmas – TO, 20 de setembro de 2005. (a) Desembargadora DALVA DELFINO MAGALHÃES – Presidente".

RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 4733/05

ORIGEM:COMARCA DE PALMAS-TO
REFERENTE:AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS Nº 1892/01
RECORRENTE:TCP – TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA
ADVOGADOS:Ataul Corrêa Guimarães e Outros
RECORRIDO:BENEDITO DEMÉTRIO DA SILVA
ADVOGADOS:Carlos Antônio do Nascimento e Outros
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS do seguinte DESPACHO: “Com base no teor dos artigos 589 e 590, determino ao órgão competente no sentido de que proceda a expedição da carta de sentença solicitada às fls. 615, destes autos. Após, cumpra-se a determinação de fls. 606/613. Palmas –TO, 03 de outubro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente".

RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 4733/05

ORIGEM:COMARCA DE PALMAS-TO
REFERENTE:AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS Nº 1892/01
RECORRENTE:TCP – TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA
ADVOGADOS:Ataul Corrêa Guimarães e Outros
RECORRIDO:BENEDITO DEMÉTRIO DA SILVA
ADVOGADOS:Carlos Antônio do Nascimento e Outros
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados,

INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “TCP – TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA, inconformada com a decisão de fls. 345/355, proferida nos autos da Apelação Cível sob nº 4733/05, em que demanda com BENEDITO DEMÉTRIO DA SILVA, interpôs RECURSO ESPECIAL objetivando a sua reforma, assim recorrendo com fundamento no artigo 105, III, alínea “a” e “c”, da Constituição Federal/88. Em suas razões , a recorrente argumentou inicialmente quanto à tempestividade do presente recurso, calcada no teor da Portaria nº 237/2005, deste Tribunal, que determinou recesso forense no mês de julho do corrente ano. Em seguida, apresentou relato dos fatos objeto da ação original, traçando um paralelo entre os mesmos e o direito estabelecido em lei específica a eles direcionados, transcrevendo citações doutrinárias e jurisprudenciais que entendeu adequadas ao caso concreto. Repetiu a matéria prequestionada nos recursos da apelação e dos embargos declaratórios, reforçando o entendimento de que a mesma não foi enfrentada de forma satisfatória em nenhum momento pelos julgadores, findando por requerer, entre outros pedidos, fosse o recurso recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, com a consequente cassação da decisão a quo e o julgamento pela total improcedência das pretensões do requerido. Juntou os documentos de fls. 449/497 assim como o comprovante de depósito de fls.498. Em contra-razões de fls. 587/594, o recorrido alegou preliminarmente a intempestividade da peça recursal manejada, requerendo não fosse o mesmo admitido, a teor do artigo 21, parágrafo 1º,do RISTF. Argumentou, ainda, tratar-se o presente de recurso meramente protelatório, por entender que a decisão encontra-se devidamente fundamentada, com razoável interpretação da matéria legal e constitucional colocada em debate. Em síntese, é o relatório. Decido. Inicialmente, passo à análise dos pressupostos pertinentes ao exercício do direito de recorrer, definidos pelos artigos 541 e seguintes, do Código de Processo Civil, com o propósito de exaurir o juízo de admissibilidade. Apesar da insistência por parte do recorrido quanto a uma possível intempestividade do recurso, entendo que razão não lhe assiste pois este Tribunal manteve as férias coletivas no mês de julho do corrente ano, restando suspensos os prazos recursais (art. 179, CPC). Dessa forma, tendo a peça recursal sido protocolada em data de 15.08.2005 e a intimação do acórdão publicada no DJ 1370 aos 30.06.2005, o presente recurso especial é tempestivo. Relativamente ao preparo, o comprovante respectivo encontra-se às fls. 498, destes autos. Quanto à peça recursal, a mesma encontra-se acompanhada da necessária fundamentação do inconformismo por parte da recorrente, existindo pedido de nova decisão. Ao mesmo tempo, nenhum vício de representação ou irregularidade processual formal restou configurado. A legitimidade prevista no artigo 499, do CPC, assim como o interesse de recorrer acham-se devidamente caracterizados, tratando-se de recurso próprio à espécie, por ser o julgado tomado em última instância por este Tribunal de Justiça. Resta averiguar quanto à existência do pressuposto identificado como prequestionamento, que consiste na exigência de que o tribunal a quo tenha apreciado e solucionado a questão federal suscitada no recurso endereçado aos tribunais superiores. Dos autos, verifica-se que a recorrente, por ocasião do recurso de apelação, prequestionou todos os artigos constantes da fundamentação da contestação, das razões finais, do agravo retido e do próprio apelo; igualmente prequestionou aqueles dispositivos por ocasião dos embargos de declaração. Apesar de constatar que em nenhum momento do processo aquelas questões foram enfrentadas explicitamente pelos julgadores, há de se considerar que toda a celeuma processual girou em torno da matéria enfocada pela recorrente nos expedientes recursais referidos, o que implica na existência de atividade anterior e atual para provocar a manifestação do órgão julgador acerca da questão contraditória, impende reconhecer que restou cumprida a finalidade do prequestionamento pela forma implícita. Quanto ao pedido de se dar efeitos devolutivo e suspensivo ao presente, atenho-me ao teor do parágrafo 2º, do artigo 542, do Código de Processo Civil, que dispõe no sentido de que os recursos, tanto especial quanto extraordinário, serão recebidos no efeito meramente devolutivo. ISTO POSTO, considerando que o recurso preenche os requisitos essenciais à sua admissibilidade, ADMITO-O no seu inteiro teor e, de consequência, determino a remessa dos autos ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo. Publique-se. Intime-se. Palmas –TO, 19 de setembro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 4733/05
ORIGEM:COMARCA DE PALMAS-TO
REFERENTE:AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS Nº 1892/01
RECORRENTE:TCP – TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA
ADVOGADOS:Ataul Corrêa Guimarães e Outros
RECORRIDO:BENEDITO DEMÉTRIO DA SILVA
ADVOGADOS:Carlos Antônio do Nascimento e Outros
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “TCP – TRANSPORTE COLETIVO DE PALMAS LTDA, inconformada com a r. decisão de fls. 345/355, prolatada nos autos da Apelação Cível sob nº 4733/05, em que demanda com BENEDITO DEMÉTRIO DA SILVA, interpôs RECURSO EXTRAORDINÁRIO ao Excelso Supremo Tribunal Federal, com fundamento no artigo 102, III, alínea “a”, da Constituição Federal. Em síntese, aduziu a recorrente em suas razões recursais, que pleiteia a reforma da decisão a quo por entender que este Tribunal, ao condená-la à indenização ao recorrido por danos morais, materiais e ao pensionamento, com fundamento no parágrafo 6º, do artigo 37, da Constituição Federal, o fez sem levar em consideração as disposições legais infraconstitucionais e constitucionais vigentes e atinentes à lide, pois aplicou a lei sem observância das exceções oferecidas ao caso concreto. Assim argumentou porque a decisão combatida deixou de aferir os efeitos de sua fundamentação ao fato de que encontra-se envolvida no litígio empresa pública ou concessionária de serviços públicos. Como tal, contrariou o princípio do parágrafo 6º, do artigo 37, supra referido, tendo em vista que o recorrido não é usuário do serviço prestado pela recorrente (que é concessionária pública do transporte coletivo), e, aquele dispositivo não determina que a responsabilidade da administração pública, ou de quem lhe faça as vezes, independe de culpa, apenas aplica ao poder público e aos concessionários a responsabilidade objetiva no âmbito de defesa do consumidor, não se aplicando a terceiros que não têm nenhum vínculo com este. Entende que, dessa forma, restou clara a afronta produzida pela decisão recorrida frente à norma constitucional. Requereu, a final, a procedência do pleito recursal, com a consequente reforma da decisão a quo nos moldes conforme formulados. Juntou os documentos de fls. 521/578, assim como o comprovante de preparo (fls. 579/580). Em contra-razões de fls. 596/603, o recorrido pleiteou a inadmissibilidade do recurso interposto, diante de sua manifesta intempestividade e pela deficiência da peça recursal manejada, pois entende que a recorrente deixou de observar o prazo legal estabelecido para recorrer, ao protocolar a petição em 15.08.2005, quando o

acórdão fora publicado em 30.06.2005, e, que as decisões lançadas nos autos acham-se devidamente fundamentadas, tratando-se de recurso meramente protelatório. É o relatório. Decido. Objetivando exaurir o juízo de admissibilidade previsto nos artigos 541 e seguintes, do Código de Processo Civil, passo à análise dos pressupostos de admissibilidade recursal. Tais pressupostos dizem respeito aos critérios extrínsecos (tempestividade, preparo, regularidade formal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) e aos intrínsecos (hipóteses de cabimento, legitimidade e interesse de recorrer), próprios da espécie recursal. Dos autos, extrai-se que a petição do recurso restou protocolada em data de 15.08.2005, e que a intimação do acórdão recorrido circulou no Diário da Justiça nº 1370, em data de 30.06.2005, o que torna o recurso tempestivo, pois este Tribunal manteve as férias coletivas no mês de julho do corrente ano, restando suspensos os prazos recursais (art. 179, CPC). Assim, apesar da insistência por parte do recorrido quanto a uma possível intempestividade recursal, razão não lhe assiste. O comprovante do preparo encontra-se às fls. 579/580. Relativamente aos demais requisitos, constata-se a inexistência de qualquer vício de representação ou irregularidade processual formal, encontrando-se satisfeitas as condições de procedibilidade recursal, uma vez configurada a sucumbência da recorrente frente à decisão combatida. A peça recursal se faz acompanhar da fundamentação relativa ao inconformismo por parte da recorrente, a qual requereu nova decisão sob o entendimento de que houve contrariedade ao dispositivo constitucional representado pelo princípio insculpido no parágrafo 6º, do artigo 37, da Constituição Federal. Requereu sob a égide do artigo 102, alínea “a”, inciso III, da Constituição Federal, diante do exaurimento das instâncias locais, restando configurados o interesse e a legitimidade de recorrer, tratando-se de recurso próprio à espécie por ser o julgado tomado em última instância por este Tribunal. Quanto ao prequestionamento, que resulta da atividade anterior das partes perante a instância ordinária, apta a provocar a manifestação do órgão julgador acerca da questão federal ou constitucional, cabe analisar quanto à sua existência. Referida análise torna-se necessária a partir do momento em que o recurso extraordinário, nos moldes do artigo 102, III, da Constituição Federal, visa à reapreciação de causa decidida. Por tal motivo, o tribunal superior, com base na regra constitucional, exige o prévio debate, pelo juízo a quo, a respeito da matéria deduzida no recurso extraordinário. Assim, o recurso extraordinário só pode ser conhecido se e quando presente o requisito do prequestionamento, a teor das súmulas 282 e 356, do STF, como seguem: “É inadmissível o recurso extraordinário quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada” “O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos de declaração, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento”. Exigido o preenchimento daquele requisito, torna-se imperioso reconhecer a necessidade de oposição dos embargos de declaração para que o debate exigido se torne coisa concreta. Dos autos, verifica-se que a matéria que deu motivo ao presente recurso restou devidamente prequestionada tanto por ocasião da apelação (fls. 315/327) quanto dos embargos de declaração (fls. 357/362). Como não cabe a esta Presidência adiantar um juízo de mérito sobre o recurso, cuja competência é privativa do STF, entendo da impossibilidade de se negar seguimento ao recurso sob o fundamento de que não teria, efetivamente, ocorrido a alegada contrariedade à Constituição. Caracterizado o prequestionamento, entendo preenchidos os pressupostos de admissibilidade recursal no caso concreto. ISTO POSTO, com suporte nas deduções supra, ADMITO o presente recurso extraordinário ao Excelso Supremo Tribunal Federal. Palmas –TO, 20 de setembro de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5353/04
ORIGEM:TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
REFERENTE:ACÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 5934/03
RECORRENTES:LG ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA E OUTRO
ADVOGADO:Paulo Sérgio Marques
RECORRIDO :BCN LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A
ADVOGADOS:Nilson Antônio A. dos Santos e Outro
RELATORA:Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente

Por ordem da Excelentíssima Senhora Desembargadora DALVA MAGALHÃES - Presidente deste Tribunal, ficam as partes interessadas nos autos epigrafados, INTIMADAS da seguinte DECISÃO: “LG ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA, devidamente representada, aqui denominada recorrente, interpôs o presente RECURSO ESPECIAL para o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no disposto pelo artigo 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal, objetivando a reforma do v. acórdão de fls. 228/229, proferido nos autos do Agravo de Instrumento sob nº 5353/04, no qual figura como agravado/adora recorrido o BCN LEASING – ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A. Em suas razões recursais, a recorrente alegou, em síntese, que o presente tem como propósito a reforma do v. acórdão supra identificado, através do qual foi negado provimento ao recurso do Agravo de Instrumento interposto contra decisão da primeira instância, na qual o julgador singular indeferiu pedido de anulação do acordo noticiado às fls. 103/104, daqueles autos, e, ainda, a revogação da liminar de reintegração de posse ou, em caso de entendimento diverso, que fosse determinado que o bem objeto daquele caso concreto permanecesse na posse da recorrente, até decisão final da ação. Aduziu matéria relativa à infringência ao disposto nos artigos 157, 171 e 478, do novo Código Civil, os quais alega terem sido citados expressamente no recurso de agravo, e que, inobstante aquele questionamento, o v. acórdão omitiu-se em relação aos mesmos, razão dos Embargos de Declaração interpostos posteriormente, conforme se vê de fls. 231/235. Dessa maneira, pretende a recorrente a reforma daquela decisão, nos moldes conforme explicitados na peça recursal. Preparo às fls. 257. Intimado, o recorrido deixou escoar em branco o prazo para apresentar suas contra-razões. Em suma, é o relatório. Decido. Na conformidade com o teor dos artigos 541 e seguintes, do Código de Processo Civil, a interposição do recurso especial deve obedecer a critérios intrínsecos e extrínsecos próprios da espécie recursal, os quais devem ser aferidos para o fim de se exaurir o juízo de admissibilidade. Referidos critérios se afiguram como sendo a tempestividade (art. 508, CPC), o preparo, a regularidade formal (art. 541, CPC), inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer, e as hipóteses de cabimento, legitimidade e interesse de recorrer. No que tange à tempestividade, verifica-se que a recorrente manifestou-se dentro do prazo legal estabelecido, que é de quinze (15) dias. Isto porque, a publicação da intimação do acórdão ocorreu aos 03.03..05, a exordial foi protocolada aos 21.03.05, via fax, tendo em vista o feriado estadual do dia 18 de março. O preparo encontra-se comprovado através do documento de fls. 257. Nenhum vício de representação ou irregularidade processual formal restou configurado, pois a peça recursal encontra-se acompanhada da necessária fundamentação do inconformismo por parte da recorrente e do pedido de nova decisão.

Por outro lado, entendo que a recorrente possui a legitimidade prevista no artigo 499, do CPC; o interesse de recorrer se afigura de plano, inexistente qualquer fato impeditivo da sua utilização, e, o recurso é cabível no caso concreto. Quanto ao pressuposto do prequestionamento relativo à matéria debatida na irresignação, cabe averiguar quanto à sua existência. De imediato, tem-se que o requisito de admissibilidade representado pelo prequestionamento consiste na exigência de que o tribunal a quo tenha apreciado e solucionado a questão federal suscitada no recurso endereçado aos tribunais superiores, sendo prescindível, para que esteja satisfeito esse requisito de admissibilidade, que o tribunal inferior faça menção aos dispositivos legais apontados como violados, bastando que decida sobre as matérias jurídicas nele inseridas. Para que tal requisito se encontre cumprido, não basta a simples interposição de embargos de declaração. Necessário se faz que o tribunal inferior tenha emitido juízo acerca da questão federal a ser suscitada no recurso excepcional. No caso de, apesar da provocação através dos embargos declaratórios, o tribunal a quo tenha se negado a emitir pronunciamento quanto aos pontos considerados obscuros, omissos ou contraditórios, deve o recorrente especial alegar contrariedade ao disposto pelo artigo 535, do Código de Processo Civil, pleiteando a anulação do acórdão proferido quando do julgamento dos embargos, ao invés de insistir na tese da violação aos dispositivos legais, cujas matérias não foram apreciadas e solucionadas. Nessa linha de raciocínio,deve-se observar, também, que as questões federais, inclusive os erros in procedendo, surgidas no julgamento da apelação devem ser prequestionadas, sob pena do não conhecimento do recurso especial. Isto porque a ausência do prequestionamento torna impossível a análise de qualquer matéria em sede especial. Além do mais, mesmo que a parte tenha agitado determinada matéria em embargos de declaração, visando sem sucesso a manifestação do colegiado de origem, ainda assim estará ausente o prequestionamento para que se abra ensejo à instância especial. Poderia ter havido violação ao teor do artigo 535, CPC, pela ausência de análise dos pontos levantados, mas tal vulneração não foi argüida em sede especial. No caso em tela, verifica-se que a tese jurídica apontada pela recorrente na sua irresignação não foi apreciada pelo acórdão recorrido, apesar da abordagem feita quanto ao texto de lei. Isto porque não houve o enfrentamento da matéria nos moldes conforme deveria ter ocorrido, a teor do seguinte julgado: “PROCESSO CIVIL – RECURSO ESPECIAL – PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DE ADMISSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO – AUSÊNCIA – RECURSO NÃO CONHECIDO. Conquanto se dispense o prequestionamento explícito dos dispositivos apontados no recurso como violados, é indispensável, para que o recurso especial possa ser conhecido, que a matéria nele ventilada tenha sido objeto de apreciação no acórdão recorrido” (STJ – Resp nº 49.148-7 – Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira – DJU 19.061995). Inexistindo manifestação clara a respeito do tema debatido no presente recurso por parte deste Tribunal, impraticável a sua admissão. Essa é a orientação do Superior Tribunal de Justiça. “Descabe conhecer-se do recurso especial pela alínea “a”, se a questão federal não foi suscitada na apelação, nem discutida no acórdão”. (STJ – 5a. Turma – Resp 178876-SP – Rel. Min. Gilson Dipp – DJU 12.04.1999). Tratando-se o prequestionamento de conditio sine qua non para a admissibilidade do recurso especial, e, verificada a sua ausência no caso concreto, não há como determinar o recebimento do mesmo. ISTO POSTO, observado o teor da Súmula 123, STJ, DEIXO DE ADMITIR o presente recurso especial. Com o trânsito em julgado, comunique-se ao Juiz da causa principal sobre o ocorrido. Em seguida, observadas as cautelas legais, archive-se. Palmas –TO, 22 de agosto de 2005. (a) Desembargadora DALVA MAGALHÃES – Presidente”.

DIVISÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Intimação às Partes

2273ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

Às 16h:27 do dia 04 de outubro de 2005, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de dados, os seguintes feitos:

PROTOCOLO : 05/0045203-2
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6145/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 2496/05
REFERENTE : (AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2496/05 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GURUPI-TO)
AGRAVANTE : MARCELO ADRIANO STEFANELLO
ADVOGADO : RAIMUNDO ROSAL FILHO
AGRAVADO(A: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROMOTOR(A: ZENAIDE APARECIDA DA SILVA E OUTROS
RELATOR: AMADO CILTON - QUARTA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005, CONEXÃO POR PROCESSO 05/0045202-4
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045222-9
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6146/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 5617-4/04
REFERENTE : (AÇÃO DE ARROLAMENTO DE BENS Nº 5617-4/04 DA 2ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE : ROBERTO NOGUEIRA
ADVOGADO(S: CLÉZIA AFONSO GOMES RODRIGUES E OUTROS
AGRAVADO(A: ROSIMEIRE LARA
DEFEN. PÚB: MARIA DO CARMO COTA
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005, PREVENÇÃO POR PROCESSO 04/0038602-0
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045223-7
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6147/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 14994-1/04
REFERENTE : (MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4994-1/04, DA 1ª VARA DOS

FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO(S: DANIEL ALMEIDA VAZ E OUTROS
AGRAVADO(A: ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005, PREVENÇÃO POR PROCESSO 05/0041245-6
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045224-5
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6148/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 5089/05
REFERENTE : (AÇÃO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA Nº 5089/05 DA 1ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE PARAÍSO DO TOCANTINS)
AGRAVANTE(: UMBERTO CARLOS DE SOUZA E LAIR RIBEIRO SOBRINHO
ADVOGADO(S: LUIZ CARLOS LACERDA CABRAL E OUTROS
AGRAVADO(A: ARISTIDES OTAVIANO MENDES
ADVOGADO : JÚLIO CÉSAR DA SILVA
RELATOR: LIBERATO PÓVOA - SEGUNDA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045227-0
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6149/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 1158/05
REFERENTE : (AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO Nº 1158/05 DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE PONTE ALTA DO TOCANTINS)
AGRAVANTE : MARCOS DE MELLO BARRETO
ADVOGADO : CRISTIANE PAGANI
AGRAVADO(A: SERGIO BATISTELA BUENO
ADVOGADO : FERNANDO LUIS CARDOSO BUENO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045229-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6150/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 079/02
REFERENTE : (AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL Nº 079/02 DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE : DISTRIBUIDORA DE LIVROS E REVISTAS CANTIM CULTURAL LTDA
ADVOGADO : SÉRGIO RODRIGO DO VALE
AGRAVADO(A: ROMILSON GODINHO AIRES
ADVOGADO : IRINEU DERLI LANGARO
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045236-9
NOTÍCIA CRIME 1507/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 925/96
REFERENTE : (NOTICIA CRIME Nº 925/96 - DA DELEGACIA DE POLÍCIA)
AUTOR. : MUNICÍPIO DE LAGOA DA CONFUSÃO - TO
RÉU. : ASSIS FRANCISCO CHEFFER
RELATOR: JOSÉ NEVES - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005

PROTOCOLO : 05/0045257-1
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6151/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 103/05
REFERENTE : (AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS Nº 103/05 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOCANTINÓPOLIS-TO)
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S: AIMÉE LISBOA DE CARVALHO E OUTROS
AGRAVADO(A: SEBASTIÃO ALVES MENDONÇA FILHO
ADVOGADO : GENILSON HUGO POSSOLINE
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045266-0
INQUÉRITO 1686/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: Ap. 018/03 A. 019/03 Ap. 197/98
REFERENTE : (INQUÉRITO POLICIAL Nº 019/03 (071/03) - DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARAPOEMA - TO)
IND. : CLAUDENOR GOMES TAVEIRA
VÍTIMA : EDIGMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
RELATOR: MOURA FILHO - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005, CONEXÃO POR PROCESSO 05/0045233-4

PROTOCOLO : 05/0045283-0
MANDADO DE SEGURANÇA 3321/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: WELINGTON PENHA DO NASCIMENTO

ADVOGADO(S): FABRÍCIO FERNANDES DE OLIVEIRA E OUTRO
IMPETRADO : COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: AMADO CILTON - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045287-3
INQUÉRITO 1687/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: Ap. 019/03 A. 018/03 Ap. 197/98
REFERENTE : (INQUÉRITO POLICIAL Nº 018/03 (070/03) - DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARAPOEMA - TO)
IND. : CLAUDENOR GOMES TAVEIRA
VÍTIMA : MARIA DOS PRAZERES DA SILVA
RELATOR: MOURA FILHO - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005, CONEXÃO POR PROCESSO 05/0045266-0

PROTOCOLO : 05/0045288-1
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 1992/TO
ORIGEM: COMARCA DE GURUPI
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 182/01
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 182/01 - DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS)
T.PENAL : ART. 121, § 2º, III C/C ART. 14, II, DO CP.
RECORRENTE: EDNÁLIA FERREIRA BARROS
DEFEN. PÚB: JOSÉ ALVES MACIEL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005

PROTOCOLO : 05/0045289-0
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 1993/TO
ORIGEM: COMARCA DE TOCANTÍNIA
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 416/99
REFERENTE : (AÇÃO PENAL PÚBLICA Nº 416/99 - VARA CRIMINAL)
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RECORRIDO : SEBASTIÃO PINHEIRO MACIEL
RELATOR: CARLOS SOUZA - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005, PREVENÇÃO POR PROCESSO 95/0005327-1

PROTOCOLO : 05/0045290-3
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 1994/TO
ORIGEM: COMARCA DE TAGUATINGA
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 366/04
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 366/04 - VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 157, § 3º, DO CP.
RECORRENTE: PEDRO ALVES DA SILVA
ADVOGADO : NALO ROCHA BARBOSA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: JACQUELINE ADORNO - QUINTA TURMA CRIMINAL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 04/10/2005

2274ª DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA AUTOMÁTICA

As 16h:03 do dia 06 de outubro de 2005, foram distribuídos, pelo sistema de processamento de Dados, os seguintes feitos:

PROTOCOLO : 04/0037414-5
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO 1843/TO
ORIGEM: COMARCA DE COLINAS DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 1204/02
REFERENTE : (AÇÃO PENAL Nº 1204/02, DA VARA CRIMINAL)
T.PENAL : ART. 121 "CAPUT" DO CPB
RECORRENTE: ANTÔNIO PEDRO RODRIGUES MARTINS
ADVOGADO(S): SHEILLA CUNHA DA LUZ E OUTRA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATOR: DANIEL NEGRY - TERCEIRA TURMA CRIMINAL-1ª CÂMARA
REDISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 05/0045177-0
RECLAMAÇÃO 1544/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 5980/03 AGI-5707/05
REFERENTE : (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5707/05 - TJ/TO)
RECLAMANTE: MUNICÍPIO DE PALMAS-TO
ADVOGADO(S): ANTÔNIO LUIZ COELHO E OUTROS
RECLAMADO(Ç): JOÃO BOSCO FLORENCIO MOURA E SEU FILHO MENOR IMPÚBERE
R. G. F. M.
ADVOGADO : ADOILTON JOSÉ ERNESTO DE SOUZA
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045180-0
PRECATÓRIO 1684/TO
ORIGEM: COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 3397/05
REFERENTE : (AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE Nº 3397/05 DA 1º VARA CÍVEL DA COMARCA DE MIRACEMA DO TOCANTINS)
REQUISITAN: JUIZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 1º VARA CÍVEL DA COMARCA

DE MIRACEMA DO TOCANTINS
EXEQUENTE : JADSON FERREIRA MARANHÃO
ADVOGADO(S): JOSIRAN BARREIRA BEZERRA E OUTRA
EXECUTADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS
RELATOR: DALVA MAGALHÃES - PRESIDÊNCIA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 05/0045195-8
PRECATÓRIO 1685/TO
ORIGEM: COMARCA DE PALMAS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 223/94
REFERENTE : (AÇÃO DE COBRANÇA Nº 223/94 DA 1º VARA DOS FEITOS DAS FAZ. E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO)
REQUISITAN: JUIZA DE DIREITO DA 1º VARA DOS FEITOS DAS FAZ. REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE PALMAS-TO
EXEQUENTE : COVEMÁQUINAS COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA.
ADVOGADO(S): NIVAIR VIEIRA BORGES E OUTROS
EXECUTADO : MUNICÍPIO DE PALMAS
ADVOGADO(S): PAULO LENIMAN BARBOSA SILVA E OUTROS
RELATOR: DALVA MAGALHÃES - PRESIDÊNCIA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 05/0045232-6
CARTA DE ORDEM 1536/TO
ORIGEM: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 10601 A. 150851-0/05
REFERENTE : (MEDIDA CAUTELAR Nº 10601 - STJ)
ORDENANTE : MINISTRO RELATOR CESAR ASFOR ROCHA
ORDENADO : DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
CITANDO : CELSO TEIXEIRA DA SILVA
RELATOR: DALVA MAGALHÃES - PRESIDÊNCIA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005, PREVENÇÃO POR DESEMBARGADOR

PROTOCOLO : 05/0045242-3
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 1519/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE ALVORADA - TO
ADVOGADO : MARCELO ADRIANO STEFANELLO
REQUERIDO : CAMÁRA MUNICIPAL DE ALVORADA - TO
RELATOR: ANTÔNIO FÉLIX - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045277-6
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6152/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 1503/05
REFERENTE : (AÇÃO DE ALIMENTOS PROVISIONAIS Nº 1503/05 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUACEMA-TO)
AGRAVANTE : ESTADO DO TOCANTINS
PROC.(ª) E: IVANEZ RIBEIRO CAMPOS
AGRAVADO(A: A. L. R. F. E L. A. DE P. F. REPRESENTADOS POR SUA GENITORA P. L. R. F.
ADVOGADO : ALEXSANDER OGAWA DA SILVA RIBEIRO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - QUARTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045279-2
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6153/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 13664-8/05
REFERENTE : (AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO JURÍDICO Nº 3664-8/05 DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PALMAS-TO)
AGRAVANTE(Ç): CELSO BORGES DE CARVALHO E CLARICE BARBOSA DE CARVALHO
ADVOGADO : MARCELO CLÁUDIO GOMES
AGRAVADO(A: ZAQUEU ABREU CALDEIRA
RELATOR: CARLOS SOUZA - PRIMEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045297-0
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6154/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 5079/05
REFERENTE : (AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Nº 5079/05 DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUAÍNA-TO)
AGRAVANTE(Ç): LINDOMAR DA CONCEIÇÃO, JOSÉ CARLOS GOMES DE MEDEIROS E FIRMINO GOMES NASCIMENTO
ADVOGADO : CÉLIO ALVES DE MOURA
AGRAVADO(A: SALUSTIANO PEREIRA DOS REIS
ADVOGADO(S): ALEXANDRE GARCIA MARQUES E OUTRAS
RELATOR: MARCO VILLAS BOAS - QUINTA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045317-9

AGRAVO DE INSTRUMENTO 6155/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 1138/05
REFERENTE : (AÇÃO DE ADOÇÃO Nº 1138/05 DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE GURUPI-TO)
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
PROMOTOR(A): JUSSARA BARREIRA SILVA
AGRAVADO(A): J. L. DA C., G. T. C. E A. P. R.
ADVOGADO : HAGTON HONORATO DIAS
RELATOR: JOSÉ NEVES - TERCEIRA TURMA CÍVEL-1ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045320-9
MANDADO DE SEGURANÇA 3322/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO:
IMPETRANTE: ÉLIO ALVES DA ROCHA
ADVOGADO : SANDRA MAIRA BERTOLLI
IMPETRADO : SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DOTOCANTINS - PRES. DA COMISSÃO DE CON. PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE AGENTE PENITENCIÁRIO DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO TO
RELATOR: LUIZ GADOTTI - TRIBUNAL PLENO
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045321-7
AGRAVO DE INSTRUMENTO 6156/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 1719/05
REFERENTE : (MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1719/05 DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE ARAGUACEMA-TO)
AGRAVANTE : INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS- NATURATINS
PROC.(ª) E: IVANEZ RIBEIRO CAMPOS
AGRAVADO(A): ANTONIO VALÉRIO DA SILVA E MADEIREIRA JBMA COMÉRCIO INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO LTDA.
ADVOGADO : IBANOR ANTÔNIO DE OLIVEIRA
RELATOR: MOURA FILHO - SEGUNDA TURMA CÍVEL-2ª CÂMARA
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

PROTOCOLO : 05/0045324-1
HABEAS CORPUS 4073/TO
ORIGEM: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
RECURSO ORIGINÁRIO: A. 297/03
IMPETRANTE: CÉLIA CILENE DE FREITAS PAZ
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE WANDERLÂNDIA-TO
PACIENTE : JOSUÉ ROCHA CHAVES
ADVOGADO : CÉLIA CILENE DE FREITAS PAZ
RELATOR: JOSÉ NEVES - 2ª CÂMARA CRIMINAL
DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA EM 06/10/2005
COM PEDIDO DE LIMINAR

1º Grau de Jurisdição

PALMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Examinadora do I Concurso Público para provimento do cargo de Oficial/Tabelião do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Protesto de Títulos desta Comarca e Município de Palmas-TO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, que as provas da primeira fase do certame serão realizadas no dia 30 de outubro de 2005, às 13 horas, no Colégio Estadual Frederico Pedreira, localizado na Quadra 106 Sul, Alameda 02, Lote 01 (antiga ARSE-12), nesta Capital.

FAZ SABER, ainda, que os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação das provas com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário designado para o seu início, munidos de caneta esferográfica de tinta azul, lápis, borracha, documento de identificação pessoal original com foto e do respectivo comprovante de inscrição, não sendo permitido qualquer tipo de consulta, nem o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, especialmente de telefones celulares no interior do prédio onde se realizarão as provas.

E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça, afixado no átrio do Fórum, disponibilizado através da internet no endereço www.tj.to.gov.br, bem como veiculado pela imprensa local.

DADO e PASSADO nesta cidade e Comarca de Palmas-TO, aos sete (07) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e cinco (2005).

*Juiz LUIZ ASTOLFO DE DEUS AMORIM
Presidente da Comissão Examinadora*

1ª Vara Cível

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 17/2005

Nº/ AÇÃO: 2114/98 – Execução contra Devedor Solvente
REQUERENTE: JAMJOY VIAÇÃO LTDA
ADVOGADO: HERTON ESTEVÃO MOTA BRITO
REQUERIDO: MARIA LUCIA ALMEIDA GUIMARÃES
INTIMAÇÃO: Promova o autor o preparo das custas finais no valor de R\$90,90.

Nº/ AÇÃO: 2812/99 – Indenização por Danos Morais e Materiais

REQUERENTE: EDMUNDO DA ROSA
ADVOGADO: TULIO JORGE CHEGURY
REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: LINDINALVO LIMA LUZ E OUTROS
INTIMAÇÃO: Promova o autor o pagamento das custas finais no valor de R\$2.192,69 mais taxa judiciária no valor de R\$5.378,52.

Nº/ AÇÃO: 3088/2000 – Monitória
REQUERENTE: TEMPERVIDROS VIDROS E CRISTAIS TEMPERADOS LTDA
ADVOGADO: MURILO SUDRÉ MIRANDA
REQUERIDO: HELDER MENDONÇA DE ABREU
ADVOGADO: MARCOS GARCIA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc,... Sendo assim, recebo o presente recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, determinando sua imediata subida ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ AÇÃO: 3.525/01 – Cautelar de Produção Antecipada de Provas
REQUERENTE: CÉLIA PEREIRA CHAGAS RIBEIRO
ADVOGADO: FERNANDO REZENDE DE CARVALHO E OUTRO
REQUERIDO: FABRICIO GIORGI FAMELI
ADVOGADO: ROSSANA LUZ DA ROCHA SANDRINI
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,...Isto posto, HOMOLOGO por sentença, para que surtam seus jurídicos efeitos, a prova pericial produzida, devendo o processo permanecer em cartório, para os fins de direito previstos no art. 851, do nosso Estatuto processual Civil. P.R.I. Palmas-TO., 12 de Novembro de 2001. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ AÇÃO: 3860/01 – Reparação de Danos Morais e Materiais
REQUERENTE: CAROLINE SILVA ALLEN E OUTROS REP. LUCYJANE MARIA P. DA SILVA ALLEN
ADVOGADO: MAURILO SUDRÉ DE MIRANDA E OUTROS
REQUERIDO: ALVARO RIBEIRO FONSECA E OUTROS
ADVOGADO: EDVAN CARVALHO DE MIRANDA
1ª LITISDENUNCIADA: LNSGPC-TEMAR TRANSPORTE E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
ADVOGADO: ARIVAL ROCHA DA SILVA LUZ
2ª LITISDENUNCIADA: BRADESCO SEGUROS S/A
ADVOGADO: VANDERLEY ANICETO DE LIMA
INTIMAÇÃO: “...Desta forma, redesigno a audiência para o dia 20/10/05, às 14:00 horas, logo após o período de substituição do emérito Juiz Titular.....”

Nº/ AÇÃO: 4205/02 - Indenização
REQUERENTE: JOEL DIAS BORGES
ADVOGADO: SONY VILELA E OUTROS
REQUERIDO: INVESTCO S/A
ADVOGADO: JULIANNA POLI ANTUNES DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO: Manifeste o autor sobre a apelação de fls. 402/433.

Nº/ AÇÃO: 4858/03 – Revisional de Contrato de Alienação Fiduciária
REQUERENTE: NEYLA RODRIGUES FERNANDES
ADVOGADO: PEDRO AUGUSTO TEIXEIRA ALE
REQUERIDO: BANCO AMN AMRO S/A
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES E OUTROS
INTIMAÇÃO: Audiência redesignada para o dia 16/02/2006, às 14:30 horas.

Nº/ AÇÃO: 4859/03 – Indenização por Danos Morais
REQUERENTE: WALMIR SILVA DAS NEVES
ADVOGADO: LUCIOLO CUNHA GOMES
REQUERIDO: KUKA PRODUTOS INFANTIS LTDA
ADVOGADO: DODANIM ALVES DOS REIS
INTIMAÇÃO: Audiência de conciliação dia 16/02/2006, às 14:15 horas.

Nº/ AÇÃO: 4887/03 – Execução
REQUERENTE: JOSÉ ANTONIO SADER
ADVOGADO: LINDINALVO LIMA LUZ E OUTRO
REQUERIDO: ELIANE MARQUES DE QUEIROZ
ADVOGADO: ANTONIO LUIZ COELHO E OUTROS
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc,...Homologo o presente acordo de fls. 41/42 para que surtam seus efeitos jurídicos. Fica extinto o processo com análise de mérito. P. 15/09/2005. Lauro Augusto Moreira Maia. Juiz de Direito.”

Nº/ AÇÃO: 4922/03 - Monitória
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO
REQUERIDO: CERÂMICA SÃO JUDAS TADEU E OUTROS
ADVOGADO: TULIO JORGE CHEGURY
INTIMAÇÃO: Audiência de conciliação redesignada para o dia 16/02/2006, às 15:15 horas.

Nº/ AÇÃO: 4956/03 – Embargos de Terceiro
REQUERENTE: JOSE ARCANJO PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO BRAGA DO CARMO E OUTRO
REQUERIDO: JOSE JANUÁRIO DE SOUZA E OUTRA
ADVOGADO: RICARDO AYRES DE CARVALHO
INTIMAÇÃO: Audiência de conciliação redesignada para o dia 16/02/2006, às 15:30 horas.

Nº/ AÇÃO: 4965/03 – Monitória
REQUERENTE: BANCO ITAÚ S/A
ADVOGADO: JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA
REQUERIDO: CLAUDIA ABDO SANTANA DE ARAUJO
ADVOGADO: MARCOS GARCIA DE OLIVEIRA
INTIMAÇÃO: Audiência de conciliação redesignada para o dia 16/02/2006, às 15:45 horas.

Nº/ AÇÃO: 5059/04 – Despejo por Término de Contrato
REQUERENTE: COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO

ADVOGADO: ARIVAL ROCHA DA SILVA LUZ E OUTRO
REQUERIDO: PANIFICADORA BIG-ICE – SORVETERIA LTDA - ME
ADVOGADO: GERALDO PINTO E OUTROS
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o exeqüente sobre a certidão de fls. 101 versos.

Nº/ ACÃO: 5084/04 - Despejo
REQUERENTE: RAIMUNDA APARECIDA DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO: AUGUSTA MARIA SAMPAIO MORAES
REQUERIDO: RFS CONSULTORIA ASSESSORIA DE MARKETING E EVENTOS E OUTROS
ADVOGADO: GERMIRO MORETTI E OUTRO
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,...Assim, recebo a apelação apresentada apenas no efeito devolutivo e determino a desocupação do imóvel no prazo fatal e improrrogável de 15 (quinze) dias, a partir da sua intimação, nos termos do artigo 63, § 1º, “a”, da Lei de Locações, sob pena de desocupação compulsória 24 após expirado o prazo. P.R.I. Palmas-TO., 26 de Setembro de 2005. Lauro Augusto Moreira Maia.Juiz de Direito.”

Nº/ ACÃO: 5095/04 – Busca e Apreensão
REQUERENTE: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA
ADVOGADO: LEISLIE F. HAENICH
REQUERIDO: JOSÉ ANTONIO REIS
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,....Desse modo, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, por sentença e com julgamento do mérito, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, determino o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas na forma da lei. P.R. Intimem-se. Palmas/TO, 23 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 5122/04 – Execução de Sentença
REQUERENTE: WERUSCA GIRARDI DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANIZIO RIBEIRO DE ALMEIDA FILHO
REQUERIDO: RONIVALDO ABRÃO DE ANDRADE DE OUTROS
ADVOGADO: TULIO JORGE RIBEIRO DE MAGALHÃES CHEGURY
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o autor sobre a petição de fls. 32/34.

Nº/ ACÃO: 2004.0000.0517-0/0 - Ordinária
REQUERENTE: CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA
ADVOGADO: MARINÓLIA DIAS DOS REIS
REQUERIDO: LÉCIO NASCIMENTO MIRANDA
INTIMAÇÃO: Promova a autora o encamihamento da carta precatória.

Nº/ ACÃO: 2004.0000.0746-7/0 - Monitória
REQUERENTE: TAPAJÓS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO
REQUERIDO: GIL DE SOUZA CORREA NETO
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,... Isto posto, nos termos do art. 1.102c, do Código de Processo Civil, CONSTITUO o mandado expedido em TITULO EXECUTIVO JUDICIAL e, em consequência, CONVERTO o mandado inicial em mandado executivo, CONDENANDO o requerido no pagamento de custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) do valor a ser apurado na execução, salvo embargos. Prossiga-se na forma da Lei. P.R.I. Palmas-TO., 19 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.0991-5/0 Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES E OUTRO
REQUERIDO: ROSINERE MENDES DE SOUZA
INTIMAÇÃO: “Defiro o pedido retro. Expeça-se a carta precatória solicitada. Intime-se. Palmas-TO., 23 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.1494-3/0 – Busca e Apreensão
REQUERENTE: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO S/C LTDA
ADVOGADO: FERNANDO SERGIO DA CRUZ VASCONCELOS
REQUERIDO: CLEBER VIEIRA DA SILVA
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc... Desse modo, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, por sentença e com julgamento do mérito, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, determino o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas na forma da lei. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.1668-7/0 – Execução de Título Extrajudicial
REQUERENTE: GERDAU AÇOMINAS S/A
ADVOGADO: GIZELLA MAGALHÃES BEZERRA E OUTROS
REQUERIDO: MULTIPLA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA E OUTROS
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc... Sendo assim, DECLARO EXTINTA a presente execução por sentença e com julgamento do mérito, para que surta seus jurídicos efeitos, nos termos do artigo 795, do nosso Estatuto Processual Civil, e, de consequência, determino o ARQUIVAMENTO do processo, após as formalidades legais, inclusive expedição do alvará solicitado. Custas pela parte executada. P.R. Intimem-se. Palmas-TO., 26 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.1759-4/0 – Execução
REQUERENTE: CONSTRUTORA PORTOBELLO LTDA
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO
REQUERIDO: NAJY CARLOS DE ARAUJO
INTIMAÇÃO: Manifeste-se o requerente sobre a certidão de fls. 38 e 38 versos.

Nº/ ACÃO: 2004.0000.3938-5/0 – Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES E OUTROS
REQUERIDO: LEANDRO PEREIRA MENDES
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,....Desse modo, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, por sentença e com julgamento do mérito, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, determino o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas na forma da lei. P.R. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.5496-1/0 – Cominatória
REQUERENTE: NIKE DO BRASIL COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA E OUTROS
ADVOGADO: FABRICIO YAMADA
REQUERIDO: BAZAR E PAPELARIA MAGICO LTDA E OUTROS
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc... Desse modo, HOMOLOGO por sentença, para que surta seus jurídicos efeitos, o pedido de desistência da ação e, de consequência, declaro EXTINTO o processo, sem julgamento do mérito, determinando seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas pela parte autora. P.R. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.5579-8/0 - Cobrança
REQUERENTE: PNEUS MIL COMERCIAL LTDA
ADVOGADO: EDSON MONTEIRO DE OLIVEIRA
REQUERIDO: MANOEL DE SOUZA MARQUES
INTIMAÇÃO: Promova o autor o pagamento das custas de locomoção do mandado de intimação.

Nº/ ACÃO: 2004.0000.7068-1/0 – Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES
REQUERIDO: THIAGO SALES PINHEIRO
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc...Isto posto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, por sentença e com julgamento do mérito, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, determino o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas na forma da lei. P.R. Intime-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.7726-0/0 – Cautelar de Arresto
REQUERENTE: COMETA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: RUBENS DE ALMEIDA BARROS JUNIOR
REQUERIDO: VIA PALMAS COMERCIO ATACADISTA LTDA
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc...Sendo assim, DEFIRO liminarmente o arresto de bens dos devedores requeridos, na forma do art. 804 do C.P.C. com fundamento no art. 813, II, II, a, do mesmo Código, ante a existência de comprovação literal da dívida (CPC, art. 814, I), por meio de documento hábil, e em razão da possibilidade da autora vir a sofrer dano de difícil reparação. Prestada a caução (art. 806, II) e, uma vez lavrado o respectivo termo, expeça-se mandado para execução ao arresto.....O requerente deverá propor, em 30 dias contados da data da efetivação do arresto, a ação principal (CPC, ART. 806). Cumpra-se na forma da lei. Palmas-TO., 22 de Outubro de 2004. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.8743-6/0 – Cautelar Inominada
REQUERENTE: MARCELLA DE SOUZA CHIQUITO MAGOSTEIRO E OUTRO
ADVOGADO: ROBERTO LACERDA CORREA E OUTRO
REQUERIDO: CORPUS ACADEMIA LTDA
REQUERIDA: FEDERAÇÃO AQUATICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: LEUSA MARIA DA SILVA BORGES
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,.... Desse modo, HOMOLOGO por sentença, para que surta seus jurídicos efeitos, o pedido de desistência da ação e, de consequência, declaro EXTINTO o processo, sem julgamento do mérito, determinando seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas pela autora. P. R. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.8157-8/0 – Execução Forçada
REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO
REQUERIDO: JOEL LANCHONI E OUTROS
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,... Do exposto, HOMOLOGO por sentença, para que surta seus jurídicos efeitos, o pedido de desistência da ação e, em consequência declaro EXTINTO o processo, sem julgamento do mérito, determinando o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas pelo autor. P.R. Intimem-se. Palmas-TO., 19 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.9211-1/0 - Busca e Apreensão
REQUERENTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES E OUTROS
REQUERIDO: KASSANDRA QUEDI VALDUGA
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc ...Desse modo, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, por sentença e com julgamento do mérito, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, determino o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas na forma da lei. P.R.Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.9409-2/0
REQUERENTE: VALE E VALE LTDA
ADVOGADO: MAMED FRANCISCO ABDALLA E OUTROS
REQUERIDO: CLAUDIA JANICE RIBEIRO SANTOS
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,....Desse modo, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, por sentença e com julgamento do mérito, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, determino o seu ARQUIVAMENTO, após as formalidades legais. Custas na forma da lei. P.R. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0000.9514-5/0 – Cautelar Inominada
REQUERENTE: DEUSDEDIT NUNES PINHEIRO SOBRINHO E OUTROS
ADVOGADO: MAURINÉA ALVES DA SILVA
REQUERIDO: PRESIDENTE REGIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO DO TOCANTINS
ADVOGADO: EDSON MONTEIRO DE OLIVEIRA NETO
INTIMAÇÃO: “...Ouça-se o requerido sobre o pedido retro. Intime-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2004.0001.0080-7/0 – Reintegração de Posse
REQUERENTE: BRADESCO BCN LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO: CRISTINA CUNHA MELO RODRIGUES
REQUERIDO: DARCI FRANCISCO CAPPELESSO
INTIMAÇÃO: Promova o autor o preparo do mandado de citação.

Nº/ ACÃO: 2004.0001.0765-8/0 - Indenização
REQUERENTE: NEUSMAR GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: IRINEU DERLI LANGARO
REQUERIDO: FRIGORIFICO BOM BOI LTDA
ADVOGADO: POMPILIO LUSTOSA MESSIAS SOBRINHO
INTIMAÇÃO: Audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/11/2005, às 14:00 horas.

Nº/ ACÃO: 2004.0001.1085-3 - Reivindicatória
REQUERENTE: TADEU ANTONIO CARREIRO QUIXABEIRA
ADVOGADO: CORIOLANO SANTOS MARINHO
REQUERIDO: MARCIA TEREZA DIONIZIO DIAS
INTIMAÇÃO: “Promova o autor o pagamento das custas finais no valor de R\$27,28.

Nº/ ACÃO: 2004.0001.1243-0 – Restituição de Valores Pagos
REQUERENTE: PATRICIA RAFAELA BATISTA RAMOS
ADVOGADO: DEOCLECIANA FERREIRA MOTA JUNIOR
REQUERIDO: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
ADVOGADO: MAURICIO CORDENONZI E OUTRO
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc..., Sendo assim, mantenho a decisão fustigada por seus próprios e jurídicos fundamentos. Intimem-se. Palmas-TO., 22 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2005.0001.0584-0/0 – Ação de Cobrança
REQUERENTE: CHICALE E MAZULA LTDA
ADVOGADO: BRUNO DE OLIVEIRA BERNARDI
REQUERIDO: FLORIVALDO ALTEIRO LEAL
INTIMAÇÃO: “Vistos, etc.,.....Inicialmente indefiro o pedido de Assistência Judiciária gratuita, vez que a autora não comprovou a necessidade de usufruir desse direito, mesmo porque seus sócios são solteiros e empresários de sucesso. De igual forma, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, por não vislumbrar, nesta fase processual, a verossimilhança do direito da autora. Cite-se a requerida para oferecer resposta..... Palmas-TO., 08 de Agosto de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

Nº/ ACÃO: 2005.0001.1363-0/0 – Reintegração de Posse
REQUERENTE: JOSÉ FILADELFO DA SILVA
ADVOGADO: RICARDO GIOVANI CARLIM
REQUERIDO: JOSE MONTEIRO
INTIMAÇÃO: “Concedo ao autor os benefícios da assistência judiciária gratuita, vez que formalmente atendeu os requisitos legais para usufruir desse direito. Audiência de Justificação dia 02 de março de 2006, às 14:00 horas. Cite-se e Intimem-se. Palmas-TO., 26 de Setembro de 2005. Juiz Bernardino Lima Luz. TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL.”

4ª Vara Cível

BOLETIM DE EXPEDIENTE Nº 018/2005

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

1. Nº / ACÃO: 158/02 - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
REQUERENTE: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/C
ADVOGADO: JÚLIO CÉSAR BONFIM
REQUERIDO: WALFRIDES RIGOS DA SILVA
ADVOGADO: JUAREZ RIGOL DA SILVA
INTIMAÇÃO: “Tendo em vista o noticiado à fls. 66, onde observo que as partes compuseram amigavelmente a presente liça, noticiando o pagamento do débito, renunciando inclusive a verba honorária e via de consequência pugnando pela extinção do processo sem julgamento do mérito. Em consequência pugnando pela extinção do processo sem julgamento do mérito. Em consequência nos termos do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo decorrente da ação de execução movida por Araguaia Administradora de Consórcio Ltda., em face de Walfrides Rigol da Silva. (...) Oportunamente, observadas as formalidades legais arquivem-se os autos.”

2. Nº / ACÃO: 159/02 - EMBARGOS Á EXECUÇÃO
REQUERENTE: WALFRIDES RIGOS DA SILVA
ADVOGADO: JUAREZ RIGOL DA SILVA
REQUERIDO: ARAGUAIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/C LTDA
ADVOGADO: OSWALDO ELIAS DA SILVA
INTIMAÇÃO: “Proferida sentença homologatória nos principais, os presentes autos perderam a razão de existir, face à perda do objeto. Por conseguinte, com fulcro no artigo 267, inciso IV do Código de Processo Civil, julgo extinto os presentes embargos decorrente da ação de execução movida por Araguaia Administradora de Consórcio Ltda., em face de Walfrides Rigol da Silva. Observadas eventuais custas remanescentes, arquivem-se os autos.”

3. Nº / ACÃO: 1274/02 - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA COUTINHO COSTA
ADVOGADO: MAURO JOSÉ RIBAS e outro
REQUERIDO: ALESSANDRO DE SOUZA COSTA
ADVOGADO: RILDO CAETANO DE ALMEIDA
INTIMAÇÃO: “Recebo as apelações de fls. 78/87 e 112/113, em seus efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 520 do Código de Processo Civil), porquanto apresentadas em tempo oportuno. Aos apelados para as contra-razões em 15(quinze) dias. Assevero que por se tratar de apelações reciprocas, o prazo será

comum e correrá em cartório após a necessária intimação acerca do presente despacho. Int.”

4. Nº / ACÃO: 1789/02 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: VALADARES COMERCIAL LTDA
ADVOGADO: ROBERVAL AIRES PEREIRA PIMENTA DE SOUZA
REQUERIDO: E. P. CAETANO LTDA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Tendo em vista o pedido de desistência noticiado às fls. 33, nos termos do art. 267, inciso VIII, combinado com o artigo 598 do Código de Processo Civil, julgo extinta a ação de execução manuseada pela VALADARES COMERCIAL LTDA, contra a Empresa E. P. CAETANO LTDA. (...) Oportunamente, recolhidas eventuais custas remanescentes e, observadas formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I.”

5. Nº / ACÃO: 2072/03 - ORDINÁRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS C/C DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÃO C/C PEDIDO DE LIMINAR DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA ESPECÍFICA
REQUERENTE: MATRIZ - MÁQUINAS E SUPLEMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
ADVOGADO: EDSON FELICIANO DA SILVA
REQUERIDO: MOISEMAR ALVES DE SOUZA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ SOUZA BORGES
INTIMAÇÃO: “Tendo em vista que a certidão de fls. 122. Redesigno para o dia 27 de outubro de 2005, às 16:00 horas a audiência de preconizada no artigo 331 do Código de Processo Civil.”

6. Nº / ACÃO: 2127/03 – EXECUÇÃO FORÇADA
REQUERENTE: E. P. CAETANO ME
ADVOGADO: JOSÉ DA CUNHA NOGUEIRA
REQUERIDO: ARRANQUE CONSTRUTORA LTDA
ADVOGADO: ANTÔNIO LUIZ COELHO
INTIMAÇÃO: “(...) De consequência, JULGO EXTINTO o presente processo, com fulcro no art. 794, II do Código de Processo Civil, determinando o seu arquivamento, observadas as baixas legais e cautelas de praxe. (...)

7. Nº / ACÃO: 2291/04 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRA-JUDICIAL
REQUERENTE: EDMILSON VIEIRA DAS VIRGENS
ADVOGADO: MARCO TÚLIO DO NASCIMENTO DE SOUZA
REQUERIDO: SIMED - SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: VILOBALDO GONÇALEVS VIEIRA
INTIMAÇÃO: “Recebo a apelação de fls. 132/138, em seus efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 520 do Código de Processo Civil), porquanto apresentadas em tempo oportuno. Ao apelado, para as contra-razões em 15(quinze) dias.

8. Nº / ACÃO: 2004.657-6 - MANUTENÇÃO DE POSSE
REQUERENTE: SILVANA TREIN
ADVOGADO: ROGÉRIO BEIRIGO DE SOUZA
REQUERIDO: ITAMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA E WALLE
REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO: JÚLIO SOLIMAR CAVALCANTI
INTIMAÇÃO: “Recebo a apelação de fls. 86/94, em seus efeitos devolutivo e suspensivo (artigo 520 do Código de Processo Civil), porquanto apresentadas em tempo oportuno. Aos apelados para as contra-razões em 15(quinze) dias.

9. Nº / ACÃO: 2004.1410-2 - EXECUÇÃO
REQUERENTE: INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTO LTDA.
ADVOGADO: LUCIANA MAGALHÃES e outros
REQUERIDO: EDNO SOUSA SANTANA
ADVOGADO: AIRTON JORGE DE CASTRO VELOSO
INTIMAÇÃO: “Homologo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos a desistência manifestada à fls. 80/81, que traz em seu bojo, a expressa aquiescência do executado através de seu advogado. Em consequência, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, combinado com artigo 598, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo decorrente da ação de execução de título extrajudicial movida por INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTO LTDA. contra EDNO SOUSA SANTANA. Oficie-se ao Cartório de Registro Imobiliário determinando o levantamento da constrição aperfeçoada a fls. 67, asseverando que eventuais despesas deverão ser suportadas pelo executado. Oportunamente, recolhidas eventuais custas remanescentes e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. (as.) Zacarias Leonardo – Juiz de Direito.”

10. Nº / ACÃO: 2004.0001.0650-3 - CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO
REQUERENTE: TOTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADO: RONALDO EURÍPEDES E LUÍS GUSTAVO DE CESARO DE SOUZA
REQUERIDO: GHADER DISTRIBUIDORA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Tendo o noticiado à fls. 29 e 30, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinta a ação cautelar de sustação de protesto movida por TOTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, contra a Empresa GHADER DISTRIBUIDORA. No que se refere às eventuais custas e despesas processuais pendente, deverão ser suportadas pela requerente, uma vez que a requerida não se habilitou nos autos. Oportunamente, recolhidas eventuais custas remanescentes e, observadas suas formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I.”

11. Nº / ACÃO: 2004.0001.0829-8 - CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO
REQUERENTE: TOTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
ADVOGADO: RONALDO EURÍPEDES E LUÍS GUSTAVO DE CESARO DE SOUZA
REQUERIDO: GHADER DISTRIBUIDORA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Tendo o noticiado à fls. 37 e 38, nos termos do art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinta a ação cautelar de sustação de protesto movida por TOTAL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, contra a Empresa GHADER DISTRIBUIDORA. Oficie-se ao Detran-TO solicitando o

levantamento do bloqueio efetivado por força do ofício de fls. 33. Autorizo o desentranhamento da Nota Promissória de fls. 19. No que se refere às eventuais custas e despesas processuais pendentes, deverão ser suportadas pela requerente, uma vez que a requerida não se habilitou nos autos. Oportunamente, recolhidas eventuais custas remanescentes e, observadas suas formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I.”

12. Nº / ACÃO: 2005.0000.2892-6 - EMBARGOS DE TERCEIRO
REQUERENTE: CRISTIANO TADEU DE CARVALHO & CIA LTDA
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS PACHECO e CÉSAR FERNANDO SÁ R. OLIVEIRA e outros
REQUERIDO: INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA
ADVOGADO: AÍRTON JORGE DE CASTRO VELOSO
INTIMAÇÃO: “Homologo, por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos a desistência manifestada à fls. 47/48, que traz em seu bojo, a expressa aquiescência do executado através de seu advogado. Em consequência, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, combinado com artigo 598, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo decorrente da ação de execução de título extrajudicial movida por CRISTIANO TADEU DE CARVALHO & CIA LTDA contra INDÚSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS LTDA. Oportunamente, recolhidas eventuais custas remanescentes e, observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P.R.I. (as.) Zacarias Leonardo – Juiz de Direito.”

13. Nº / ACÃO: 2005.0000.5953-8 - IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA
REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADO: ANTÔNIO DOS REIS CALÇADO JÚNIOR E KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL
REQUERIDO: ANTONIO PAIM BROGLIO
ADVOGADO: ALEX HENNEMANN
INTIMAÇÃO: “Sobre a impugnação a assistência judiciária, manifeste-se o impugnado, no prazo de 05(cinco) dias. Int. ”

14. Nº / ACÃO: 2005.0000.6519-8 - MONITÓRIA
REQUERENTE: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO TOCANTINS
ADVOGADO: MARIA DAS DÓRES COSTAS REIS DE SOUZA
REQUERIDO: CENTRO EDUCACIONAL PALMAS
ADVOGADO: CARLOS VIECZOREK
INTIMAÇÃO: “ Sobre a contestação de fls. 51, manifeste-se o requerente no prazo de 05 (cinco) dias. Int. ”

15. Nº / ACÃO: 2005.0000.6932-0 (antigo nº 814/02) - MONITÓRIA
REQUERENTE: JOÃO FRANCISCO RODRIGUES CHAVES, ANTÔNIO SOUSA CAVLCANTE, DILSON ROSA DA MOTA, JOÃO PAULO RAMOS LEANDRO , MANOEL RODRIGUES DE CARVALHO E VITAL FERREIRA ROCHA
ADVOGADO: VALDIRAM C. DA ROCHA SILVA
REQUERIDO: PECÚLIO RESERVA DA POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: VALDEMAR TENÓRIO LUIZ
INTIMAÇÃO: “ (...) Equivocado o pensamento do ilustre causídico subscritor da manifestação de fls. 115. A quesitação das partes deve preceder a proposta de honorários do “expert”. Devolva-se o prazo às partes para a prática do ato. Int.”

16. Nº / ACÃO: 2005.0000.6933-9 (antigo nº 801/02) - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE
REQUERENTE: MEM DE SOUZA
ADVOGADO: SÉRGIO RODRIGO DO VALE
REQUERIDO: TÉCNICA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO: JULIO SOLIMAR CAVALCANTE e outros
INTIMAÇÃO: “ Fls. 157 cientifique-se o exequente.

Nº / ACÃO: 2005.0000.7389-1 – ACÃO DECLARATÓRIA, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, EM CUMULAÇÃO OBJETIVA,COM PEDIDOS, DECLARATÓRIOS, COMINATIVO E CONDENATÓRIO
REQUERENTE: WASHINGTON LUIZ MENDES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA BORGES
REQUERIDO: UNIMED PALMAS/TO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO: ADONIS KOOP
INTIMAÇÃO: “Finalmente, após observados os prazos fixados para o requerente nos parágrafos acima, acerca da petição e documentos acostados a fls. 154/160, manifeste-se a requerida em 05(cinco) dias.”

17. Nº / ACÃO: 2005.0000.8654-3 - BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO: ALUIZIO NEY DE MAGALHÃES AYRES DE SOUZA
REQUERIDO: MARA SUELY SOARES NOGUEIRA
ADVOGADO: GIL REIS PINHEIRO
INTIMAÇÃO: “ Defiro o pedido de purgação da mora. Após, intime-se a requerida par efetuar o depósito em Juízo. Na seqüência, sobre o depósito, manifeste-se a requerente em 05(cinco) dias. Int . ”

18. Nº / ACÃO: 2005.0000.9776-6 - ORDINÁRIA
REQUERENTE: MARÇAL E MONTEMOR LTDA.
ADVOGADO: ANDREA DE MONTEMOR CALDAS e outros
REQUERIDO: PORTAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ADVOGADO: FRANCISCO SARKIS BAGRIDOYAN
INTIMAÇÃO: “Sobre a contestação de fls. 32/34 e documentos juntados (fls. 36/56), manifeste-se a requerente em 10(dez) dias.”

19. Nº / ACÃO: 2005.0001.1291-9 - COBRANÇA
REQUERENTE: PAULO SÉRGIO TORRES FERNANDES
ADVOGADO: LOURDES TAVARES LIMA e outros
REQUERIDO: RUBENS MALAQUIAS AMARAL
ADVOGADO:

INTIMAÇÃO: “Tendo em vista que os requeridos não foram citados, conforme certidão de fls. 30v, redesigno para o dia 18 de outubro de 2005, às 14 horas. Providencie-se o recolhimento das custas de locomoção do Sr. Oficial de Justiça para cumprimento do mandado de citação e intimação (...)

20. Nº / ACÃO: 2005.0001.3785-7 - EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL
REQUERENTE: FÁBIO ISHIKAWA
ADVOGADO: MARCIO AUGUSTO MONTEIRO MARTINS, CÍCERO R. MARINHO FILHO
REQUERIDO: FECHWARE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “ Intime-se o requerente para no prazo de 10(dez) dias promover o recolhimento da taxa judiciária e custas processuais, sob pena de baixa na distribuição. Int.”

21. Nº / ACÃO: 2005.0001.4701-1 - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA
EXCIPIENTE: BANCO DO BRASIL S.A AG. 1886-4
ADVOGADO: BRUNA PARENTE DO AMARAL, RUDOLF SHCAIL
EXCEPTO: FREDERICO SCHAZMANN JUNIOR e LIDIA SCHAZMANN
ADVOGADO: PERICLES ARAUJO GRACINDO DE OLIVEIRA e HENRIQUE J. PINTO DOS SANTOS
INTIMAÇÃO: “Manifeste-se o excepto em 10(dez) dias.”

INTIMAÇÕES CONFORME PROVIMENTO 006/90, 003/00 E 36/02 DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

22. Nº / ACÃO: 340/02 - SUMÁRIA DE INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: REGINA AURICÉLIA ALVES RODRIGUES REP. POR LEANDRO ALVES RODRIGUES, SÍLVIA PATRÍCIA ALVES RODRIGUES E ANA PAULA ALVES RODRIGUES
ADVOGADO: GEDEON BATISTA PITAÇUGA DE SOUZA
REQUERIDO: SEMENGE S/A ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS
ADVOGADO: MAURO JOSÉ RIBAS
INTIMAÇÃO: “Providencie o requerido o preparo para cumprimento da Carta Precatória de Intimação e Inquirição de Testemunha”.

23. Nº / ACÃO: 2004.639-8 - MONITÓRIA
REQUERENTE: TAPAJÓS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO: ALONSO DE SOUZA PINHEIRO DE SOUZA
REQUERIDO: CÍCERO DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “ Sobre Mandado de Citação, Penhora e demais atos de fls. 42/44, manifeste-se o requerente no prazo legal.

24. Nº / ACÃO: 2004.9512-9 - INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
REQUERENTE: SANDRA POMPERMAYER DE ARAÚJO
ADVOGADO: PAULO ROBERTO RISUENHO DE SOUZA
REQUERIDO: BANCO ABN AMRO REAL S/A
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Sobre contestação e documentos acostados às fls. 72/94, manifeste-se o requerente no prazo legal”.

25. Nº / ACÃO: 2005.2701-6 (antigo 1358/02) – EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
REQUERENTE: AUTOVIA VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: TÚLIO DIAS ANTÔNIO
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “ Sobre o mandado acostado às fls. 52, manifeste-se o requerente no prazo legal.”

26. Nº / ACÃO: 2005.0000.3808-5 – CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO DE LIMINAR
REQUERENTE: ANA CLÁUDIA PAGANI
ADVOGADO: RIVADÁVIA BARROS
REQUERIDO: SM IMÓVEIS
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Sobre contestação, preliminares e documentos acostados às fls. 25/79, manifeste-se o requerente no prazo legal.”

27. Nº / ACÃO: 2005.0000.3808-5 – CAUTELAR INOMINADA COM PEDIDO DE LIMINAR
REQUERENTE: ANA CLÁUDIA PAGANI
ADVOGADO: RIVADÁVIA BARROS
REQUERIDO: SM IMÓVEIS
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Sobre contestação, preliminares e documentos acostados às fls. 25/79, manifeste-se o requerente no prazo legal.”

28. Nº / ACÃO: 2005.0000.5177-4 – BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: CIA. DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL
ADVOGADO: OSMARINO JOSÉ DE MELO
REQUERIDO: JUAREZ DA CRUZ
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Sobre o mandado acostado às fls. 36, manifeste-se o requerente no prazo legal.”

29. Nº / ACÃO: 2005.0000.7227-5 – BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: BANCO FIAT S.A.
ADVOGADO: PAULYANA BUHATEM RIBEIRO
REQUERIDO: LEONARDO GOMES COELHO
ADVOGADO:
INTIMAÇÃO: “Sobre mandado acostado às fls. 26, manifeste-se o requerente no prazo legal.”

3ª Vara de Família e Sucessões

BOLETIM DE PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO

Ficam as partes, abaixo identificadas, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionadas:

Autos nº: 067/02
Ação: ARROLAMENTO
Requerente: L.O.A.
Advogado: CLÉIA ROCHA BRAGA
Requerido: Esp. C.H.O.A.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, VIII do Código de Processo Civil. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 09 de maio de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 311/02
Ação: CURATELAR – INTERDIÇÃO DE INCAPAZ
Requerente: M.R.C.
Advogado: ACCIOLY CARDOSO LIMA
Requerido: J.R.C.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, §1º do CPC. Torno sem efeito a liminar proferida às fls. 15-46, devendo ser expedido ofício ao INSS informando a extinção da curatela. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 01 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 330/02
Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: M.A.B. e S.A.B.
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: A.A.B.
Advogado: GILBERTO RIBAS DOS SANTOS
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do presente processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem honorários e sem custas em face da parte ser beneficiária da justiça gratuita. Publique-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 24 de maio de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 640/03 (Apenso ao 486/02)
Ação: ORDINÁRIA DE GUARDA DE MENOR
Requerente: C.M.S.
Advogado: CLÁUDIA SOARES BONFIM
Requerido: D.M.B.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, II do Código de Processo Civil. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 13 de junho de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 486/02 (Apenso ao 640/03)
Ação: CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO DE MENOR
Requerente: C.M.S.
Advogado: CLÁUDIA SOARES BONFIM
Requerido: D.M.B.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 808, II do Código de Processo Civil. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 13 de junho de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 881/03
Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: R.B.R.
Advogado: SÉRGIO DELGADO JÚNIOR
Requerido: D.G.G.
Advogado: ANA LUISA P. DALLA BARBA
SENTENÇA: “Isto posto, declaro cumprida a obrigação no que diz respeito às parcelas relacionadas e quitadas, e em consequência, decreto a extinção do feito nos termos do art. 794, I do CPC. Sem honorários e sem custas, pois são beneficiários da justiça gratuita. Arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 01 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta”.

Autos nº: 896/03
Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: N.G.B.
Advogado: SUYENE MONTEIRO DA ROCHA DINIZ
Requerido: J.A.B.
Advogado: APARECIDA DA CONCEIÇÃO PINTO
SENTENÇA: “Isto posto, declaro cumprida a obrigação no que diz respeito às parcelas relacionadas e quitadas, e em consequência, decreto a extinção do feito nos termos do art. 794, I do CPC. Sem honorários e sem custas, pois são beneficiários da justiça gratuita. Arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 29 de abril de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta”.

Autos nº: 1080/03
Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C ANTECIPAÇÃO DE TUTELA
Requerente: R.A.S.
Advogado: AMAURI LUIZ PISSININ
Requerido: H.S.S.
Advogado: ANGELINO MADEIRA
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, §1º do CPC. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-

se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 02 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 1450/03
Ação: ALVARÁ JUDICIAL
Requerente: A.R.N.
Advogado: BOLÍVAR CAMELO ROCHA
Requerido: Esp. J.R.N.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, §1º do CPC. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 03 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 1505/03
Ação: GUARDA
Requerente: A.A.S.S.
Advogado: BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI
Requerido: H.A.C.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, §1º do CPC. Sem honorários e sem custas. Cumpra-se. Palmas/TO, 10 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 1794/03
Ação: BUSCA E APREENSÃO
Requerente: V.L.A.A.
Advogado: LEILA STREFLING DE AZEVEDO
Requerido: J.M.J.F.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, II do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 29 de abril de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2049/03
Ação: SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA
Requerente: D.P.S.S.
Advogado: DEFENSORIA PÚBLICA
Requerido: J.A.S.
Advogado: GEISON JOSÉ SILVA PINHEIRO
SENTENÇA: “Isto posto, homologo o pedido de desistência e decreto a extinção do feito sem julgamento de mérito nos termos do art. 267, VIII do CPC. Sem honorários e sem custas. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 10 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2086/03
Ação: NEGATIVA DE PATERNIDADE C/C ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO
Requerente: A.C.L.A.
Advogado: FRANCISCO JOSÉ SOUSA BORGES
Requerido: M.V.e M.A.A.L.A.A.
Advogado: IRAZON CARLOS AIRES JÚNIOR
SENTENÇA: “Isto posto, acolho o douto parecer Ministerial, inclusive adotando-o como fundamento, e decreto a extinção do processo sem julgamento de mérito, o que faço com suporte no art. 295, I e II do CPC, c/c o art. 1601 do Código Civil. Sem honorários e sem custas, já que as partes são beneficiárias da justiça gratuita. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 21 de setembro de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2292/04
Ação: DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO
Requerente: M.M.S.
Advogado: LIRIAMAR RODRIGUES PEREIRA
Requerido: C.S.M.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, II do CPC. Sem honorários em sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 09 de maio de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta”.

Autos nº: 2315/04
Ação: ORDINÁRIA DE MUDANÇA DE GUARDA DE MENOR, COM PEDIDO DE LIMINAR
Requerente: J.F.S.
Advogado: MÁRCIA BARCELOS
Requerido: A.M.O.
Advogado: GERMIRO MORETTI
SENTENÇA: “Isto posto, homologo o acordo firmado entre as partes e decreto a extinção do feito com julgamento de mérito nos termos do art. 269, III do Código de Processo Civil. As custas já foram pagas. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 10 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2335/04
Ação: GUARDA
Requerente: J.A.C.
Advogado: JOÃO ALVES DA COSTA
SENTENÇA: “Ante o exposto, acolho o douto parecer Ministerial em sua íntegra, e com suporte no art. 33, §2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, concedo a guarda da criança M.A.C. ao ora Requerente, J.A.C., devendo prestar o compromisso legal, sendo que após o Cartório deverá expedir o Termo de Guarda. Decreto a extinção do processo com fundamento no art. 269, I do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 26 de abril de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta”.

Autos nº: 2367/04
Ação: DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO
Requerente: S.A.M.S.
Advogado: RICARDO AYRES DE CARVALHO
Requerido: M.A.S.
Advogado: CARLOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO
SENTENÇA: “Isto posto, acolho o douto parecer Ministerial e em consequência, com suporte no §2º do art. 1580 do Código Civil, julgo procedente o pedido inicial para decretar o divórcio do casal M.A.S. e S.A.M.S., devendo a requerente voltar a usar o nome de quando solteira. Julgo parcialmente procedente o pedido de condenação em alimentos, para fixar alimentos no valor de 80% (oitenta por cento) do salário mínimo, e determino ao Requerido a obrigação de ceder aos alimentantes moradia do imóvel descrito na inicial, em usufruto, bem como 50% da renda do imóvel locado e situado no mesmo terreno. Sem honorários e custas processuais em razão de serem beneficiários da justiça gratuita. Decreto a extinção do processo com suporte legal no art. 269, I do CPC. Após as formalidades legais, expeça-se o mandado de averbação e os autos deverão ser arquivados. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 16 de junho de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2497/04
Ação: RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO E SUA DISSOLUÇÃO, PARTILHA DE BENS E ALIMENTOS
Requerente: M.E.P.
Advogado: MESSIAS GERALDO PONTES
Requerido: O.H.S.
Advogado: GERMIRO MORETTI
SENTENÇA: “Isto posto, julgo procedente, apenas em parte, o pedido da Autora M.E.P., qualificada à fl. 02, o que faço para reconhecer a existência de união estável entre ela e o Requerido O.H.S. Determino, em consequência, que os bens imóveis, ou seja, os lotes de terreno nº 20 e 22, da Qd. 62, Cj. QI-03, Al.Djanira, Lotemento Palmas, 2ª Etapa, Fase I e o lote de terreno nº 6 da Qd. ACSV-NO 33, Av. LO-10, nesta capital, sejam partilhados, cabendo a cada litigante o percentual de 50% (cinquenta por cento) e devendo também ser partilhadas as dívidas decorrentes dos mesmos. Os veículos FIAT PÁLIO EX Placa HPB6619, Chassis 9BD178296W9738531 ano 1998, assim como o veículo Corsa Wind Placa MVZ 7870, Ano 2000, modelo 2001, palaca KEF 4431, deverão ser partilhados entre os litigantes, cabendo a cada um o percentual de 50%, assim como deverá ser partilhada, da mesma forma, a dívida decorrente de cada veículo. Julgo improcedente o pedido de alteração da guarda dos filhos e também o pedido de alimentos formulado pela Autora. Decreto a extinção do presente processo, assim como da medida cautelar, o que faço com exame de mérito e suporte legal no art. 269, I do CPC. Com a partilha dos bens a parte Autora adquire condições de pagar as custas do processo, razão pela qual revogo os benefícios da justiça gratuita e condeno cada parte ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor das custas. Cada parte pagará os honorários de seu advogado. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 10 de agosto de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2004.0000.3042-6/0
Ação: CURATELA
Requerente: M.M.O.
Advogado: AFONSO JOSÉ LEAL BARBOSA
Requerido: A.O.M.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo, sem apreciar o mérito do pedido, o que faço com suporte no art. 267, II do CPC. Sem honorários e sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 09 de maio de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2004.0000.4321-8/0
Ação: ALIMENTOS
Requerente: G.B.M.
Advogado: MESSIAS GERALDO PONTES
Requerido: N.A.M.
Advogado: ELAINE AYRES BARROS
SENTENÇA: “Isto posto, homologo o acordo firmado e em consequência, decreto a extinção do feito com julgamento de mérito nos termos art. 269, III do CPC. Sem honorários e sem custas, em face de estarem sob o manto da justiça gratuita. Arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 13 de junho de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2004.0000.6421-5/0
Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Requerente: D.C.O., I.C.O. e R.C.O.
Advogado: EULERLENE ANGELIM GOMES
Requerido: V.S.O.
SENTENÇA: “Isto posto, com suporte no art. 267, §1º c/c o art. 598 do CPC, decreto a extinção do processo sem julgamento de mérito. Sem honorários e sem custas, já que as partes requereram os benefícios da justiça gratuita. Arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 09 de maio de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2004.0000.7694-9/0 (Apenso aos autos nº 2004.0000.9464-5/0)
Ação: ARROLAMENTO DE BENS
Requerente: O.R.M.
Advogado: EULERLENE ANGELIM GOMES
Requerido: J.C.R.
SENTENÇA: “Isto posto, decreto a extinção do processo sem julgamento de mérito, o que faço nos termos do art. 808, inciso III do CPC. Revogo a medida liminar deferida às fls. 77-78. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Palmas/TO, 13 de junho de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta”.

Autos nº: 2004.0000.9464-5/0

Ação: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO
Requerente: O.R.M.
Advogado: EULERLENE ANGELIM GOMES
Requerido: J.C.R.
DESPACHO: “A Parte Autora deverá ser intimada através de sua Advogada para juntar aos autos o número da conta a ser depositada a pensão alimentícia. Cumpra-se. Palmas/TO, 11 de abril de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

Autos nº: 2005.0000.1416-0/0
Ação: ARROLAMENTO
Requerente: L.C.P.
Advogado: DOMINGOS CORREIA DE OLIVEIRA
Requerido: M.N.P.
SENTENÇA: “Isto posto, nos termos do art. 1036, §5º do CPC, homologo o plano de partilha e determino sejam expedidos os formais de partilha. Em consequência, decreto a extinção do presente processo nos termos do art. 269, I do CPC. Após as formalidades legais os autos deverão ser arquivados. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Palmas/TO, 09 de maio de 2005. Ass: Renata Teresa da Silva, Juíza Substituta.”

1ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos

BOLETIM Nº 027/2005

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados.

AUTOS Nº: 805/95
AÇÃO: ORDINÁRIA DE COBRANÇA
REQUERENTE: CONSTRUTORA CRV LTDA
ADVOGADO: HEITOR FERNANDO SAENGER
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: “I – Com as cautelas devidas e homenagens deste Juízo, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para os fins de mister. II - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito

AUTOS Nº: 1457/97
AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS POR ACIDENTE DE TRABALHO
REQUERENTE: MANOEL MARCOS GOMES BRAGA
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DIAS NOLETO
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: “I – Com as cautelas devidas e homenagens deste Juízo, remetam-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para os fins de mister. II - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito

AUTOS Nº: 1739/98
AÇÃO: NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PALMAS
ADVOGADO: ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
REQUERIDO: JOSÉ DE SOUZA MARTINS e OUTRO
ADVOGADO: MARCELA JULIANA FREGONESI
DESPACHO: “I – Defiro o pedido de suspensão, pelo prazo de 30 (trinta) dias. II - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito

AUTOS Nº: 3546/02
AUTOS Nº: 3547/02
AÇÃO: INDENIZAÇÃO
REQUERENTE: C.R. ALMEIDA S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
ADVOGADO: MARCELO CÉSAR CORDEIRO e OUTROS
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: “I – Notifique-se o perito, para, no prazo de 10 (dez) dias, dar início aos trabalhos periciais. II – Intimem-se os assistentes técnicos para, querendo, acompanharem os trabalhos da perícia. III - Intimem-se. Palmas-TO, em 28 de setembro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

AUTOS Nº: 5034/02
AÇÃO: DECLARATÓRIA DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA
REQUERENTE: SOLANGE CRASTO DE LIMA e OUTRO
ADVOGADO: LEONARDO DE ASSIS BOECHAT e OUTRO
REQUERIDO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO TOCANTINS – IPETINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: “I – Vista dos autos aos autores para requererem o que entenderem de direito. II - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito

AUTOS Nº: 5525/03
AÇÃO: CAUTELAR ANTECEDENTE
AUTOS Nº: 5546/03
AÇÃO: ORDINÁRIA
AUTOS Nº: 5836/03
AÇÃO: ORDINÁRIA DE RESSARCIMENTO DE VALORES PREVIDENCIÁRIOS
REQUERENTE: GILENO JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO: GISELE DE PAULA PROENÇA e OUTRO
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: “I – À parte autora para requerer o que entender de direito. II - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito

AUTOS Nº: 5909/03
AÇÃO: POPULAR
REQUERENTE: MANOEL ARAGÃO DA SILVA e OUTRO
ADVOGADO: CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
REQUERIDO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: LAURÊNCIO MARTINS SILVA e OUTROS
LITISCONSORTE PASSIVO NECESSÁRIO: NAPOLEÃO DE SOUZA LUZ SOBRINHO
ADVOGADO: SÉRGIO RODRIGO DO VALE e OUTRA
DESPACHO: “I – Por tempestivo e próprio, recebo o recurso de apelação interposto pelos autores, nos seus efeitos legais. As partes recorridas para, na forma e prazo da lei, apresentarem suas contra razões. III – Juntadas estas aos autos, colha-se o parecer do Ministério Público. IV - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2004.0000.3210-0
AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO
EMBARGANTE: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
REQUERIDO: JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA e OUTRA
ADVOGADO: LINDINALVO LIMA LUZ e OUTRO
DECISÃO: “I – Considerando a divergência existente entre os cálculos apresentados pelas partes, bem como a faculdade que se encontra esculpida no § 2º, do art. 604, c.c o que preceitua a parte final do art. 327, ambos do CPC, conjugada a necessidade de auferir-se o valor real devido aos exequentes no que concerne as prestações vencidas, determino a remessa dos presentes à Contadoria Judicial para, no prazo de 30 (trinta) dias, elaborar novos cálculos das prestações vencidas no período de maio de 1992 a maio de 2004, levando em conta os valores dos proventos do cargo de Aspirante a Oficial da PM, com as correspondentes converções e alterações ocorridas no interregno do tempo referido, aplicando correção monetária a partir de quando são devidas – maio de 1992, e, juros de mora, de 1% (um por cento) ao mês, a serem aplicados a contar da citação efetivada no processo de conhecimento – 03/junho/1997, acrescendo-se ao valor apurado até 12/maio/2004 – data da memória dos cálculos que vieram instruindo a execução – fls. 155/160 dos autos principais, de forma especificada, verba honorária de 10% (dez por cento). II - Intimem-se. Palmas-TO, em 28 de setembro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2004.0001.1250-3
AÇÃO: ANULATÓRIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO
REQUERENTE: GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA
ADVOGADO: GERALDO MASCARENHAS LOPES CANÇADO DINIZ e OUTROS
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: “(...). Em tais circunstâncias, julgo procedente o pedido de mérito formulado na inicial para o efeito de anular os créditos tributários constituídos pela Fazenda Pública do Estado do Tocantins contra a parte autora, empresa Global Village Telecom Ltda., através dos processos administrativos de nº 2003/6040/2334, decorrente do auto de infração de nº 1579/2003, e, de nº 2003/6040/2343, decorrente do Auto de Infração nº 1580/2003. Condene a parte requerida, Estado do Tocantins, ao pagamento das custas e verba honorária, a qual, em obediência aos parâmetros fixados nos §§ 3º e 4º, do art. 20, do CPC, arbitro em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Com fundamento e nos termos do que preceitua o § 7º, do art. 273, do Código de Processo Civil, concedo, nesta oportunidade, tutela cautelar de caráter incidental, para o efeito de suspender a exigibilidade dos referidos créditos tributários, bem como, para determinar à parte requerida para que expeça em favor da parte autora certidões de regularidade fiscal, nos termos preceituados no art. 106, do Código Tributário Nacional, enquanto pendente de confirmação ou reforma estiver a presente sentença, com o devido trânsito em julgado. Notifique-se, incontinenti, via mandado, o Secretário de Fazenda do Estado do inteiro teor da presente sentença, para que faça observar em favor da parte requerente a decisão de caráter cautelar incidental aqui embutida, suspendendo a exigibilidade dos créditos que se constituem no objeto da presente ação, bem assim, faça expedir em favor da parte autora certidões de regularidade fiscal, nos termos preceituados no art. 106, do Código Tributário Nacional, se inexistirem débitos outros da mesma empresa. Na eventualidade de não serem interpostos recursos voluntários no prazo legal, providencie-se a remessa destes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para o devido reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas-TO, em 30 de setembro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2005.0000.6760-3
AÇÃO: DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO
REQUERENTE: ABEL ALVES DE SOUSA
ADVOGADO: MARCELO AZEVEDO DOS SANTOS e OUTRO
REQUERIDO: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS - IGEPREV
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
SENTENÇA: “(...). Em tais circunstâncias, julgo procedentes os pedidos formulados pelo requerente Abel Alves de Sousa, qualificado ao início, para o efeito de declarar indevidos os descontos que foram efetivados de seus proventos, a título de contribuição previdenciária, no período compreendido entre a vigência da Emenda Constitucional nº 20/98 e a cessação de tais descontos, e, condenar a parte requerida, INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS – IGREPREV, a restituir ao requerente os valores que lhe foram subtraídos a tal propósito, no período de 04/maio/2000 até a cessação dos aludidos descontos, acrescidos de correção monetária, a contar da data dos descontos, bem como, juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, a contar da efetivação da citação – 31/05/2005, reconhecendo, de outro lado, a incidência da prescrição sobre o período pretérito a 04/maio/2000. Condene, também, a parte requerida ao pagamento das custas processuais e verba honorária, a qual, seguindo os parâmetros dos §§ 3º e 4º, do art. 20, do CPC, arbitro, cumulativamente aos três

processos, em R\$ 1.000,00 (um mil reais). Por força do que preconiza o § 2º, do art. 475, do CPC, segundo a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.652/01, em não atingindo a condenação prestação pecuniária superior a 60 (sessenta) salários mínimos, a presente sentença não está sujeita ao reexame necessário, pelo que, na eventualidade de não serem interpostos recursos voluntários no prazo legal, certifique-se, nos autos, a data do trânsito em julgado. Em respeito ao que preconiza o art. 1.211-A, do CPC, segundo a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.173/01, bem como, art. 71, “caput”, da Lei nº 10.741/01, atente-se de que o presente feito deve ter prioridade na tramitação, fato que deve ser anotado na capa dos autos, nos termos do § 1º, do art. 71, da Lei nº 10.741/01. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas-TO, em 30 de setembro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2005.0000.7115-5
AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS
REQUERENTE: JHULLIANNE BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO: CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE
REQUERIDO: ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DESPACHO: “I – À parte autora para, no prazo de 30 (trinta) dias, trazer aos autos comprovação médica do atual estágio da recuperação e/ou progressividade dos tratamentos médicos da requerente, conquanto, a última avaliação médica da requerente que consta dos autos é do início do mês de janeiro – relatório que se encontra encartado às fls. 29, o que inviabiliza analisar-se com a proficiência devida a pertinência ou não dos pedidos concernentes à tutela antecipada, formulados na inicial. II - Intimem-se. Palmas-TO, em 03 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2005.0000.9063-0
AÇÃO: ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
REQUERENTE: OSCIP BRASIL
ADVOGADO: JOSÉ LUIS POLEZI
REQUERIDO: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DECISÃO: (...). Em tais circunstâncias, com fundamento no que preconizam os arts. 105 e 106, do Código de Processo Civil, agregados ao que preconiza o art. 109, inc. I, da Constituição Federal, tenho de que a competência para processar e julgar o presente feito é da Justiça Federal, razão pela qual, declino a competência para processar e julgar a presente ação à Justiça Federal, determinando, via de consequência, nos termos do art. 113, § 2º, do CPC, a remessa destes autos ao Juízo da 1ª Vara Federal, da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Tocantins, após as baixas devidas, inclusive junto ao Cartório Distribuidor, com as homenagens deste Juízo. Intimem-se. Palmas-TO, em 04 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2005.0001.1040-1
AÇÃO: DECLARATÓRIA
REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PALMAS
ADVOGADO: ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO
REQUERIDO: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - CELTINS
ADVOGADO: PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA e OUTROS
SENTENÇA: “(...). Do escrito contido nas cláusulas estipuladas pelas partes para o efeito de colocarem término à presente demanda, via transação, não se vislumbra qualquer ilicitude, pelo que, com fundamento no art. 269, inc. III, do Código de Processo Civil, homologo, por sentença, para que surta seus devidos efeitos legais, o acordo referido, nos termos do que consta da petição conjunta que se encontra encartada às fls. 206/208. Por via de consequência, com fundamento no mesmo dispositivo legal, declaro extinto o presente processo, revogando, em definitivo, a tutela de caráter liminar concedida “ab initio”. Custas e verba honorária, nos termos do que restou estipulado pelas partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Palmas-TO, em 04 de outubro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2005.0001.5694-0
AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: GABRIELA ALVES LIMA SALES
ADVOGADO: CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE
IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO CFO/PM/2005
DECISÃO: “(...). Inexistindo a necessária fumaça do bom direito, inócua se entremostra a análise da existência ou não do “periculum in mora”, pelo que, sem mais delongas, indefiro o pedido de tutela de caráter liminar. Para conhecimento, remeta-se, via ofício, cópia da presente decisão à autoridade impetrada. Por via de dúvida, para evitar-se qualquer eventual futura alegação de nulidade e/ou irregularidade, expeça-se mandado de intimação pessoal do eminente Procurador-Geral do Estado, notificando-se-o da existência da presente ação mandamental, nos termos do que preconiza o art. 3º, da Lei nº 4.348/64, segundo a redação que lhe foi dada pelo art. 19, da Lei nº 10.910/04. Feito isto, colha-se o parecer do Ministério Público. Intimem-se. Palmas-TO, em 29 de setembro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

PROTOCOLO ÚNICO Nº: 2005.0001.7612-7
AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA
IMPETRANTE: GIANCARLOS DE LIMA BEZERRA e OUTRA
ADVOGADO: SEBASTIÃO PEREIRA NEUZIN NETO
IMPETRADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS DE PALMAS
DESPACHO: “I – O pedido de tutela liminar será examinado com melhor proficiência após a manifestação da parte impetrada. II – Notifique-se-a para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações devidas, nos termos do art. 7º, inc. I, da Lei 1.533/51, com a advertência de que, para o resguardo da regularidade processual, tais informações devem ser subscritas pela própria autoridade impetrada. IV – No mesmo ato, requisi-te-se da parte impetrada cópia integral do edital que regeu o concurso público a que se referem os impetrantes. V - Intimem-se. Palmas-TO, em 29 de setembro de 2005. (Ass) ADELINA GURAK – Juíza de Direito”.

3ª Vara dos Feitos das Fazendas e Registros Públicos

BOLETIM DE INTIMAÇÃO AS PARTES- N..º 015/05

Atos Do MM. Juiz de Direito e intimações conforme Provimento 006/90, 003/00 e 036/02 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

Ficam as partes, através de seus procuradores, intimadas dos atos processuais abaixo relacionados, tudo nos termos do artigo 236 do CPC:

Autos n.º: 2005.0001.0626-9/0
Ação: Indenização por Danos Morais
Requerente: Márcia de Almeida Santos e outros
Advogado: Ismael Gomes Marçal e outro
Requerido: Estado do Tocantins
Advogado: Procuradoria Geral do Estado
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para no prazo de 15 dias impugnar contestação de fls.236/245.

Autos nº 146/02
Ação: Desapropriação
Expropriante: Estado do Tocantins
Advogado: Procuradoria Geral do Estado
Expropriado: José Mourão Filho e outros
Advogado: Francisco de A. M Pinheiro
Expropriado: Fábio Eustáquio de Araújo
Advogado: Edmar Teixeira de Paula e outros
SENTENÇA: ". Ante o exposto pressupondo que o Estado do Tocantins esteja defendendo interesse público e, considerando que não houve impugnações ou objeções contra o pedido ora formulado, RE-RATIFICO o acordo anteriormente celebrado de fls. 339/343, nos moldes do termo de acordo de fls.381/386.. Ainda, homologo, por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls.381/386, elaborado pelo ESTADO DO TOCANTINS e por FÁBIO EUSTÁCHIO DE ARAÚJO E SUA ESPOSA NÍDIA COSTA ARÚJO, todos qualificados e representados por seus procuradores. Ademais, ratifico nos termos da sentença de fls. 345, os seus parágrafos 2º a 4º. Determino que o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca providencie o registro das áreas especificadas no acordo re-ratificado. Expeça-se o alvará pleiteado pelo Estado do Tocantins às fls. 380, para levantamento da importância previamente depositada em Juízo. Determino, ainda, que o Estado do Tocantins deposite em Juízo a importância de R\$ 32,00 (trinta e dois reais), referente à despesa de diferença de locomoção pelo Oficial de Justiça, para fins de cumprimento de mandado de intimação, conforme certidão de fls.401/verso e cálculo elaborado pela contadoria judicial de fls.402. Publique-se, registre-se e intímem-se. Palmas-TO, 28 de setembro de 2005. (as) Helvécio de Brito Maia Neto, Juiz de Direito da 3ª VFFRP."

Autos nº: 3845/03
Ação: Revisão Contratual c/c Consignação de Pagamento
Requerente: Valdinez Ferreira de Miranda
Advogado: Valdinez Ferreira de Miranda
Requerido: Estado do Tocantins
Advogado: Procuradoria Geral do Estado
INTIMAÇÃO: Manifestem-se as partes em 05 (cinco) dias sobre a proposta de honorários profissionais de fls.282, depositando o valor ofertado ou impugnando-o.

Autos nº 2005.0000.7771-4/0
Ação: Indenização por Danos Morais e Materiais
Requerente: Alcides Bevilaqua
Advogado: Irineu Derli Derli Langaro e outro
Requerido: Estado do Tocantins
Advogado: Procuradoria Geral do Estado
INTIMAÇÃO: Fica a parte requerente intimada para no prazo de 15 dias impugnar contestação de fls.51/63.

1ª Turma Recursal

FICAM AS PARTES, ABAIXO IDENTIFICADAS, INTIMADAS PARA O QUE ADIANTE SE VÊ:

Recurso Inominado nº 0626/05 (JECC - Região Sul - Taquaralto - Palmas)
Referência: 2004.6656-0/0
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais
Recorrente: João Barros Monteiro
Advogado: Defensoria Pública
Recorrida: Transbrasiliana Encomendas e Cargas Ltda
Advogado: Dr. Carlos Augusto de Souza Pinheiro
Relatora: Ana Paula Brandão Brasil
DECISÃO: " (...) Diante do exposto, com fundamento no artigo 42, parágrafo 1º c/c artigo 54, parágrafo único, ambos da Lei 9.009/95, deixo de conhecer o recurso interposto em face de sua intempestividade.Palmas-TO, 06 de outubro de 2005."

2ª Turma Recursal

INTIMAÇÃO DE ACÓDÃO

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS PROFERIDOS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA NO DIA 21 DE SETEMBRO DE 2005, APENAS PARA CONHECIMENTO, TENDO O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO INICIADO APÓS A DATA DA SESSÃO SUPRAMENCIONADA, TRANSITANDO EM JULGADO EM 06 DE OUTUBRO DE 2005:

Recurso Inominado nº: 0556/05 (3ºJECC - Região Sul - Rodoshopping - Palmas)
Referência: 050/04
Natureza: Indenização por Danos Materiais e Morais

Recorrentes: Brasil Telecom S/A/Hélio Freitas de Sousa
Advogados: Drª. Vanessa Piazza e Outro/ Dr. Airton Veloso e Outro
Recorridos: Hélio Freitas de Sousa/Brasil Telecom S/A
Advogado: Dr. Airton Jorge Veloso e Outro/Drª. Vanessa Piazza e Outro
Relator: Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho

EMENTA. ATO SIMULADO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA. TERCEIRO DE BOA-FÉ. RESTRIÇÃO DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE PERDA DO PATRIMÔNIO MATERIAL OU DE LUCRO CESSANTE, DÍVIDA INEXISTENTE. NULIDADE. DECLARAÇÃO QUE SE IMPÕE. Assume o risco de indenizar o prejuízo causado à terceiro de boa-fé, a empresa contratante de serviço de telefonia, que permite, em face da ausência dos cuidados dos cuidados necessários, a contratação simulada de prestação de serviço de telefonia, observada a responsabilidade objetiva. O registro do cadastro de proteção ao crédito em face deste fato, configura ato ilícito e causa o dano moral. A ocorrência do dano Material depende da redução do patrimônio efetivamente material ou da ocorrência de lucro cessante. Sendo contrato um ato simulado, não gera efeitos em relação à pessoa cujos dados qualificativos foram utilizados para levar à cabo a consumação do mesmo. **ACÓRDÃO:** Relatados e discutidos os autos do recurso cível nº 556/05, por unanimidade de votos, acórdão os integrantes da 2ª Turma Recursal do Estado do Tocantins, em conhecer ambos os recursos, negando provimento ao primeiro e parcial provimento ao segundo. Votaram com o relator, os juizes Márcio Barcelos Costa e Ricardo Ferreira Leite. Palmas, 21 de setembro de 2005.

Recurso Inominado nº: 0557/05 (JECível - Região Central - Palmas)
Referência: 7585/04
Natureza: Execução
Recorrente: Neusilene Oliveira Ramos
Advogado: Dr. Ricardo Alves Pereira
Recorrida: Patrícia Alves de Santana
Advogado: Dr. Sérgio Campos
Relator: Juiz Ricardo Ferreira Leite

EMENTA: LOCAÇÃO. BENFEITORIAS. CLAÚSULA DE EXCLUSÃO. CÓDIGO DE DEFESA DO COSUMIDOR. 1. As benfeitorias necessárias ou úteis introduzidas no imóvel serão passíveis de indenização somente se o correspondente contrato locatício não dispuser de forma contrária. 2. O limite para as multas contratuais estabelecido pelo código de defesa do consumidor não se aplica às relações locatícias, porque estas possuem legislação e não se caracterizam como relação de consumo. **ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso Inominados e M epígrafe, da Comarca de Palmas - TO, à unanimidade de votos, acordam os integrantes da segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, nos termos do voto próprio conhecer do recurso e negar lhe provimento, mantendo a sentença recorrida e condenando a recorrente ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Votaram Com o Relator os Juizes Rubem Ribeiro de Carvalho, que presidiu o julgamento, e Márcio Barcelos Costa.

Recurso Inominado nº: 0560/05 (JECível - Região Central - Palmas)
Referência: 7745/04
Natureza: Reclamação
Recorrentes: José Wilson Alves Moreira/Luiz Antônio Vieira
Advogados: Dr. Adão Klepa/Drª. Maria Tereza Miranda
Recorridos: Luiz Antônio Vieira/José Wilson Alves
Advogados: Drª. Maria Tereza Miranda/Dr. Adão Klepa
Relator: Juiz Ricardo Ferreira Leite

“EMENTA: 1. No caso de se processar nos termos nos mesmos autos mais de um recurso cada recorrente deverá prepará-lo integralmente, sob pena de deserção. 2. Vícios redibitórios são defeitos ocultos, graves e existentes no momento da transmissão do bem que o torne impróprio para o uso a que se destina ou lhe diminua o valor, de tal modo que o negócio não se realizaria se esses defeitos fossem conhecidos”. **ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos, os presentes autos do Recurso Inominado em epígrafe, da Comarca de Palmas – TO, à unanimidade de votos, acordam os integrantes da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Estado do Tocantins, nos termos do voto do Relator, não conhecendo do recurso do reclamante em face de sua deserção, e negar provimento ao recurso do reclamado. Votaram com o Relator os Juizes Rubem Ribeiro de Carvalho, que presidiu o julgamento, e Márcio Barcelos Costa.

Recurso Inominado nº: 0563/05 (JECível - Região Central - Palmas)
Referência: 7959/04
Natureza: Indenização c/c Perdas e Danos
Recorrente: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda
Advogados: Drª. Ana Paula Bonadiman Muller e Dr. Pompílio Messias
Recorrida: Maria Zuleide Evangelista de Macedo
Advogado: Dr. Enéas Ribeiro Neto
Relator: Juiz Ricardo Ferreira Leite

“EMENTA: APARELHO CELULAR – DEFEITO DE FABRICAÇÃO – ÔNUS DA PROVA. 1. Para caracterizar a responsabilidade do fabricante pelo fato do produto em caso de defeito surgido após vários meses de uso do aparelho celular, é necessário comprovar que o vício decorre de fabricação. 2. O ônus da prova incumbe ao autor no que se refere ao fato constitutivo do direito peiteado na demanda.” **ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso Inominado nº 563/05, da Comarca de Palmas - TO, por maioria de votos, acordam os integrantes da segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado do Tocantins, nos termos do voto do Relator, dar provimento ao recurso e cassar a sentença recorrida e julgar improcedente o pedido da inicial, extinguindo o processo com fundamento no artigo 269, inciso I, do CPC. Votou com o Relator o Juiz Márcio Barcelos Costa. O Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho que presidiu o julgamento, proferiu voto oral divergente no sentido de negar provimento ao recurso para manter a sentença impugnada, por entender que no caso a plica-se a inversão do ônus da prova Nos termos do Código de defesa do Consumidor.

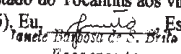
Araguaína

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
1ª ESCRIVANIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA C/ PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DOUTOR JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a quem o presente Edital de Publicação de Sentença virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo a respectiva Escrivania de Família e Sucessões, se processam os autos de INTERDIÇÃO, processo no. 13.443/04, requerido por LUCINEIDE MARTINS DA SILVA em face de CARLOS MARTINS DA SILVA no qual foi decretada a INTERDIÇÃO de CARLOS MARTINS DA SILVA, portador de Transtorno Mental Orgânico de natureza permanente, tendo sido nomeada curadora do interditando a Sra. LUCINEIDE MARTINS DA SILVA, brasileira, casada, tec. Em enfermagem, portadora da CI/RG. nº 247.440-SSP/TO, inscrita no CPF/MF sob o nº 782.762.091-49, residente e domiciliada à Rua Gonçalves Dias nº 847, Centro, Nova Olinda-TO, no qual, às fls. 28 dos autos supra, foi decretada por sentença a interdição do requerido supra nominado, sentença esta que segue transcrita na íntegra: "VISTOS ETC... LUCINEIDE MARTINS DA SILVA, qualificada nos autos, requereu a interdição de CARLOS MARTINS DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido em 18.05.1975, natural do município de Filadélfia-TO, cujo certidão de nascimento foi lavrado sob o nº 1.398, às fls 26 do livro A-02, junto ao Cartório de Registro Civil de Palmeirante-TO, filho de Félix Martins Ribeiro e Benta Lopes da Silva; alegando em síntese que o interditando é portador de anomalia psíquica não tendo condições, por si só, de gerir sua pessoa e seus bens interesses. Com a inicial vieram os documentos de fls. 06/10. Foi realizada audiência para o interrogatório do interditando às fls. 14. Foram colhidas informações técnicas às fls. 19/20. A Douta Curadora emitiu parecer favorável à decretação da Interdição. É o relatório. DECIDO. O Requerido, submetido à perícia médica, ficou constatado ser ele portador de Transtorno Mental Orgânico de natureza permanente. Pela impressão que se colheu em seu interrogatório judicial, o interditando é desprovido de capacidade de fato. ISTO POSTO, decreto a interdição de CARLOS MARTINS DA SILVA, declarando-o absolutamente incapaz para exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, I, do Código de Processo Civil, e de acordo com o artigo 1.768, inciso II do mesmo diploma legal, nomeando-lhe curadora a Sra. LUCINEIDE MARTINS DA SILVA, sob compromisso a ser prestado em 05 (cinco) dias (art. 1.187, do CPC). Cumpra-se o disposto no artigo 1.184 do CPC, e no artigo 12, III, do CC, no que diz respeito a inscrição e à publicação da sentença. Dispense a especialização de hipoteca legal, por ser a curadora nomeada pessoa de reconhecida idoneidade. Sem Custas.. P. R. I. Cumpram-se e arquivem-se. Araguaína-TO., 19 de agosto de 2005. (ass) JOÃO RIGO GUIMARÃES, Juiz de Direito". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (27.09.2005). Eu,  Escrevente, digitei e subscrevi.

JOÃO RIGO GUIMARÃES
JUIZ DE DIREITO

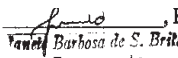
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
1ª ESCRIVANIA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

DITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O DOUTOR JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões desta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a quem o presente Edital de Publicação de Sentença virem, ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo a respectiva Escrivania de Família e Sucessões, se processam os autos de INTERDIÇÃO, processo no. 10.152/02, requerido por DOMINGAS SOARES DA SILVA em face de CLÉDIA SOARES DA SILVA, tendo sido, às fls. 36, nomeado curador da interditada, CLÉDIA SOARES DA SILVA, brasileira, solteira, maior, nascida em 11/07/1971, em Marajá, município de Itacajá-TO, registrada sob o nº 9.409, lavrada às fls. 138 do Livro A-26, junto ao Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Itacajá-TO, filha de Osmar José dos Santos e Domingas Soares da Silva, portadora de Esquizofrenia Adquirida de Natureza Permanente., o Sr CLEBE SOARES DA SILVA, brasileiro, solteiro, frentista, portadora da CI/RG. nº 2.322.289-SSP/GO, inscrito no CPF/MF. sob nº 426.213.562-49, residente na Rua Nordeste nº 712, Setor Santa Terezinha, Araguaína-TO, em substituição à Curadora Domingas Soares da Silva, tornando-se inválido o termo de curadora lavrado sob o nº 292/02, às fls. 26v/27, do Lv. 03 desta Escrivania de Família e Sucessões, em 26/09/2002, conforme sentença que segue transcrita na íntegra: "VISTOS ETC... Tendo em vista o falecimento da Curadora nomeada, defiro de plano, a substituição da curadoria, a fim de regularizar a representação da interditada, nomeando Curador CLEBE SOARES DA SILVA, mediante termo de compromisso, dispensando-o de especialização de hipoteca legal, com o cumprimento das formalidades legais. Ciência ao M. Público. Araguaína-TO., 16.08.05(ass) JOÃO RIGO GUIMARÃES, Juiz de Direito". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei.

DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (27/09/2005). Eu,

 Escrevente, digitei e subscrevi.

JOÃO RIGO GUIMARÃES
Juiz de Direito

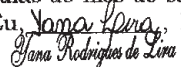
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
ESCRIVANIA DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE (30) TRINTA DIAS

O Doutor JACOBINE LEONARDO, MM. Juiz de Direito deste Juizado da Infância e Juventude desta Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania do Juizado da Infância e Juventude se processam os autos de Adoção nº 1.963/05 ajuizada por Jesuíno Pereira da Cunha e Gisley Lopes Rios em desfavor de Gercilene Lopes da Silva e Antônio Cunha em cumprimento aos presentes, proceda-se a CITAÇÃO do requerido:

ANTÔNIO CUNHA, brasileiro, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação, e querendo, contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, com a presunção de veracidade dos fatos articulados pelos autores. Na inicial os requerentes alegam em síntese o seguinte: Que na data do nascimento do adotando o pai biológico abandonou a genitora no hospital tomando rumo ignorado; que desde então não mais tiveram contato com o mesmo, tendo o adotando sido entregue aos requerentes com apenas um mês de idade; que são casados há quatro anos e não tiveram filhos biológicos, por essa razão pretendem adotar o menor; que possuem boa conduta moral e social, bem como estabilidade familiar e financeira; requereram a guarda provisória da criança; o deferimento do pedido; a citação da mãe biológica e a do pai via edital; a oitiva da mãe biológica; a intimação pessoal do Ministério Público; a dispensa do estágio de convivência; a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária, atribuindo o valor da causa em R\$ 260,00. Nos autos, foi pelo MM. Juiz exarado o seguinte despacho a seguir transcrito: "...Observo que o pai biológico não foi citado para ação, assim, expeça-se edital de citação com prazo de trinta dias, findos os quais ter-se-á o prazo legal para resposta. Araguaína-TO, 14.09.05 (Ass.) JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (29.09.2005). Eu,  Escrevã que o digitei e subscrevo.

JACOBINE LEONARDO
Juiz de Direito

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
ESCRIVANIA DO JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE (30) TRINTA DIAS

O Doutor JACOBINE LEONARDO, MM. Juiz de Direito deste Juizado da Infância e Juventude desta Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, na forma da lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital de citação virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e respectiva Escrivania do Juizado da Infância e Juventude se processam os autos de Adoção nº 2030/05 ajuizada por Marinete Vargas Melo e Aristides Moreira de Oliveira em desfavor de Kassimara Jorge Gomes e Wagner Tavares da Silva em cumprimento aos presentes, proceda-se a CITAÇÃO do requerido:

WAGNER TAVARES DA SILVA, brasileiro, estando atualmente em

lugar incerto e não sabido, para todos os termos da ação, e querendo, contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, com a presunção de veracidade dos fatos articulados pelos autores. Na inicial os requerentes alegam em síntese o seguinte: Que a requerente é prima em segundo grau da mãe biológica da menor, tendo sido entregue aos requerentes ainda na maternidade; que convivem harmoniosamente há sete anos, possuindo renda mensal suficiente para manter a menor; requereram a citação da mãe biológica; a guarda provisória da menor; a intimação do Ministério Público; a dispensa do estágio de convivência; o deferimento da presente ação; a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária, atribuindo o valor da causa em R\$ 300,00. Nos autos, foi pelo MM. Juiz exarado o seguinte despacho a seguir transcrito: "Expeça-se edital de citação com prazo de trinta dias, findos os quais ter-se-á o prazo de quinze dias para contestação. Intime-se. Araguaína-TO, 28.09.05 (Ass.) JACOBINE LEONARDO, Juiz de Direito". E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, o qual deverá ser publicado uma vez no Diário da Justiça do Estado e afixado no átrio do Fórum local.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (29.09.2005). Eu, Joana Faria, Escrivã que o digitei e subscrevo.

Joana Faria
Escrivã
Jacobine Leonardo
Juiz de Direito

VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
COMARCA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
SEGREDO DE

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE V

VARA DE SUCESSÕES,

O DOUTOR JOÃO RIGO GUIMARÃES, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA E COMARCA ACIMA MENCIONADAS, NA FORMA DA LEI, ETC...

B E R aos que o presente edital virem ou de quem, que por este Juízo e respectiva Escrivã autos de ADOÇÃO, PROCESSO Nº 7.301/99, requerido por C.M.C.A. e J.A.N.A., em relação ao E.R.L., sendo o presente para CITAR os pais biológicos da adotanda, Srs. FÁBIO LOPES DA SILVA e NAURA RAQUEL ISAAC, brasileiros, solteiros, profissões ignoradas, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tomem ciência de todos os termos da ação supra citada, e, querendo, oferecerem resposta ao pedido, no prazo de dez (10) dias, sob pena de revelia e confissão. Na inicial os requerentes alegaram, em síntese, o seguinte: que a adotanda encontra-se na companhia dos requerentes desde abril de 1997, sendo que a menor fora lhes entregue pelos próprios pais, alegando não terem condições de criá-la e nem interesse em fazê-lo e que iriam para outro Estado da Federação e que a criança iria lhes trazer complicações; que desde então os requerentes cuidam da menor dando-lhe afeto e carinho e que a mesma lhes dá muito alegria; que o paradeiro dos pais biológicos é desconhecido e que não conhecem nenhum familiar dos mesmos; que desde a entrega da menor aos adotantes estes não tiveram nenhum tipo de contato com os pais biológicos; os requerentes têm residência própria, vivem em harmonia e preenchem todos os requisitos necessários à adoção; têm mais três filhos os quais estão bem adaptados com a adotanda e lhes dá muito amor, afeto e carinho. Requereram o deferimento da guarda provisória; a citação dos pais biológicos via edital; a dispensa do estágio de convivência; a oitiva do representante do Ministério Público; a designação de audiência de instrução e julgamento e os benefícios da assistência judiciária; forneceram a nova composição do nome da adotanda e dos avós, protestaram por todos os meios de provas em direito admitidas, valoraram a causa e pediram deferimento. Pelo MM. Juiz foi exarado o seguinte despacho: "R. e A. Defiro a gratuidade judiciária. Defiro a guarda pré adotiva da menor aos requerentes. Expeça-se o termo. Citem-se os pais biológicos da adotanda para em dez dias, querendo oferecer resposta ao pedido, sob pena de revelia e confissão, mediante edital com prazo de 20 dias. Araguaína-TO, 05.03.99. (Ass) João Rigo Guimarães, Juiz de Direito". E, para que não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Araguaína, Estado do Tocantins, aos dezessete dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e nove (17.03.1999). Eu, Elisandra, Escrivã, o datilografei e subscrevo.

Elisandra
Escrivã

JOÃO RIGO GUIMARÃES
Juiz de Direito

Araguatins

ESCRIVANIA DE FAMÍLIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Doutora NELY ALVES DA CRUZ, Juíza de Direito desta Comarca de Araguatins, Estado do Tocantins, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL, virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Escrivania Cível, tramitam os Autos de INTERDIÇÃO nº 3.766/04, em trâmite no Cartório do 2º Cível desta Comarca de Araguatins-TO, requerida por **FRANCISCA MENDES DA SILVA**, brasileira, casada, do lar, residente e domiciliada na Rua Francisco Fernandes, s/nº, Povoado Macaúba, neste Município de Araguatins-TO., Com referência a Interdição de **LISIARIO FLORES MENDES** e nos termos da sentença proferida pela MM. Juíza de Direito, desta Comarca, datada de 21/06/2005, dos autos, foi **DECRETADA a INTERDIÇÃO de LISIARIO FLORES MENDES**, brasileiro, maior, deficiente mental, residente no endereço acima citado, filho de Lourenço Flores Mendes e Maria Campelo Pinto, nascido aos 27/09/1942, em Goiás-Goiás. Por ter reconhecido que, o mesmo, é portador de deficiência mental, que o torna absolutamente incapaz, para gerir a sua vida civil. Foi nomeada Curadora a Senhora **FRANCISCA MENDES DA SILVA**, para todos os efeitos jurídicos e legais. Para efeitos de direito, o presente Edital será publicado e afixado na forma disposta no art. 1.184, CPC. Eu, Marinete Farias Mota Silva, Escrivã Judicial, o digitei.

Nely Alves da Cruz
Juíza de Direito

Gurupi

CARTORIO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLATÓRIA DE INTERDIÇÃO (ARTIGO 1.184, CPC)

A Doutora EDILENE PEREIRA DE AMORIM A. NATÁRIO - Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que se processaram por este Juízo a ação de Interdição que TEREZA CORREIA ALVES move contra **JOSÉ CORREIA DE FRANÇA**, autos nº 7.303/03, tendo sido tal ato decretado através da sentença a seguir transcrita: "Vistos etc. **TEREZA CORREIA ALVES**, qualificada, requereu a interdição de seu irmão **José Correia Alves**, nascida aos 09.06.1958, em Porto Nacional - TO, filho de Damásio Correia de França e Joana Correia de França, alegando que o interditando é portador de doença mental incapacitante. O interditando foi interrogado em juízo, colheu-se a informação técnica, opinando, a seguir, a Doutora Curadora pelo deferimento do pleito. É o relatório. DECIDO. O requerido deve, realmente, ser interditado, pois examinado, concluiu-se que é portador de rebaixamento de nível mental e depressão, impressão que se colheu, ainda, em seu interrogatório judicial, de modo que é desprovida de capacidade de fato. Ante o exposto, **decreto a interdição** da requerida, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 1775, § 3º, do Código Civil, nomeio-lhe curadora a requerente, dispensando-a da especialização ou hipoteca legal em razão do parentesco e ante a inexistência de notícia de bens de propriedade da curatelado. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil e no art. 12, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Custas na forma da Lei. Gurupi - TO, 15 de agosto de 2005. P. R. I. C. EDILENE PEREIRA DE AMORIM ALFAIX NATÁRIO, Juíza de Direito."

E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juiz que fosse expedido o presente edital que será publicado por três vezes no Diário da Justiça deste Estado, com intervalo de dez dias, e afixado no placar do fórum local.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gurupi, Estado do Tocantins, aos onze dias do mês de maio de dois mil e quatro. Eu, Kléio Fraga Oliveira, Escrevente Judicial, o digitei.

Edilene Pereira de Amorim Alfaix Natário
EDILENE PEREIRA DE AMORIM ALFAIX NATÁRIO
Juíza de Direito

Itacajá

Cartório Único de Família, Sucessões, Infância, Juventude e do Cível

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

A Doutora JULIANNE FREIRE MARQUES,
Juíza de Direito da Comarca de Itacajá, Estado
do Tocantins, na forma da lei etc...

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitaram por este juízo e Escrivânia de Família, Sucessões, Infância, Juventude e Segundo Cível, desta Comarca os competentes termos da Ação de Interdição nº 1.045/2002, de Interdição de MAURICIO ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido no dia 06 de junho de 1.975, na cidade de Presidente Kennedy-TO, filho de João Cordeiro da Silva e de Maria Alves de Souza. Requerida a Interdição pela representante do Ministério Público, Estadual nesta Comarca, foi julgado procedente e decretado a interdição do Interditando, portador de deficiência mental - oligofrenia moderada que impede o desempenho das atividades do trabalho e dos encargos vida social, tendo sido nomeada curadora sua irmã LUZILENE ALVES DA CUNHA brasileira, solteira, identidade nº 24.827 SSPTO e do CPF nº 907.489.481-04, domiciliada no setor Aeroporto, Itacajá-TO. Serão considerados nulos, de nenhum efeito, todos os atos e avenças que se celebrarem sem a assistência da curadora, limitando-se a curatela a todos os interesses da interditanda, nos termos do art. 1.177, III do C.P.C. E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente Edital, que será publicado por três (03) vezes, com intervalos de 10 (dez) dias, na imprensa oficial, e no átrio do fórum deste Juízo para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Itacajá, 14 de setembro de 2005. Valdeci Tavares de Souza-Escrivão.


JULIANNE FREIRE MARQUES
Juíza de Direito

Miracema

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E
2º DO CÍVEL


EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 20 (vinte) dias

Autos n.º 3670/05
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: Sebastiana Azevedo Rocha
Requerida: Antônio Rocha

FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO de ANTONIO ROCHA, brasileiro, casado, profissão ignorada, estando em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação supra mencionada, e para que, querendo, CONTESTE a ação no prazo de 15 (quinze) dias.

DESPACHO: "... Defiro os benefícios da assistência judiciária. Designo audiência de conciliação para o dia 18 de outubro de 2005 às 14:30 horas. Cite-se e intime-se o requerido, via edital com o prazo de 20 dias constando do mesmo a advertência de que o prazo de 15 dias para contestar iniciar-se-á desta audiência. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 27 de abril de 2005. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto - Juiz de Direito".

ADVERTÊNCIA: " Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pela autora" - artigos 285 e 319 do CPC.

Miracema do Tocantins, aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco. (23/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

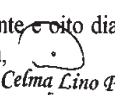
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E
JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

Autos: 3555/04
Ação: Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial
Requerentes: O Ministério Público Estadual em favor de: Gilvan Alves Cerqueira e Cerliane Alves de Oliveira.

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de: GILVAN ALVES CEQUEIRA, brasileiro, solteiro, comerciante e CERLIANE ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da sentença prolatada cuja parte final e a seguinte:

PARTE FINAL DA SENTENÇA : DECIDO: "HOMOLOGO, de acordo com o art. 584, inciso III, do Código de Processo Civil, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o termo de Acordo firmado às fls. 04 por GILVAN ALVES CERQUEIRA E CERLIANE ALVES DE OLIVEIRA. Publique. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito e julgado, arquivem-se, observando as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 29 de novembro de 2004. (a)Dr. André Fernando Gigo Leme Netto- Juiz de Direito.

Miracema do Tocantins/TO, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (28/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

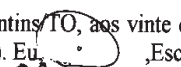
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E
JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

Autos: 3554/04
Ação: Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial
Requerentes: O Ministério Público em favor de: José Gracia da Silva Mota e Marly Tavares

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de: JOSÉ GRACIA DA SILVA MOTA, brasileiro, barbeiro, solteiro, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da sentença prolatada cuja parte final e a seguinte:

PARTE FINAL DA SENTENÇA : DECIDO: "HOMOLOGO, de acordo com o art. 584, inciso III, do Código de Processo Civil, para que produza seus jurídicos e legais efeitos o termo de Acordo firmado às fls. 04 por JOSÉ GRACIA DA SILVA MOTA E MARLY TAVARES. Publique. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito e julgado, arquivem-se, observando as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 29 de novembro de 2004. (a)Dr. André Fernando Gigo Leme Netto- Juiz de Direito.

Miracema do Tocantins/TO, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de 2005, (28/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E
JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 20 DIAS)

Autos: 3422/04

Ação: Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial

Requerentes: O Ministério Público em favor de: Andreson Alves de Carvalho e Jaqueline Gonçalves Silva, rep. por sua genitora a Sra. Josefa Gonçalves Dias.

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de: Jaqueline Gonçalves Silva, rep. p/sua genitora Josefa Gonçalves Silva, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da sentença prolatada cuja parte final e a seguinte:

PARTE FINAL DA SENTENÇA: DECIDO: “ Isto posto, conforme o artigo 269, III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 02 a 06 e julgo extinto o processo com julgamento de mérito. Publique. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito e julgado, arquivem-se, observando as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 17 de maio de 2004. (Dr. André Fernando Gigo Leme Netto– Juiz de Direito.

Miracema do Tocantins/TO, aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de 2005, (28/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.

Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Autos: 3355/04

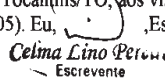
Ação: Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial

Requerente: O Ministério Público Estadual

Requeridos: Evaldo Bezerra Lopes e Eliane Dias

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de: EVALDO BEZERRA LOPES, brasileiro, solteiro, lavrador, e ELIANE DIAS, brasileira, solteira, do lar, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da sentença prolatada cuja parte final e a seguinte:

SENTENÇA : Vistos, etc... Trata-se de acordo de separação de fato formulado por Evaldo Bezerra Lopes, brasileiro, Solteiro, lavrador, nascido aos 10/05/1975, natural de Miracema do Tocantins, filho de Luiza Bezerra Lopes, residente e domiciliado no Setor santos Dumon. Rios dos Bois, e Eliane Dias, brasileira, solteira, do lar, nascida aos 27/10/1980, natural de Miracema do Tocantins, filha de Antônio Maria Dias, residente e domiciliada à Rua 27, nº 289, Setor Universitário, Miracema do Tocantins, perante o Ministério Público. Isto posto, homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais o acordo de fls. 02 a 06. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. Miracema do Tocantins, 03/02/2004. (a)Dr. André Fernando Gigo Leme Netto– Juiz de Direito.

Miracema do Tocantins/TO, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (29/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.

Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Autos: 3386/04


Ação: Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial

Requerente: O Ministério Público Estadual

Requeridos: Wesley Fontenelle Andrade e Joana Rodrigues Rocha

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de: JOANA RODRIGUES ROCHA, brasileira, solteira, estudante, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da sentença prolatada cuja parte final e a seguinte:

SENTENÇA : Vistos, Etc... Trata-se de Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial firmado perante o Ministério Público por Joana Rodrigues Rocha brasileira, solteira, estudante, nascida aos 24/06/1978, natural de Miracema do Tocantins, filha de Antônio Farias Rocha e Carolina Rocha Roddrigues da Silva Rocha, residente e domiciliada à Rua Costas e Silva, nº 270, centro, Miracema do Tocantins e Wisley Fontenelle Andrade, brasileiro, solteiro, ajudante, nascido aos 06/02/1979, natural de Miracema do Tocantins, filho de José Antônio Macedo Andrade e Rita de Cássia Fontenelle Andrade, residente e domiciliado à Rua Maranhão, nº 668, centro, Miracema do Tocantins. Isto posto, conforme, o artigo 269, III, do Código de Processo Civil, homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais efeitos o acordo de fls. 02 a 06 e julgo extinto o processo com julgamento de mérito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito em julgado, arquivem-se, observando-se as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 24 de março 2004. (a)Dr. André Fernando Gigo Leme Netto– Juiz de Direito.

Miracema do Tocantins/TO, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (29/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.

Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO (PRAZO DE 20 DIAS)

Autos: 3362/04


Ação: Homologação Judicial de Acordo Extrajudicial

Requerente: O Ministério Público Estadual

Requeridos: Raimundo dos Santos Correia e Joana Gonçalves Fortaleza

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de: RAIMUNDO DOS SANTOS CORREIA, brasileiro, solteiro, mototaxista e JOANA GONÇALVES FORTALEZA, brasileira, solteira, aux. serv. gerais, atualmente estando em lugar incerto e não sabido, para que tome conhecimento da sentença prolatada cuja parte final e a seguinte:

SENTENÇA : Vistos, etc... Joana Gonçalves, brasileira, solteira, auxiliar de Serviços gerais, nascida aos 24/06/1972, natural de Miracema do Tocantins, filha de João Ribeiro Fortaleza e Beniza Gonçalves Fortaleza, residente e domiciliada à Av. Getúlio Vargas, trata-se nº 3190, Bairro Corentinho, Miracema do Tocantins e Raimundo dos Santos Correia, brasileiro, solteiro, mototaxista, nascido aos 24/07/1970, natural de Miracema do Tocantins, filho de Ana Gomes dos Santos, residente e domiciliado à Rua 28, s/nº Setor Universitário, Miracema do Tocantins, firmaram acordo de Separação de união estável perante o Ministério Público. Isto posto, homologo por sentença para que produza seus jurídicos e legais o acordo de fls. 02 a 06. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito em julgado, arquivem-se, observando as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 03/02/2004. (a)Dr. André Fernando Gigo Leme Netto– Juiz de Direito.

Miracema do Tocantins/TO, aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (29/09/05). Eu, , Escrevente o digitei e subscrevi.

Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 30(trinta)dias

Autos: 2036/97

Ação: Curatela Especial

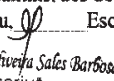
Requerente: Rosimar Resplandes de Araújo

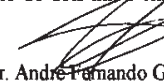
Requerido: Adailton Santana de Araújo


FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO da Srª. ROSIMAR RESPLANDES DE ARAÚJO, brasileira, solteira, auxiliar de serviços gerais, estando em lugar incerto e não

sabido, e para que se MANIFESTE no prazo de 48:00 horas se tem interesse no prosseguimento do feito. SITO a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

DECISÃO: "...Intime-se a requerente pessoalmente para se manifestar no prazo de 48 horas se tem interesse no prosseguimento do feito sob pena de extinção. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, a conclusão. Miracema do Tocantins, 09 de junho de 2.003. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto - Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito


Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã

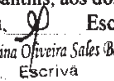
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

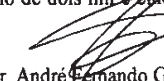
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 30(trinta)dias


Autos: 126/98
Ação: Boletim de Ocorrência Circunstanciando(furto)
Adolescente Infrator: Dilson da Costa Souza
Vítima: Hamilton Brito de Sousa

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO dos Srs. HAMILTON BRITO DE SOUSA, brasileiro, casado, comerciante, DILSON DA COSTA SOUZA, brasileiro, solteiro, RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA E DEUSINA LUSIA DA COSTA SOUZA, estando em lugar incerto e não sabido, e para que tome conhecimento da sentença proferida nos autos supra mencionados. SITO a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

SENTENÇA: "...Isto posto, julgo extinta a punibilidade em relação a Dilson da Costa Souza, brasileiro, natural de Imperatriz-MA, nascido em 03.01.83, filho de Raimundo Ferreira de Souza e Deusina Lusía da Costa Souza, residente a Rua 1º de janeiro, esquina com a Rua Pedro da Luz(Império Móveis Usados), Miracema do Tocantins e em consequência, julgo extinto o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito em julgado, archive-se, observando-se as formalidades legais. Miracema do Tocantins, 01 de junho de 2.004. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto - Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito


Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL


EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 30(trinta)dias

Autos: 2646/01
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: Eva Dias Araújo
Requerido: Inapuan de Araújo

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de INAPUAN DE ARAÚJO, brasileiro, casado, lavrador, estando em lugar incerto e não sabido, e para que tome conhecimento da sentença proferida nos autos supra mencionados. SITO a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

SENTENÇA: "...Isto posto, julgo procedente o pedido e decreto o divórcio de Eva Dias Araújo, brasileira, casada, de lides domésticas, residente e domiciliada à Rua Higino Lima, nº 361, Miracema do Tocantins, Inapuan de Araújo, brasileiro, casado lavrador, em lugar incerto e não sabido com fundamento no artigo 1.580, §2º do Código Civil, sendo que o casal não tem filhos e nem bens a partilhar, e a requerente voltará a usar o seu nome de solteira. Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que face a complexidade, conforme o artigo 20 §

3º do Código de Processo Civil arbitro de 20%(vinte por cento) do valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, e após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandando. Miracema do Tocantins, 28 de maio de 2.003. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito


Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã


CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo de 30(trinta)dias

Autos: 2716/01
Ação: Cautelar de Inominada
Requerente: Inácia Feitosa Macedo
Requerido: Milintino de Tal

FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO de MILINTINO DE TAL, brasileiro, casado, profissão desconhecida, estando em lugar incerto e não sabido, para que querendo, CONTESTE a ação no prazo de 05(cinco) dias, indicando provas(CPC, artigo 802, parágrafo único, inciso II).

PARTE FINAL DA DECISÃO: "...Cite-se pelo mesmo mandado, o requerido para contestar em 05(cinco) dias, indicando provas (CPC, artigo 802, parágrafo único, inciso II), fazendo-se cosntar do requerido expediente as advertências dos artigos 285 e 319, c/c o artigo 803, todos do Digesto Instrumental. Intimem-se, diligencie-se e cumpra-se. Cientifique-se o ilustre representante do Ministério Público. Miracema do Tocantins, 09/05/2001. (a) Dr. Marcello Rodrigues de Ataides-Juiz de Direito". **ADVERTÊNCIA" NÃO SENDO CONTESTADA A AÇÃO, SE PRESUMIRÃO ACEITOS PELO RÉU, COMO VERDADEIROS, OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR"- ARTIGOS 285 E 319 DO CPC.**

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito


Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã


CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

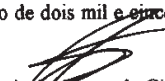
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 20(vinte)dias


Autos: 183/90
Ação: Arrolamento
Arrolando: Bonfim Silva Costa, Maria José da Costa Neto, Aciolina da Silva Alves e Lourdes Silva Costa
Arrolados: José da Costa

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO dos Srs. BONFIM SILVA COSTA, MARIA JOSÉ DA COSTA NETO, ALCIOLINA DA SILVA ALVES, brasileiros, casados, e LOURDES SILVA COSTA, brasileira, solteira, estando em lugar incerto e não sabido, e para promoverem o andamento do feito no prazo de 48:00 horas, sob pena de extinção dos autos supra mencionados. SITO a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

DESPACHO: "...Intimem-se as partes pessoalmente para promoveram o andamento do feito no prazo de 48 horas sob pena de extinção. Caso não sejam encontradas, intimem-se via edital com o prazo de 20 dias. Miracema do Tocantins, 08 de abril de 2.005. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito


Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã

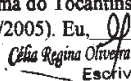
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 20(vinte)dias

Autos: 3002/02
Ação: Divórcio Direto Litigioso
Requerente: Maria do Socorro Coelho Mendes
Requerido: Anibal Gonçalves Mendes

FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO de ANIBAL GONÇALVES MENDES, brasileiro, casado, estando em lugar incerto e não sabido, e para que querendo, CONTESTE a ação no prazo de 15 dias. Sito a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

DESPACHO: "...Face o tempo transcorrido deixo de redesignar a audiência, assim sendo, cite-se o requerido via edital com o prazo de 20 dias para contestar a ação no prazo de 15 dias. Miracema do Tocantins, 04 de abril de 2.005. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

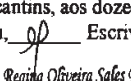
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 20(vinte)dias

Autos: 1616/94
Ação: Tutela
Requerente: Roselvânio Feitosa Noleto
Menor: Roberto Carlos Feitosa Noleto

FINALIDADE: Proceda-se a INTIMAÇÃO de ROSELVÂNIO FEITOSA NOLETO, brasileiro, casado, eclesasticamente, estando em lugar incerto e não sabido, e para que tome conhecimento da sentença proferida nos autos supra mencionados. Sito a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

SENTENÇA: "...Ante a presumida boa fé do suplicante, nos termos do artigo 1.190 do Código de Processo Civil, tendo por dispensada a especialização de bens em hipoteca legal. Ademais, enexistem nos autos elementos comprobatórios de que o tutelando seja proprietário de bens que a justifiquem, além de que a tutela concedida acarretará razoáveis ônus de guarda, sustento e orientação do tutelando. Prestado o devido compromisso, expeça-se certidão ao Cartório de Registro Civil competente, para a devida averbação, após o que, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observando as formalidades legais. P. R. I. e Cumpra-se. Miracema do Tocantins, 16/maio/2000. (a) Dr. Marcello Rodrigues de Ataides-Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

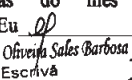
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo de 20(vinte)dias

Autos: 2515/00
Ação: Adoção

Requerente: Marcelino Francisco Pinto e Neuza Aparecida Pinto
Menor: Fernando Henrique dos Santos Gomes

FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO dos Srs. VALDECI GOMES DA SILVA E MARIA VIRGÍNIA DOS SANTOS, estando em lugar incerto e não sabido, e para que querendo, CONTESTE a ação no prazo legal, bem como sua INTIMAÇÃO, para que compareça perante este juízo no dia 25 de outubro de 2.005 às 17:00 horas. Sito a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins.

DESPACHO: "...Designo audiência para oitiva dos autores e inquirição de testemunhas para o dia 25 de outubro de 2.005 às 17:00 horas. Citem-se os pais biológicos via edital com o prazo de 20 dias. Nomeio curador o Dr. Severino Pereira. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 08 de abril de 2.005.(a)Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito". **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins-TO, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco(09/09/05).Eu,  Escrivã, o digitei e subscrevi.


Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã
André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

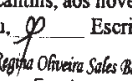
CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 30(trinta)dias

Autos: 3716/05
Ação: Declaratória de Concubinato
Requerente: Maria Félix de Sousa Santos
Requerido: Espólio de Antonio Pereira Rocha, rep. pela viúva Maria de José de Oliveira Reis.

FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO de MARIA DE JOSÉ DE OLIVEIRA REIS, brasileira, casada, estando em lugar incerto e não sabido, e para que querendo CONTESTE a ação no prazo de 15 dias. Sito a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

DESPACHO: "...Cite-se a requerida via edital com o prazo de 30 dias para contestar ação no prazo de 15 dias. Miracema do Tocantins, 19 de agosto de 2.005. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito".

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (09/09/2005). Eu,  Escrivã, digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo de 30(trinta)dias


Autos: 2883/02
Ação: Adoção
Requerente: Cosmo Alves Leite e Ivonete Lustosa Barbosa Leite
Menor: Rodrigo Pereira de Souza.

FINALIDADE: Proceda-se a CITAÇÃO de FRANCISCO R. DE SOUSA e VANDERLÊIA PEREIRA DE SOUSA, sem qualificação dos autos, estando em lugar incerto e não sabido, para responder aos termos da ação supra mencionada, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de revelia e confissão. Sito a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

DESPACHO: "...Publique-se novo edital de citação e intimação. Oficie-se a Assistente Social da Defensoria Pública solicitando Estudo no prazo de 30 dias. Nomeio curador

especial o Dr. Severino Pereira, após a publicação do edital e o transcurso do prazo do mesmo, dê-se vistas dos autos sucessivamente, ao curador, a Defensora Pública e ao Ministério Público. Intime-se. Miracema do Tocantins, 04 de maio de 2.005. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito”.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu, 00 Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã

CARTÓRIO DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE
E 2º DO CÍVEL


EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 20(vinte) dias

Autos: 1653/95
Ação: Divórcio Judicial
Requerente: Ana Lúcia Lopes de Araújo
Requerido: Joel Araújo dos Santos

FINALIDADE: Proceda-se a **CITAÇÃO** de **JOEL ARAÚJO DOS SANTOS**, brasileiro, lavrador, casado, estando em lugar incerto e não sabido, e para que querendo, **CONTESTE** a ação no prazo de 15 dias. Sito a praça Mariano de Holanda Cavalcante nº 802, nesta cidade e comarca de Miracema do Tocantins-TO.

DESPACHO: “...Cite-se o requerido via edital com o prazo de 20 dias para contestar a ação no prazo de 15 dias. Miracema do Tocantins, 27 de junho de 2.005. (a) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto-Juiz de Direito”.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Miracema do Tocantins, aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco (12/09/2005). Eu, 00 Escrivã, o digitei e subscrevi.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

Célia Regina Oliveira Sales Barbosa
Escrivã

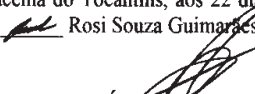
1ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor **ANDRÉ FERNANDO GIGO LEME NETTO**, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

Autos nº 3493/05
Ação: Consignação em Pagamento com Pedido de Tutela Antecipada (AJ)
Requerente: Leda Fátima Pereira Mota
Advogado: Dr. Francisco José Sousa Borges
Requerido: Supermercado Globo

FAZ SABER, a quantos o presente edital de intimação com prazo de 30 dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, por este fica devidamente **CITADO: SUPERMERCADO GLOBO**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço incerto e não sabido, que tramita no Cartório 1º do Cível da Comarca de Miracema do Tocantins, a ação em epígrafe, bem como para no prazo de 10 dias, levantar o depósito efetuado ou contestar o pedido. Tudo nos termos da decisão de fls. 12/15, a seguir transcrita: “ Isto posto, estando presentes os requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela, autorizando o depósito e determinando o cancelamento do protesto e exclusão do nome da autora Leda Fátima Pereira Mota do SERASA, expeçam-se os competentes ofícios. Proceda-se ao depósito da caução em estabelecimento bancário em conta judicial vinculada ao processo. Cite-se o requerido via edital com o prazo de 20 dias para no prazo de 10 dias, levantar o depósito ou contestar o pedido. Intimem-se. Miracema do Tocantins, 19 de setembro de 2005. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito”. E para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Miracema do Tocantins, aos 22 dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco. Eu 00 Rosi Souza Guimarães da Guarda, Escrivã o digitei.


DR ANDRÉ FERNANDO GIGO LEME NETTO
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

O DR ANDRÉ FERNANDO GIGO LEME NETTO, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc...

Autos nº 2182/00
Ação: Execução Forçada
Requerente: Confecções e Criações Elizabeth Ltda
Advogado: Dr. Carlos Rabelo – OAB/GO 4374
Requerido: Agostinho Barros Louzeiro Filho

FAZ SABER, a quantos o presente edital de intimação com prazo de 30 dias, virem ou dele conhecimento tiverem que, por este ficam devidamente **INTIMADOS: CONFECÇÕES E CRIAÇÕES ELEZABETH LTDA (FASCÍNIO MODA ÍNTIMA) CGC 25.135.237/0001-00**, na pessoa de seu representante legal; **DR. CARLOS RABELO – OAB/GO 4374; AGOSTINHO BARROS LOUZEIRO FILHO**, brasileiro, estado civil e profissão ignorados, pelo teor da sentença proferida nos autos em epígrafe, a seguir transcrita: “DECIDO: Isto posto, conforme o artigo 267, III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo o processo nº 2.182/00, sem julgamento do mérito. Condono o autor a pagar as custas e despesas processuais. Publique-se. Registre-se, inclusive via edital com o prazo de 20 dias, e após, o trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, archive-se. Miracema do Tocantins, 16 de setembro de 2005. (As) Dr. André Fernando Gigo Leme Netto – Juiz de Direito”. E para que ninguém possa alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Miracema do Tocantins, aos 29/09/05. Eu 00 Rosi Souza Guimarães da Guarda, Escrivã o digitei.


Dr. André Fernando Gigo Leme Netto
Juiz de Direito

Miranorte

Cartório do Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos **3.746/04, Ação de Guarda e Responsabilidade**, onde figura como requerente **LUZIA BARROS CASTANHEIRA** e requeridos **DANIELLA APARECIDA e SILVA e ALAITON MARTINS DE ALMEIDA**. Que pelo presente, **INTIMA-SE, o requerido ALAILTON MARTINS DE ALMEIDA**, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido, residente em local incerto e não conhecido., para, comparecer perante este juízo, no dia **03 de outubro de 2.005, às 14:00 horas**, para realização da audiência de conciliação, instrução e julgamento. Tudo conforme deliberação em audiência, acostado aos autos às fls. 16., a seguir transcrito: “...Lance em pauta audiência de instrução e julgamento, intimando as testemunhas e o requerido por edital”. Ass. Maria Adelaide de Oliveira – Juíza de Direito”. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, mandou a MMª Juíza de Direito expedir o presente, que será publicado na forma da Lei, e afixado uma via no placard do Foro local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Miranorte, Estado do Tocantins, aos vinte e dois dias mês de setembro, do ano de dois mil e três (22.09.2.005). Eu, 00 Escrevente do Cível, o digitei e subscrevi.


MARIA ADELAIDE DE OLIVEIRA
Juíza de Direito

CARTÓRIO DO CRIME

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE JURADOS

MARIA ADELAIDE DE OLIVEIRA, Juíza de Direito e Presidente do Tribunal do Júri desta Comarca de Miranorte Estado do Tocantins, no uso de suas funções legais e etc...

FAZ SABER, aos que o presente Edital de Convocação de Jurados virem ou dele conhecimento tiverem, que foram sorteados nesta data, os jurados a seguir nominados, que ficam convocados para a constituição do Tribunal do Júri Popular, a reunir-se no dia 10 de outubro de 2005, às 09:00 horas, a sexta sessão da nona temporada que trabalhará em dias úteis, quando terá início o julgamento do pronunciado: ANTONIO LOPES FREIRE e, foram sorteados os seguintes cidadãos: 01- MÁRCIA VALÉRIA LOPES N. CARVALHO; 02- DIOMEDES DIAS MESQUITA; 03- ELIAS SIMÃO DANTAS; 04- ANAIR RENNER BURIN; 05- ADRIANA FERREIRA DA SILVA; 06- NÚBIA BRAGA DE SOUSA BARROS; 07- FERNANDO CÉSAR DE CASTRO; 08- VALMIR DOS SANTOS ARAÚJO; 09- MARIA EUGENIA RIBEIRO DE ALMEIDA; 10- ROBSON ALEXANDRE LOPES NOLETO; 11- RIBAMAR PEREIRA OLIVEIRA; 12- GASPAS PEREIRA DE AQUINO; 13- ANTONIO CARLOS MARTINS REIS; 14- MARCELO LOPES CAETANO; 15- DINAIR HOFFMANN; 16- NILVANIA DIAS ARAÚJO; 17-KATIA PEREIRA GONZAGA; 18- CÉLIA MARQUES DE MELO; 19-EVA ALVES DE BRITO; 20- JAILSON LUIZ CAPUTO; e 21- DEUSÉLIA PEREIRA VIEIRA DE OLIVEIRA.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, ordenou a MM. Juíza Presidente, a expedição deste Edital de Convocação de Jurados, que será afixado no lugar de costume, determinando ainda, as diligências necessárias para a notificação dos jurados, do acusado e das testemunhas.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Miranorte-TO, aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e cinco. Eu _____ Kassandra Araújo Oliveira Kasburg, Escrivã Criminal e do Júri, o digitei.

MARIA ADELAIDE DE OLIVEIRA
Juíza de Direito

Novo Acordo

EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇA

O MERITÍSSIMO JUIZ, DOUTOR JOSÉ RIBAMAR MENDES JÚNIOR, RESPONDENDO POR ESTA COMARCA DE NOVO ACORDO, ESTADO DO TOCANTINS, NA FORMA DA LEI, ETC.

Pelo presente faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira e segunda PRAÇA, o bem penhorado nos autos de Carta Precatória de Preamento - nº 031/2005, extraída do Processo nº 97.200536-0 ação de Execução Fiscal, oriunda da 2ª SUBSEÇÃO, 2ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA COMARCA DE DOURADOS - MS, em que é exequente a FAZENDA NACIONAL e executado, a SERVENG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA na seguinte forma:

- PRIMEIRA PRAÇA: 10.11.2005, às 14:00 horas, para lançar superior ao da avaliação.
- SEGUNDA PRAÇA: 21.11.2005, às 14:00 horas, a quem maior lance oferecer.

DESCRIÇÃO DO BEM: PARTE DO LOTE Nº 02, do Loteamento Jalapão, Gleba 05, 1ª etapa, com área total de 294.49.20 hectares, denominada Fazenda "Santa Luzia", situado no município de São Félix do Tocantins - TO., registrado sob o nº R - 1 - 1.877, às fls. 185, do livro 2 - F, Cartório de Registro de Imóveis de Novo Acordo - TO., em 10.11.1992.
TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 18.847,47 (dezoito mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos), realizada em 23.03.2003.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo, INTIMADO o devedor / executado, caso não seja possível a sua intimação pessoal. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou-se expedir o presente edital, que será afixado no local de costume, no Fórum local, e publicado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Novo Acordo - TO., aos 19 dias do mês de setembro de dois mil e cinco (19.09.2005). Eu, _____ Escrivã do Cível, que o digitei e subscrevi.

Edileuza L. de O. Carvalho

José Ribamar Mendes Júnior
JUIZ DE DIREITO
Respondendo por esta Comarca de Novo Acordo - TO.

Paraíso

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2ª CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FÓRUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Defensoria Pública

Processo nº 2005.0001.2196-9 - DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO
Requerente: VAINAIR DE FATIMA DA SILVA PEREIRA
Adv. DR. Valdeon Batista Pitaluga
Requerido: LUCIFLÁVIO SOUZA PEREIRA

CITAR: LUCIFLAVIO SOUZA PEREIRA - brasileiro, solteiro, comerciante,, residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido.

Dos termos da ação, cientificando-a de que não sendo contestada a ação no prazo de quinze dias a contar da realização da audiência de Conciliação ou conversão se presumirão como verdadeiros os fatos alegados na inicial e intima-lo a comparecer perante o Juízo da 2ª Vara cível de Paraíso - TO no dia 30 de novembro de 2005, às 15:30 - horas, para a audiência de conciliação ou conversão nos termos do despacho abaixo transcrito;

DESPACHO: "Defiro pagamento de custas ao término da ação. Segredo de Justiça. Designo dia 30 de novembro de 2005, às 14:30 horas, para a audiência de tentativa de reconciliação e/ou conversão de rito. Cite-se o réu e intime-se as partes. Caso não haja acordo, daquela audiência correrá o prazo de quinze (15) dias para resposta. Paraíso, 30/11/2005. (a) Amália de Alarcão - Juíza de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça. Paraíso do Tocantins, 30 de agosto de 2005.

AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2ª CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FÓRUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Defensoria Pública

Processo nº 2005.0001.2200 - 0/0 - DIVÓRCIO ITIGIOSO
Requerente: ADONIAS LIRA DAS NEVES
Adv. Dr. Valdeon Batista Pitaluga
Requerido: ANA ROSA VIRGINIO DA SILVA NEVES

CITAR: ANA ROSA VIRGINIO DA SILVA NEVES - brasileira, do lar, residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido.

Dos termos da ação, cientificando-a de que não sendo contestada a ação no prazo de quinze dias a contar da realização da audiência de Conciliação ou conversão se presumirão como verdadeiros os fatos alegados na inicial e intima-lo a comparecer perante o Juízo da 2ª Vara cível de Paraíso - TO no dia 30 de novembro de 2005, às 15:30 - horas, para a audiência de conciliação ou conversão nos termos do despacho abaixo transcrito;

DESPACHO: "Defiro pagamento de custas ao término da ação. Segredo de Justiça. Designo dia 30 de novembro de 2005, às 15:30 horas, para a audiência de tentativa de reconciliação e/ou conversão de rito. Cite-se o réu e intime-se as partes. Caso não haja acordo, daquela audiência correrá o prazo de quinze (15) dias para resposta. Paraíso, 30/11/2005. (a) Amália de Alarcão - Juíza de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça. Paraíso do Tocantins, 30 de agosto de 2005.

AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2ª CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FÓRUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 7461/03 - ALIMENTOS
REQUERENTE: WEKLES DANIEL CONCEIÇÃO SANTOS rep. P/sua mãe
Adv. Dr. Valdeon Batista Pitaluga
Requerido: FRANCISCO CIPRIANO SANTOS

INTIMAR: FRANCISCO CIPRIANO SANTOS - brasileiro, solteiro, mecânico, residente atualmente em lugar incerto e não sabido.

OBJETO/FINALIDADE: INTIMAR-LO para comparecer perante este Juízo no dia **22 de novembro de 2005, às 15:00 horas**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça.
Paraíso do Tocantins, 09 de setembro de 2005.


AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FORUM- fone: (0xx63) 602-1360


EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 5104/98 – EMBARGOS DO DEVEDOR
Requerente: Jose Francisco marques neto e Rogério Gomes de Godoy
Requerido: CREDIPAR – Cooperativa de Crédito rural de Paraíso do Tocantins – TO .

INTIMAR : ROGERIO GOMES DE GODOY – brasileiro, casado, agropecuarista, CPF nº 331.287.401-78, , atualmente em lugar incerto e não sabido.

OBJETO/FINALIDADE: INTIMAR-LO da sentença de extinção do processo no teor seguinte. “Vistos etc. Considerando que a parte autora abandonou o presente processo, não atendendo as intimações que lhes foram dirigidas para o cumprimento das determinações deste Juízo como também não se manifestou sobre o interesse na continuidade do mesmo, nos termos do artigo 267, incisos II e III, do CPC, declaro extinto o presente processo sem julgamento do mérito. Custas, ex vi legis. Transitada em julgado a presente decisão providencie-se as baixas devidas e arquivem-se estes autos. PRI. Paraíso do Tocantins, 04 de novembro de 2002 (a) Amália de Alarcão – Juíza de Direito”.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça.
Paraíso do Tocantins, 20 de setembro de 2005.


AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FORUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 54020/96 - EXECUÇÃO
Requerente: NATERRA NACIONAL DE SEMENTES COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
Requerido: TOPOVET TOCANTINS COM. PROD. VETERINÁRIOS LTDA.

INTIMAR : A empresa requerente NATERRA NACIONAL DE SEMENTES COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA – CGC/MF N.º 44.233.518/0001-40 na pessoa de seu representante legal e a empresa requerida TOPOVET TOCANTINS COM. PROD. VETERINÁRIOS LTDA, CGC/MF n.º 00.084.987/0001-70, na pessoa de seu representante legal, atualmente em lugar incerto e não sabido.

OBJETO/FINALIDADE: INTIMAR-LOS da sentença de extinção do processo no teor seguinte. “Vistos etc. Considerando que a parte autora abandonou o presente processo, não atendendo as intimações que lhes foram dirigidas para o cumprimento das determinações deste Juízo como também não se manifestou sobre o interesse na continuidade do mesmo, nos termos do artigo 267, incisos II e III, do CPC, declaro extinto o presente processo sem julgamento do mérito. Custas, ex vi legis. Transitada em julgado a presente decisão providencie-se as baixas devidas e arquivem-se estes autos. PRI. Paraíso do Tocantins, 18 de maio d 2005(a) Amália de Alarcão – Juíza de Direito”.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça.
Paraíso do Tocantins, 20 de setembro de 2005.


AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FORUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 2.447/92 – AÇÃO DEMARCATÓRIA
Requerente: LUIZA DA SILVA
Adv. Dr. Carlos Roberto Viveiros
Requerido: ANTONIO OTONI NETO

INTIMAR : – LUIZA DA SILVA – brasileira, solteira, comerciante, residente na rua Dr. Moraes n. 35, Vila augusta – Belém – Para, estando em lugar incerto e não sabido. Para em dez (10) dias manifestar interesse na continuidade do feito, sob pena de extinção.

DESPACHO: “Intime-se, vias edital a parte autora, para em dez (10) dias manifestar interesse na continuidade do feito, pena de extinção. Paraíso, 12/09/2005, (a) Amália de Alarcão -Juíza de Direito.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça.

Paraíso do Tocantins, 20 de setembro de 2005 de 2005.


AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FORUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias

Processo nº 2705/93 – AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO DE DANOS
Requerente: PRONORTE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Requerido: USINA JACIARA S/A

INTIMAR : – PRONORTE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – sociedade comercial, inscrita no CGC sob o n. 02.194.468/0001-04 e CCE nº 29.019.498, na pessoa de seu Representante Legal, com sede na Av. Bernardo Sayão, 357, nesta cidade;

DESPACHO: “Intime-se, vias edital a parte autora, para em 48 horas manifestar interesse na continuidade do feito, pena de extinção. Paraíso,09/09/2005. (a) Amália de Alarcão -Juíza de Direito.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça.

Paraíso do Tocantins, 19 de setembro de 2005.


AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E 2º CÍVEL
Praça José Torres, nº 700, centro-FORUM- fone: (0xx63) 602-1360

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DILIGÊNCIA DO JUÍZO

Processo nº 5520/99 – BUSCA E APREENSÃO
Requerente: PRONORTE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Adv. Dr. Luiz Carlos Lacerda Cabral
Requerido: EDSON ARAUJO DA SILVA

INTIMAR : – EDSON ARAUJO DA SILVA – brasileiro, frentista, CPF n. 717.558.883 - 68, estando em lugar incerto e não sabido. Do pedido de extinção do presente processo e arquivamento do mesmo feito pelo autor.

DESPACHO: “ Do requerido, intime-se via edital. Em 25/08/2005. (a) Amália de Alarcão -Juíza de Direito.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou o MM. Juiz que publicasse o presente no placar do Fórum Local e no diário da Justiça.

Paraíso do Tocantins, 02 de setembro de 2005.


AMÁLIA DE ALARCÃO
Juíza de Direito

Porto Nacional

Juizado Especial Cível
Ed. Fórum Feliciano Machado Braga
Avenida Luiz Leite Ribeiro, n.º 05 – S. Aeroporto
Fone (0xx63)3631144- CEP: 77500-000

EDITAL LEILÃO

1ª praça dia **27/Outubro/2005** às 14:00 horas
2ª praça dia **16/Novembro/2005** às 14:00 horas

O Doutor **EDUARDO BARBOSA FERNANDES**, Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Nacional- Estado do Tocantins , na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que no dia **27 de Outubro de 2005, às 14:00 horas**, na sacada principal do Edifício do Fórum, sito à Avenida Luiz Leite Ribeiro, nº 05 Setor Aeroporto nesta cidade de Porto Nacional, a **PORTEIRA DOS AUDITÓRIOS/LEILOEIRA**, levará a **Hasta Pública** os bens penhorados a quem mais der acima da avaliação de **R\$ 8.650,00 (oito mil, seiscentos e cinquenta reais)**, os bens móveis de propriedade do Executado **OSVALDO GOMES DA SILVA**, extraída da Ação Indenização por Perdas e Danos Morais e Materiais, registrada e autuada sob n.º 5.046/02, proposta por **ADELICINA CORREA SAMPAIO** em desfavor do Executado– **o(s) bem(ns) móvel(is) a saber: 1) 08(oito) cabeças de gado com aproximadamente 18(dezoito) meses; 02) 09(nove) cabeças de gado com aproximadamente 30(trinta) meses; 03) 03(três) cabeças de gado com aproximadamente 24(vinte e quatro) meses**". Outrossim, não havendo licitantes, desde já fica designado o dia **16 de Novembro de 2005**, no mesmo local e horário para a venda a quem der mais, independente de nova publicação. Pelo presente fica(m) intimado(s) das datas acima a(s) **Executado(s), OSVALDO GOMES DA SILVA**, caso não seja(m) encontrada(s). E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância expediu-se o presente Edital cuja 2ª via ficará afixada no placard do fórum e publicado na forma da Lei. Porto Nacional, 27 de Setembro de 2005. Eu Edilúcia Lopes Costa Nunes, Edília Ayres Neta Costa Barbosa, Escrevente o digitei. Eu Edilúcia Lopes Costa Nunes, Ana Lúcia Ferreira dos Santos, Escrivã, o conferi e subscrevo.


EDUARDO BARBOSA FERNANDES
JUIZ DE DIREITO

Xambioá

EDITAL DE CITACÃO - COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS (Justica Gratuita)

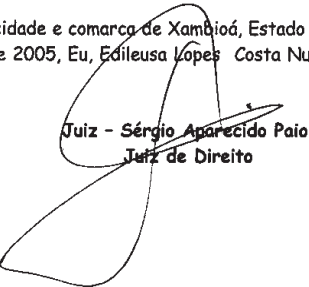
Autos n.º 2.308/05
Ação: Divórcio Direto Litigioso
Requerente: RONALDO ESPINDOLA SILVA
Requerida: CLÁUDIA REGINA CAVALCANTE BEZERRA
Advogada: Dra. Karlane Pereira Rodrigues.

O Doutor Sérgio Aparecido Paio, Juiz de Direito respondendo pôr esta Comarca de Xambioá, Estado do Tocantins, na forma da Lei,

FAZ SABER, Aos que do presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Escrivania do Cível, se processam os termos da ação de Divórcio Direto Litigioso n.º 2.308/05, em que é Requerente: **RONALDO ESPINDOLA SILVA**, para que proceda a **CITACÃO** de **CLÁUDIA REGINA CAVALCANTE BEZERRA**, brasileira, casada, residente e domiciliada em local incerto e não sabido, dos termos da ação, para que, querendo, contestá-la nos 15 (quinze) dias subsequentes, sob as penas da lei,tudo conforme despacho transcrito. " R. Hoje. R e A, sob o palio da gratuidade judiciário requerida. Audiência de conciliação no dia 23/11/05, às 14.00 horas, CITE-SE a Ré por edital, com prazo de vinte (20) dias, para querendo, comparecer ao ato designado ou contestar o pedido nos quinze (15) dias subseqüentes, sob as penas da lei.Inti. Xambioá, 26/09/2005. (ass) DR. Sérgio Aparecido Paio. Juiz de Direito. " Eu, Edileusa Lopes Costa Nunes, Escrivã do Cível o digitei.

E para que ninguém possa alegar ignorância futura, mandou o MM. Juiz que fosse expedido o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça deste Estado e afixado no placard do fórum local.

Dado e passado nesta cidade e comarca de Xambioá, Estado do Tocantins, aos 26 dias do mês de setembro de 2005, Eu, Edileusa Lopes Costa Nunes, Escrivã que digitei o presente.


Juiz - **Sérgio Aparecido Paio**
Juiz de Direito

Atenção

Assinantes e leitores do

DIÁRIO DA JUSTIÇA

Publicações Particulares e Assinaturas, devem ser endereçadas diretamente a:



Av. Castelo Branco, 819

Paraíso do Tocantins - TO

Fones: (63) 3602-2404

3215-4659

Fax: (63) 3602-2405

Acesse o Site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins



www.tj.to.gov.br